

JOSÉ HENRIQUE SINGOLANO NÉSPOLI

**CULTURA POLÍTICA PETISTA E PROGRAMA
MOVA-SP (1989-1992)**

FRANCA – 2005

JOSÉ HENRIQUE SINGOLANO NÉSPOLI

**CULTURA POLÍTICA PETISTA E PROGRAMA
MOVA-SP (1989-1992)**

Dissertação para obtenção de Mestrado em História,
apresentado à Faculdade de História, Direito e Serviço
Social –UNESP – Campus de Franca

Orientador: Fernando Kolleritz

FRANCA – 2005

*Dedico este trabalho em memória
de um grande contador de estórias:
meu avô Alziro Singolano.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente e acima de tudo, agradeço à minha família por todo apoio e amor. Especialmente a meu pai José Luís, minha mãe Regina Célia e meus irmãos Kelly e Dudu.

A Daniella, pelo companheirismo e amor nas horas difíceis.

Ao professor Fernando Kolleritz pela amizade e compreensão.

SUMÁRIO

<u>Introdução</u>	06
<u>Capítulo I</u> <i>Sociedade civil e cultura política: fundamentação para o estudo do MOVA-SP</i>	10
<u>Capítulo II</u> <i>A Transição Democrática no Brasil: sociedade civil, cultura política e esquerda</i>	34
<i>Sociedade civil e cultura política na Transição Democrática</i>	37
<i>A esquerda petista na Transição Democrática</i>	54
<u>Capítulo III</u> <i>Partido dos Trabalhadores e o Programa MOVA-SP</i>	75
<i>Cultura e política no Partido dos Trabalhadores</i>	79
<i>Governo democrático-popular e Programa MOVA-SP (1989-1992)</i>	94
<u>Conclusão</u> <i>A cultura política petista</i>	116
Bibliografia	126
Anexos	130

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem por objeto de investigação o *Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos da Cidade de São Paulo*, MOVA-SP (1989-1992), um programa educacional criado e mantido por uma parceria entre diversos movimentos organizados da cidade de São Paulo e a administração municipal da petista Luiza Erundina. A particularidade deste *acontecimento* na história política brasileira reside numa forma diferenciada de articulação entre Estado e sociedade civil que, gestada pela política de conselhos populares do Partido dos Trabalhadores, fundamentou-se sobremaneira nos princípios da democracia direta. A proposta de “governar através dos conselhos populares”, que originou o Programa MOVA-SP, constituiu-se durante a década de 1980 no bastião da política petista: os conselhos eram, por definição, canais de participação direta dos movimentos sociais nas estruturas de poder do Estado e representavam a forma específica de como o PT articulou os temas da esquerda e da democracia no seu pensamento político.

Foi através dos conselhos populares (ou seja, de práticas participativas) que o PT procurou superar o desafio político e intelectual do final de século XX referente a dissociação entre esquerda e democracia¹. Antes mesmo dos acontecimentos de 1989 (queda do Muro de Berlim) e 1991 (fim da União Soviética), a assimilação da democracia pela esquerda já havia se constituído na principal preocupação do espectro político. Com sua proposta de conselhos, o PT surge como uma promessa de se avançar na dicotomia reforma ou revolução que havia predominado na cultura política da esquerda: através de uma inserção direta e organizada das camadas populares nas instituições democráticas a proposta petista pretendia superar tanto o autoritarismo do modelo revolucionário quanto a passividade da via eleitoral social-democrata. Daí a promessa da “novidade petista” ser caracterizada por uma política fundada na participação direta dos representados, sendo o MOVA-SP um exemplo representativo de relativo êxito da proposta petista.

O projeto do MOVA-SP residia em criar um movimento de educação popular, que ultrapassasse o sentido das campanhas contra o analfabetismo promovidas pelo Estado, tornando-se um movimento organizado e autônomo da sociedade capaz de sobreviver às mudanças do poder institucional e continuar lutando pela educação básica. A proposta de

¹ Para pensamento político do PT ver AZEVEDO, Clóvis Bueno; *A estrela partida ao meio: ambigüidades do pensamento petista*, São Paulo: Entrelinhas, 1995.

parceria entre Estado e movimentos sociais, desenvolvida no contexto do governo “democrático-popular” de Luiza Erundina, buscou, sem recusar o papel e a presença indispensável do Estado, construir uma ação compartilhada com atores da sociedade civil na tentativa de soluções conjuntas para os problemas. Este caráter participativo do governo petista tinha por objetivo estimular a organização popular, entendendo que apenas uma sociedade altamente organizada e politizada (nos termos do PT era preciso construir um poder popular) apresentaria-se como fundamento consistente para levar o país a um socialismo democrático.

Os métodos do governo Erundina traduziam uma concepção da democracia que se estendia além dos processos puramente eleitorais, através da criação de conselhos populares, o PT pretendia estabelecer um espaço de formação política associado a difusão do participacionismo como concepção de cidadania capaz de redimir o país de suas mazelas. O conceito de participação popular na administração petista da cidade de São Paulo foi componente fundamental da estratégia de governar a cidade introduzindo novos atores – a população excluída – no processo de gestão pública. Coordenado pelo educador mundialmente conhecido, Paulo Freire, no cargo de secretário municipal da educação, o Programa MOVA utilizou também métodos pedagógicos que, concomitante ao trabalho de alfabetização, orientavam-se pela busca de uma “conscientização” dos envolvidos – aquilo que ficou conhecido como educação popular. O trabalho educacional realizado pelo MOVA-SP visava, portanto, tanto em seus métodos como em seus conteúdos, promover uma política cultural destinada a difundir “nova concepção de cidadania”² entre a população paulistana.

Sendo forjado no modelo de conselhos populares desenvolvido entre governo e movimentos sociais durante a gestão petista da capital paulista, o caráter democrático-popular do Programa MOVA, sintetizado na participação direta dos movimentos sociais como forma de incorporação das camadas populares, constituiu-se no alicerce sobre o qual foi construída a experiência do Programa MOVA-SP e dotou-o de uma ampla representatividade entre os atores do campo da educação popular, transformando-o numa referência para experiências educacionais posteriores³. Uma estudo sobre a cultura política petista apresenta-se, portanto,

² Referência ao texto de Evelina Dagnino em que a autora conceitualiza esta noção de cidadania ativa, *Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania*, in: DAGNINO, E. (org.); *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*, São Paulo: Brasiliense, 1994.

³ O projeto MOVA espalhou-se por diversos municípios em diferentes regiões do Brasil na área da alfabetização de jovens e adultos, chegando até mesmo a ser implementado em nível estadual, no Rio Grande do Sul, e compor o programa de governo federal do PT; inspirados na experiência inicial do MOVA-SP. Atualmente, ocorre um

de primordial importância para compreender o Brasil contemporâneo, na medida em que o PT constituiu-se, ao término da Transição Democrática (1974-1989), no principal partido da esquerda brasileira. Valendo-se da análise da trajetória do PT durante os anos 80 e da experiência do Programa MOVA-SP, esta pesquisa empenha-se especialmente em compreender a cultura política que predominou entre os petistas daquele período.

A questão posta no capítulo I refere-se especificamente a fundamentação de uma teoria da História baseada nas preocupações de uma esquerda “renovada” pelo diálogo com a democracia⁴. Uma série de acontecimentos ocorridos durante a segunda metade do século XX corroeram entre a esquerda a legitimidade de uma política fundada na força, deslocando progressivamente o foco para a elaboração de uma teoria democrática para o espectro. Deste modo, para uma análise inserida nesta ordem de inquietações, suas premissas não podem esquivar-se dos temas concernentes a cultura e a política na sociedade, por isso, esta pesquisa sustenta-se a partir de uma aproximação teórica entre as categorias de *sociedade civil* e *cultura política*. Enquanto a categoria de sociedade civil resgata o pensamento do marxista italiano Antonio Gramsci, o conceito de cultura política mobiliza as reflexões desenvolvidas pela teoria democrática. Esta aproximação conceitual é a linha mestra que perpassa todas as partes da investigação: o exame da História recente do Brasil, da trajetória do PT e do Programa MOVA-SP.

A partir deste enfoque será abordado, no capítulo II, a participação dos petistas no processo de construção da democracia brasileira (1974-1989). Inicialmente, a análise volta-se para as organizações sociais que se destacaram durante a década de 70 – novo sindicalismo, centros intelectuais, políticos, comunidades eclesiais de base e movimentos urbanos – e que deram origem ao Partido dos Trabalhadores. Durante os anos 80, este conjunto de organizações da sociedade civil aglutinam-se no interior do PT, fazendo dele o principal portavoz dos interesses sociais. Apesar de o PT não ter desempenhado papel central na Transição Democrática, sua capacidade de mobilização da sociedade contribuiu para a construção de um

encontro nacional do MOVA por ano, do qual participam integrantes de Programas MOVA existentes pelo país e alguns outros interessados (pesquisadores e políticos).

⁴ O contexto de democratização dos países periféricos desencadeou, a partir da década de 1970, um processo de “renovação” política e intelectual da esquerda, baseado na assimilação da democracia em sua cultura política. Ver DAGNINO, Evelina; *Cultura, cidadania e democracia: a transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana*, in: ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (org.); *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*, Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

Estado com grande abertura para a participação da população, emergindo no novo regime como o maior e mais influente partido da esquerda brasileira.

O terceiro capítulo dedica-se ao debate travado durante a trajetória do partido nos anos 80 sobre o caráter da proposta petista. Contrário ao senso comum, verifica-se que o predomínio da Articulação imprimiu ao PT uma atuação fundada numa política de massas marca por um viés estritamente eleitoral. Entretanto, as práticas participativas nunca deixaram de fazer parte da cultura política petista, mesmo que marginalmente ou restrita aos grupos da esquerda do partido. Neste sentido, o governo democrático-popular de Luiza Erundina e o Programa MOVA-SP são exemplares desta concepção política mais centrada numa estratégia que dava poder aos movimentos sociais.

A pesquisa da trajetória do PT e do Programa MOVA-SP demonstra que tanto a política empreendida pela ala moderada como pelos radicais do partido não avançou na promessa do socialismo democrático, mas centrou-se, de formas distintas, na manifestação dos interesses.

CAPÍTULO I

Sociedade civil e cultura política: fundamentação para o estudo do MOVA-SP

Os processos de democratização que predominaram no contexto mundial durante as últimas décadas do século XX, na medida em que redefiniram a própria relação entre as dimensões do conjunto social, ou seja, entre economia, cultura, sociedade e política, colocaram também para as Ciências Humanas a necessidade de uma revisão do conjunto de premissas no qual se fundamentava a análise social. A relativa autonomia que o regime democrático instituiu para o campo da política obrigou a sociólogos, historiadores, cientistas políticos amenizarem a ênfase no cânon estruturalista de base econômica e empenharem-se no desafio de reequacionar a teoria social. A inflexão recaiu principalmente sobre o estatuto da política: a noção do político transbordou a dimensão do Estado e passou a incluir o comportamento das massas, o imaginário, os padrões culturais, os meios de comunicação, enfim, a política em suas bases culturais, sendo a variedade de novos objetos, métodos e abordagens posta por uma nova definição “conceitual do político” identificada como o fenômeno intelectual mais relevante desde final de século⁵.

A ascendência da democracia em termos políticos e teóricos razoavelmente articulados provocou também entre os intelectuais de esquerda um complexo processo de renovação conceitual que, especialmente na América Latina, afetou suas concepções desde o início dos anos 1970⁶. A análise social empreendida pela esquerda estava subordinada a algumas premissas básicas derivadas do economicismo marxista, de modo que as relações de poder eram entendidas como rigidamente controlada pelos “aparelhos ideológicos do Estado” e correspondia a cultura, ao cotidiano e a sociedade o lugar da reprodução das relações de produção. Estas concepções arraigadas na cultura da esquerda colocavam como definição para a política especialmente a sua associação com a força ou violência, quase sempre identificada com o Estado. Assimilar a democracia implicava, assim, para a esquerda, em uma série de

⁵ ROSANVALLON, Pierre; *Por uma História Conceitual do Político*, Revista Brasileira de História, nº 3, v.15, 1995, p.9-18.

⁶ DAGNINO, Evelina; *Cultura, cidadania e democracia: a transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana*, in: ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (org.); *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*, Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

imbricações que punham em questão a chave político-conceitual da revolução, pois exigia uma ruptura com suas tradições para colocar a política em bases culturais.

Por isso uma teoria para a esquerda democrática não poder fundamentar-se em premissas tais como as que dominaram o pensamento do espectro sob a égide do marxismo-leninismo, principalmente no que tange a seus princípios deterministas e totalitários. Para tanto, este trabalho utiliza-se de uma aproximação entre os conceitos de *sociedade civil* e *cultura política* para dar forma a uma interpretação da história do Brasil também renovada pelo debate entre pensadores de esquerda e as teorias democráticas. A categoria de sociedade civil remonta a Antonio Gramsci, pensador marxista que exerceu grande influência sobre a esquerda latino-americana em seu debate com a democracia, pois articula uma teoria do Estado que confere justa relevância as organizações civis como partidos, sindicatos e movimentos sociais nas relações de poder das sociedades contemporâneas. O conceito de cultura política, oriundo da Ciência Política norte-americana de matriz liberal, presta grande contribuição para a apreensão das dinâmicas culturais que participam dos processos de legitimação dos regimes democráticos em contextos periféricos.

A reflexão a respeito das relações ente Estado e sociedade civil foi a base para o impacto renovador que o pensamento gramsciano teve na esquerda latino-americana, sua poderosa crítica os fundamentos do reducionismo econômico traziam à tona uma teoria com base na premissa de que não há situação histórica que não possa ser transformada pela livre e consciente ação dos homens organizados – “a força imanente da história é a liberdade”. As observações sobre a questão pedagógica e a cultura, suscitadas aqui pelo objeto do MOVA-SP, na obra do comunista italiano Antonio Gramsci não constituem um capítulo à parte ou pesquisas autônomas, mas integram o cerne das reflexões do autor voltadas para uma análise da sociedade capitalista contemporânea. Suas formulações sobre sociedade civil e hegemonia procuram ressaltar justamente a importância das relações pedagógicas e dos intelectuais na elaboração e difusão das ideologias e valores, a partir dos quais os indivíduos interagem no campo da política e do Estado.

A cultura foi uma dimensão que a teoria marxista do Estado predominante até por volta dos anos de 1960 negligenciou, fundamentando-se, principalmente, numa concepção da política como subordinada a forte tutela dos interesses econômicos. Esta premissa sintetizada na teoria política marxista articulava-se basicamente em torno da afirmação do Estado como

“comitê executivo da classe dominante”. Esta concepção, seguindo a reflexão de Norberto Bobbio, teve relevante contribuição a história do pensamento político moderno na medida que a filosofia política anterior a Marx caracterizou-se pela predominante tendência de considerar o Estado como o momento supremo e definitivo da vida comum, naquele em que se resumia a vontade comum da sociedade e encarnava o universal contra a ameaça dos interesses particulares da sociedade civil⁷. Em outras palavras, o Estado resumia e determinava a sociedade. No pensamento político de Marx, entretanto, o Estado deixa de aparecer como a encarnação da universalidade, mas sim como uma entidade particular que, em nome de um suposto interesse geral, defende os interesses comuns de uma classes em particular. Não é o Estado que molda a sociedade mas a sociedade que molda o Estado, e a sociedade, por sua vez, molda-se pelo modo dominante de produção (infra-estrutura)⁸.

O pensamento político marxiano, portanto, registra-se, de certo modo, na grande corrente do realismo político (Maquiavel, Hobbes, Weber, etc.) que despe o Estado de todos os seus atributos divinos e considera-o como organização de força, uma concepção instrumental do Estado-coerção como aparato a serviço do grupo dominante. Contudo, a originalidade de Marx esteve em acrescentar um contexto de luta de classes à análise do poder e do Estado. Não estando mais acima dos interesses particulares e de classe, está assim formulada a essência da concepção marxista do Estado: esse seria a expressão imediata do domínio de classe exercido através do poder coercitivo institucionalizado⁹.

A vitória da Revolução Russa, em 1917, primeira revolução comunista da história, fez com que as interpretações bolcheviques do Estado e da Revolução dominassem o pensamento no pensamento político da esquerda até meados do século XX¹⁰. O marxismo-leninismo, como ficou conhecido as interpretações leninistas a respeito da teoria política de Marx, retomava substancialmente a concepção marxiana do Estado, o fundamental também para a teoria política de Lenin era o Estado caracterizar-se como um órgão de dominação de classe e que,

⁷ BOBBIO, Norberto; *O conceito de sociedade civil*, trad. Carlos Nelson Coutinho, Rio de Janeiro : Graal, 1982, p. 19.

⁸ CARNOY, Martin; *Estado e teoria política*, trad. Instituto de Letras da PUC-Campinas, 2ª ed., Campinas, SP: Papyrus, 1988, p.66.

⁹ Ainda seguindo Norberto Bobbio, “mesmo se Marx não tivesse escrito uma crítica da economia, a sua teoria política constitui uma etapa obrigatória na história da teoria do Estado moderno.” BOBBIO, N.; *Existe uma doutrina marxista do Estado?*, in: BOBBIO, N. [et al.]; *O Marxismo e o Estado*, trad. L. Boccardo e R. Levie, Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p.31.

¹⁰ CARNOY, Martin; *Estado e teoria política*, trad. Instituto de Letras da PUC-Campinas, 2ª ed., Campinas, SP: Papyrus, 1988, p.64.

embora as vezes o Estado tentasse conciliar o antagonismo de classes (democracia), este conflito é irreconciliável. Sendo o Estado sempre uma “ditadura de classe”, Lenin conclui por estes argumentos que a política da esquerda deveria fazer-se pela força da revolução, a tomada do “poder de Estado” apresentada como a única estratégia capaz de uma radical transformação da sociedade em favor das classes trabalhadoras.

De uma perspectiva estritamente teórico, as análises políticas inspiradas na teoria do Estado como dominação de classe forjaram uma teoria social calcada em exacerbado determinismo econômico. A partir da constatação histórica que as idéias dominantes, em todos os períodos, são as idéias da classe dominante, esta teoria política conclui que a classe que se apresenta como a força materialmente dominante é, ao mesmo tempo, a força intelectual dominante, ou seja, tendo a burguesia o controle sobre o processo de produção capitalista, essa classe dominante estende seu poder ao Estado, a cultura e outras instituições. As premissas desta análise social são conhecidas através da fórmula: a infra-estrutura econômica determina a superestrutura político-cultural. Tal compreensão da sociedade atingiu seu clímax com os trabalhos de Louis Althusser, através do conceito de “aparelhos ideológicos do Estado” as estratégias da classe dominante pareciam ocupar completamente os espaços da cultura: instituições como a Igreja, a família, os sistemas educativo, os sindicatos, os meios de comunicação, são aparelhos ideológicos do Estado que funcionam para assegurar a reprodução das relações de produção mediante sujeição à ideologia dominante¹¹. Uma das importantes conseqüências, segundo Evelina Dagnino, deste marco teórico para as ciências sociais latino-americanas foi o fortalecimento de uma concepção subordinada e marginal da cultura, que reforçava, em última instância, uma definição da política como dimensão da força.

A concepção da História implícita a esta teoria política postulava uma supremacia das estruturas sobre o desenvolvimento da humanidade que, por conseqüência, cerceava em demasia o campo da liberdade concernente ao ser humano. A convicção de que leis regem o movimento da história constituiu-se no embrião para a formação dos regimes totalitários, não obstante, o processo de renovação do marxismo impulsionado pelo fim da experiência stalinista condenou estas interpretações economicistas da História, trazendo à tona autores que, visando libertar o homem do julgo das estruturas, tinham dedicado especial atenção para

¹¹ DAGNINO, Evelina; *Cultura, cidadania e democracia: a transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana*, in: ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (org.); *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*, Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. p.65.

o campo da cultura e da política. A esquerda abre-se para um ecletismo antiautoritário que mistura autores marxistas e não-marxistas. Um número significativo de intelectuais de esquerda contribuiu para que a teoria marxista da História fosse reexaminada em novas direções, na América Latina, em especial, Antonio Gramsci foi o pensador que exerceu maior influência na renovação intelectual e política da esquerda¹².

A partir de ferrenha crítica ao economicismo das concepções de esquerda, Gramsci estabelece uma equivalência entre forças materiais e elementos culturais dentro de uma visão de classes da sociedade. A originalidade de Gramsci, como marxista, fundamenta-se em grande parte do seu argumento sobre a natureza do domínio burguês: a verdadeira força do sistema capitalista não reside tanto na violência da classe dominante ou no poder coercitivo de seu aparelho de Estado, mas na aceitação por parte dos dominados de uma concepção de mundo que pertence aos dominantes. Pela visão de Giovanni Semeraro, na filosofia da História de Gramsci no “mundo nada há de metafísico, de teológico nem de materialmente determinado para sempre, mas tudo se resolve no mais puro âmbito da imanência, que é o lugar dos processos históricos aberto as decisões humanas e ao imponderável conflito das forças materiais, espirituais e sociais”¹³. Em referência ao debate de Gramsci com intelectuais de sua época, a história não caminha por partogênese ideal (Croce), assim como não se movimenta por partogênese material (Bukharin), e sim pela ação política que forma o nexo entre idéias e condições materiais.

“O raciocínio se baseia sobre a necessária reciprocidade entre estrutura e superestrutura (reciprocidade que é precisamente o processo dialético real)”¹⁴

Observando os acontecimentos de seu tempo, Gramsci enfatiza que um dos fenômenos mais significativos dos anos que se seguiram à 1ª Guerra Mundial foi a irrupção das massas no cenário político e a emergência de organizações da sociedade civil, como a de grandes partidos políticos e a ação de numerosos e potentes sindicatos. Essas transformações nas estrutura de

¹² São muitos os trabalhos que abordam a relação entre o pensador italiano Antonio Gramsci e a esquerda latino-americana, para uma referência ver COUTINHO, C. N. e NOGUEIRA, M. A. (org.); *Gramsci e a América Latina*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

¹³ SEMERARO, Giovanni; *Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia*, Petrópolis, RJ: Vozes, 1999, p.103.

¹⁴ GRAMSCI, Antonio; *A concepção dialética da história*, trad. Carlos Nelson Coutinho, 3ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978. p.52

poder da sociedade moderna deixavam evidente que o domínio do Estado-força não era mais garantia de manutenção do poder político, a esfera pública “restrita”¹⁵ própria dos Estados oligárquicos, tanto autoritários como liberais, cedia progressivamente lugar a uma nova esfera pública caracterizada pelo crescente protagonismo das organizações de massa. Sendo assim, essas alterações no campo da política exigiram do Estado ampliar seu enraizamento social, de forma que apresentasse uma abertura maior a representação da sociedade.

A percepção de que havia ocorrido uma socialização da política na sociedade moderna foi o que possibilitou a Gramsci elaborar uma teoria marxista da política abrangendo novas determinações em seu conceito de Estado. Portanto, examinando a superestrutura das sociedades modernas, o autor distingue em seu conceito de Estado duas esferas em seu interior, independentes mas associadas, que ele chama de “sociedade política” e “sociedade civil”. Pelo sentido atribuído por Gramsci aos termos, no âmbito da sociedade civil, as classes buscam exercer sua *hegemonia*, ou seja, buscam ganhar aliados para seus projetos através da *direção* e do *consenso*; por meio da sociedade política, ao contrário, exerce-se sempre uma *dominação* fundada na coerção dos grupos subordinados.

“Podemos, para o momento, fixar dois grandes ‘níveis’ superestruturais: o primeiro pode ser chamado de ‘sociedade civil’, isto é, o conjunto dos organismos vulgarmente denominados ‘privados’; e o segundo, de ‘sociedade política’ ou do ‘Estado’. Esses dois níveis correspondem, de um lado, à função de ‘hegemonia’, que o grupo dominante exerce sobre toda a sociedade; e, de outro, à ‘dominação direta’ ou comando, que é exercido através do Estado e do governo ‘jurídico’.”¹⁶

Devido a complexidade do Estado que Gramsci pretende abranger com sua teoria política, talvez a melhor definição a respeito de sua distinção entre sociedade política e sociedade civil seja também a mais imprecisa e, por isso, abrangente: a sociedade civil é o Estado vindo “de baixo” enquanto a sociedade política é o Estado a partir “de cima”¹⁷. Esta definição é interessante para compreender a dinâmica relação entre dominação e legitimação

¹⁵ A terminologia “restrita” e “ampla” para classificar a natureza os compromissos do Estado provêm de COUTINHO, Carlos Nelson; *A dualidade de poderes: Estado e revolução no pensamento marxista*, in COUTINHO, C. N.; *Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios*, 2ª ed., São Paulo: Cortez, 1996, p.13-70.

¹⁶ Citação de Antonio Gramsci em CARNOY, Martin; *Estado e teoria política*, op. cit. p.92.

¹⁷ SEMERARO, Giovanni; *Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia*, Petrópolis, RJ: Vozes, 1999, p.75.

no Estado contemporâneo. A categoria de “sociedade política” corresponderia a concepção do Estado como ditadura de classe desenvolvida segundo a tradição do marxismo-leninismo, designando precisamente o conjunto de aparelhos através dos quais a classe dominante detém e exerce o monopólio da violência. Enquanto o conceito de sociedade civil designa um conjunto diversificado e indefinidos de meios através dos quais os interesses populares “entram” no Estado. Desta forma, a real contribuição de Gramsci ao conceito de Estado marxista cabe a definição do que ele entende por “sociedade civil”¹⁸.

Historicamente, um fenômeno típico da sociedade moderna foi a emancipação da sociedade civil diante do Estado. O surgimento cada vez maior de uma série de organizações autônomas como associações, sindicatos, partidos, etc., que se constituíam em corpos intermediários de agremiação de interesses, foram alterando o modelo de representação fundado na relação direta indivíduo/Estado; o poder, que havia ocupado quase exclusivamente o campo das instituições políticas, ganha amplos espaços na sociedade, que aprende a se organizar nas mais variadas manifestações. Abordar o campo da sociedade civil constituiu-se em tema obrigatório no pensamento político moderno, sobretudo por notarem que o mundo moderno, ao contrário da ética comunitária que regia os gregos, caracterizava-se pela posição central da figura do indivíduo, ou, mais precisamente, pela emergência de uma esfera social desconhecida na Antigüidade, que, entre outros, passou a ser denominada de “sociedade civil”, e corresponderia precisamente ao reino da particularidade¹⁹.

Coutinho assinala que havia, assim, uma tendência predominante na filosofia moderna de considerar a sociedade civil o reino dos interesses particulares ou privados; todavia, em Gramsci, o termo sociedade civil designa, contrariamente, um momento ou uma esfera da superestrutura, o que significa pertencer ao conjunto das instituições responsáveis pela representação dos interesses de diferentes grupos sociais, mas também pela elaboração e difusão de valores simbólicos e ideologias²⁰. O conceito de sociedade civil, portanto, designa em Gramsci o conjunto das organizações que se encontram na dimensão do “privado” – igrejas, meios de comunicação, partidos políticos, sistema escolar, sindicatos, diversas

¹⁸ BOBBIO, Norberto, *O conceito de sociedade civil*, trad. Carlos Nelson Coutinho, Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982. Norberto Bobbio foi um dos primeiros intelectuais a definirem que o cerne do pensamento gramsciano advém de suas formulações a respeito da categoria de sociedade civil – corrente que se tornou predominante nas interpretações da obra de Gramsci.

¹⁹ COUTINHO, C. N.; *Vontade geral e democracia em Rousseau, Hegel e Gramsci*, in: COUTINHO, C. N.; *Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios*, op. cit. p.121-142.

²⁰ COUTINHO, C. N.; *Vontade geral e democracia em Rousseau, Hegel e Gramsci*, op.cit.

organizações sociais, empresas, instituições de caráter científico e artístico, etc. – como criadoras e veículos de uma “concepção de mundo”. Deve-se observar que apesar de Gramsci utilizar o adjetivo privado, querendo com isto ressaltar o seu caráter não voluntário, a sociedade civil tem uma indiscutível dimensão pública na medida em que a cultura é parte integrante das relações de poder em dada sociedade.

A ênfase que Gramsci atribuiu a relação entre política e cultura surgiu da situação histórica na qual viveu e participou como líder político. Sob as condições de relativa liberdade política após a Primeira Guerra Mundial, a Itália foi o palco de uma importante luta entre os partidos de esquerda e direita. Apesar da aguda crise econômica e da situação aparentemente revolucionária, em pouco tempo a luta transformou-se, com o apoio de grande parte das classes trabalhadoras, na vitória do fascismo, cuja proposta era preservar e promover os avanços do capitalismo. Diante da crise que sacudiu os fundamentos do mundo burguês, Gramsci percebeu que nas sociedade de capitalismo avançado do ocidente, a expressão da ideologia capitalista havia transbordado a dimensão do Estado, adquirindo maior força porque enraizada no âmbito da cultura e da sociedade: decisivos para o avanço do fascismo não foram somente a violência e os golpes, mas também a conquista das classes médias com seus intelectuais e a difusão duma ideologia galvanizadora entre as massas²¹. Foi, portanto, através do conceito de sociedade civil e hegemonia que Gramsci tentou explicar a ascensão do fascismo e, em consequência da morfologia das sociedades modernas, formular uma nova teoria do Estado.

Tais acontecimentos dissiparam, em Gramsci, qualquer fundamento de uma visão mecanicista ou economista da análise social, dando origem a uma “concepção dialética da história” aberta para uma multiplicidade de interações que atribuem especial relevância aos aspectos culturais e movimentos políticos da sociedade civil. Ao atestar o protagonismo das massas que caracterizou o cenário do pós-guerra, revelando para o olhar aguçado do autor as insuficiências do Estado-força em assegurar o poder às classes dominantes, Gramsci busca através do caráter “hegemônico” que imputa a política registrar assim o fato de que a esfera ideológico-cultural, principalmente nas sociedades capitalistas mais avançadas, adquiriu uma autonomia em relação a sociedade política ou Estado. Essa distinção não é apenas abstrata ou funcional, as duas esferas distinguem-se ainda por uma materialidade

²¹ SEMERARO, Giovanni; *Gramsci e a sociedade civil*, op. cit. 37.

social própria: enquanto a sociedade política tem seus portadores materiais nos “aparelhos coercitivos do Estado” (polícia, exército, sistema jurídico), os portadores materiais da sociedade civil são o que Gramsci chama de “aparelhos privados de hegemonia” (partidos, movimentos sociais, sindicatos)²².

Entretanto, Gramsci estabelece um caráter fundamentalmente histórico a relação entre sociedade civil e sociedade política. Nas formações sociais de capitalismo avançado, que designa como “ocidentais”, Gramsci observou que a sociedade civil atingiu uma independência política e ideológica que obrigava o Estado a estabelecer com ela uma relação mais equilibrada, com isso, a luta de classes passava a ter como terreno decisivo a disputa pela hegemonia; em formações sociais onde não se desenvolveu uma sociedade civil forte e autônoma, e a esfera do ideológico se manteve umbilicalmente ligada e dependente da sociedade política, o poder manteve-se predominantemente nos limites do Estado em sentido restrito, é o que ocorre nas sociedades que Gramsci chama “orientais”. A proporção desta relação, reconhecia Gramsci, variava de Estado para Estado, o que exigia precisamente um reconhecimento cuidadoso do caráter nacional.

Não obstante, a originalidade de Gramsci advém sobretudo de suas reflexões a respeito da sociedade civil nas sociedades de capitalismo avançado, de forma que estas alterações na sociedade moderna, a que Gramsci se referiu como um processo de socialização da política, exigiram uma configuração do Estado fundamentada cada vez mais no caráter hegemônico da política, ou seja, no *consentimento* da população. Sendo assim, a dominação de um grupo social encarnada no Estado não se manifesta e não se exerce, segundo a teoria política gramsciana, como afirmação e defesa exclusiva de um estrito “interesse econômico corporativo”, o Estado não se reduz pura e simplesmente ao aparelho de repressão e comando, mas abrange também um conjunto relativamente autônomo de relações ideológicas e culturais que se manifestam através da “direção moral e intelectual” exercida pelas classes dominantes. Deste modo, no pensamento político gramsciano a teoria do Estado compreende uma esfera – a sociedade civil – que é caracterizada pela adesão voluntária e não coercitiva dos governados, um campo onde predomina os temas da legitimidade e de representação política da população,

²² COUTINHO, Carlos Nelson; *A dualidade de poderes: Estado e revolução no pensamento marxista*, op.cit. p.55.

atingidos através “do consenso ‘espontâneo’ das grandes massas da população a orientação impressa pelo grupo fundamental dominante”²³.

É na esfera da sociedade civil, portanto, que tomam maior relevância a expressão dos aspectos culturais e políticos de uma sociedade. Neste sentido, o método gramsciano de análise dos elementos políticos e culturais que compõem o universo da hegemonia de um grupo dominante fundamenta-se nas seguintes dimensões:

“Os elementos filosóficos propriamente ditos, porém, podem ser ‘distinguidos’, em todos os seus diversos graus: como filosofia dos filósofos, como concepções dos grupos dirigentes (cultura filosófica) e como religiões das grandes massas; e pode-se ver como, em cada um destes graus, ocorrem formas diversas de ‘combinação’ ideológica.”²⁴

As massas, as diversas organizações sociais e os intelectuais são importantes componentes da análise gramsciana sobre a organização da cultura e dos conseqüentes processos de construção da hegemonia. A definição do Estado gramsciano, “sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia escudada pela coerção”, remete a uma noção do poder entendido não como uma instituição, mas como uma relação entre forças políticas e culturais difusa pela sociedade. Ao estabelecer uma relação de reciprocidade entre forças materiais e elementos culturais, o pensamento de Gramsci se desdobra numa reflexão inovadora dentro do marxismo: o determinismo econômico, a concepção da classe operária como sujeito privilegiado da história, o papel da vanguarda e sua relação com as massas, o papel do Estado, enfim, a própria concepção de política foi objeto de debate e revisão. A polêmica principal da inflexão se refere ao conceito gramsciano de transformação social, no qual a revolução não é mais concebida como um ato insurrecional de tomada do poder de Estado, mas como um processo pedagógico no qual a “reforma intelectual e moral” da sociedade é vista como parte fundamental do movimento de transformação.

²³ GRAMSCI, Antonio; *Os intelectuais e a organização da cultura*, trad. Carlos Nelson Coutinho, 5ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1987.

²⁴ O emprego do termo filosofia nesta passagem designa mais especificamente a noção de cultura em sentido amplo, “uma concepção do mundo que se transformou em norma de vida, já que norma de vida não se entende em sentido livresco, mas realizada na vida prática – a maior parte dos homens são filósofos, na medida em que atuam praticamente (nas linhas diretoras de sua conduta) está contida implicitamente uma concepção de mundo, uma filosofia.” GRAMSCI, Antonio; *A concepção dialética da história*, trad. Carlos Nelson Coutinho, 3ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978. p.32

A atração que Gramsci exerceu sobre a esquerda intelectual latino-americana dos anos 70 justifica-se sobretudo pela definição da sociedade civil como arena política. Após a derrota da estratégia de luta armada na América Latina, a resistência contra os Estados autoritários foi progressivamente se concentrando na organização da sociedade civil e na formação de um consenso antiautoritário entre a população. A luta contra a ditadura se desdobrou, para uma parcela significativa da esquerda latino-americana, numa luta contra todas as formas de autoritarismo, que, no campo das idéias, incorria numa recusa das teorias fundadas na associação da política como o Estado ou com a força. O surgimento dos movimentos sociais, expressando a crescente heterogeneidade e complexidade das sociedades latino-americanas, aprofundaram para a esquerda ainda mais o desafio intelectual de compreender a política além do Estado. Evelina Dagnino destaca que este contexto apresentou-se como uma base favorável a ampla receptividade do pensamento gramsciano, em especial, do conceito de sociedade civil, que apareceu como propício para a compreensão do conjunto de relações políticas e culturais que emergiam fora da tutela do Estado²⁵.

Restringindo-se especificamente ao Brasil, a categoria de sociedade civil fez escola entre as ciências humanas brasileiras na interpretação do processo de Transição Democrática (1974-1989)²⁶. O intenso associativismo que caracterizou o período levou muitos autores, até mesmo não-marxistas, a adotarem os conceitos gramscianos; nas mais diferentes interpretações da realidade brasileira inspiradas em Gramsci identificava-se na sociedade civil a categoria privilegiada para a compreensão do processo de democratização do país, visto que, o conceito oferecia tanto uma nova forma de conceber a relação entre Estado e sociedade – apresentando-se como um referencial teórico alternativo as concepções estatistas da política – como contribuía para compreender a dinâmica política e cultural no interior da sociedade – numa concepção que valoriza a experiência dos movimentos sociais frente ao problema do autoritarismo no Brasil. Há um certo consenso entre a literatura gramsciana nacional de que o processo de Transição Democrática tem com significado maior, nos termos de Gramsci, a configuração de uma sociedade de perfil “ocidental” no Brasil, de modo que resultou numa relação mais equilibrada entre Estado e sociedade civil.

²⁵ DAGNINO, Evelina; *Cultura, cidadania e democracia: a transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana*, op.cit. p.69.

²⁶ Para citar os principais intérpretes do pensamento gramsciano no Brasil ver: Luiz Werneck Vianna, Carlos Nelson Coutinho, Marilena Chaui, Francisco Weffort, Evelina Dagnino.

Os trabalhos de Carlos Nelson Coutinho foram de crucial importância para uma assimilação de Gramsci no Brasil, segundo conhecido texto sobre as categorias gramscianas e a realidade brasileira, o desenvolvimento do capitalismo nacional teve como característica central na história do Brasil o modelo de *modernização conservadora*²⁷. Esta tradição política desenvolveu duas tendências na sociedade, por um lado, o fortalecimento do Estado em detrimento da sociedade civil; e, por outro, a prática da “transformação pelo alto” como modalidade de desenvolvimento histórico que implica a exclusão das massas populares. Desta forma, a sociedade brasileira sofreu o peso de uma ideologia autoritária fortemente disseminada por toda a população, manifesta num conjunto de práticas que combinam valores hierárquicos e estatistas que limitaram a intervenção da sociedade civil na política. O regime militar, sobretudo depois do AI-5, buscou por todos os meios quebrar os organismos autônomos da sociedade civil, contribuindo para desequilibrar a relação entre Estado e sociedade civil, tornando-a aparentemente de perfil “oriental”.

Entretanto, a sociedade civil – embora por vezes duramente reprimida – conservou uma margem de autonomia diante do Estado, mais que isso, destaca Coutinho, cresceu e se diversificou a partir de meados dos anos 70, quando um forte movimento de auto-organização envolveu os operários, os camponeses, as mulheres, os jovens, as camadas médias, os intelectuais e até mesmo setores da burguesia. Principalmente a partir do contexto de crise de legitimidade do regime militar, a sociedade civil brasileira voltou à luz hegemônica por um amplo arco de forças antiditatoriais que abrangia da esquerda até alguns segmentos conservadores. O movimento de massa em favor da eleição direta para a Presidência da República, que desempenhou um papel decisivo na derrota da ditadura militar, foi a culminação desse processo de fortalecimento da sociedade civil no Brasil. O período da Transição Democrática (1974-1989) comporta, assim, segundo a leitura gramsciana da história do Brasil, o processo de afirmação de uma sociedade civil autônoma, que, através de amplo processo constituinte e sufrágio universal, possibilitou implementarem um regime democrático com ampla abertura para a participação da população rompendo com as características autocráticas do Estado brasileiro²⁸.

²⁷ COUTINHO, Carlos Nelson; *As categorias de Gramsci e a realidade brasileira*, in: COUTINHO, C. N. e NOGUEIRA, M. A. (org.); *Gramsci e a América Latina*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

²⁸ COUTINHO, Carlos Nelson; *As categorias de Gramsci e a realidade brasileira*, op.cit. p.125. O texto de Coutinho apresenta um caráter profundamente didático, o principal intérprete gramsciano do processo de modernização brasileiro é Luiz Werneck Vianna. Ver VIANNA, L. W.; *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*, Rio de Janeiro: Revan, 1997.

Sendo assim, ao apropriar-se da categoria de sociedade civil, este trabalho dedica especial atenção aos segmentos da sociedade civil que durante a Transição Democrática confluíram na formação do Partido dos Trabalhadores, processo de desenvolvimento político que envolveu a unificação de diversas organizações na construção de um novo partido de esquerda, como o grupo dos sindicalistas “autênticos”, diversas organizações e movimentos ligados à ala progressista da Igreja Católica, centros de intelectuais como o CEDEC e o CEBRAP, a ala da esquerda que voltava da clandestinidade, e alguns políticos ligados ao MDB²⁹. Portanto, no texto, o conceito de sociedade civil destina-se principalmente à compreensão da organização e participação da esquerda petista no processo de construção da democracia brasileira³⁰.

O estudo do Programa MOVA-SP (1989-1992) destina-se a ilustrar o tipo de relação que o PT estabeleceu com o Estado Democrático de Direito emergido da Constituição de 1988, mais especificamente, através da experiência do governo “democrático-popular” de Luiza Erundina na cidade de São Paulo. A distinção entre sociedade política e sociedade civil inerente ao conceito gramsciano de Estado foi inicialmente assimilada pela esquerda brasileira como duas esferas opostas, o que devia-se ao contexto de claro antagonismo entre Estado autoritário, de um lado, e a sociedade civil como resistência, de outro. Diante daquela situação foi atribuído à sociedade civil um conteúdo eminentemente democrático, porém, o desgaste gradual da ditadura militar e a transição para a democracia trouxeram à tona a heterogeneidade política e cultural da sociedade civil brasileira com sua multiplicidade de interações com o Estado³¹. Evelina Dagnino confirma que a implementação de um regime democrático no Brasil permitiu ampla participação de atores e forças sociais envolvidos na execução e planejamento de políticas públicas, de modo que os encontros entre Estado e sociedade civil caracterizariam segundo a autora o cenário da década de 1990. O estudo do Programa MOVA-SP – uma política pública no campo da educação fundada numa parceria de co-gestão entre a administração petista da prefeitura

²⁹ MENEGUELLO, Rachel; *PT: a formação de um partido, 1979-1982*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p.57

³⁰ A preocupação do trabalho destina-se especificamente à análise da esquerda petista, desde a pré-história do partido, com as organizações da década de 1970, passando pela formação do PT, até a sua consolidação como o maior e mais influente partido da esquerda brasileira.

³¹ Evelina Dagnino afirma que a “bandeira da participação da sociedade civil” é a marca dos anos 90. A heterogeneidade da sociedade civil brasileira estabeleceu distintas formas de relação com o Estado, o trabalho em questão tem o objetivo de analisar as diferentes estratégias que emergiram deste encontro (os espaços públicos). DAGNINO, Evelina (org.); *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*, São Paulo: Paz e Terra, 2002.

municipal e movimentos populares da cidade de São Paulo— presta-se, portanto, a analisar as novas possibilidades representadas pelo PT para uma transformação da sociedade brasileira.

Enfim, a utilização do conceito de sociedade civil neste trabalho é uma categoria analítica que converge com as preocupações e definições atuais no estudo da política, visto que destina-se a abordar a política além das dimensões do Estado, principalmente em seu fundamentos políticos e culturais na sociedade. Outro termo que participou da “reconceituação” do político ocorrida durante as últimas décadas do século XX e que também pensa a política além da esfera do Estado foi o conceito da cultura política. O termo apareceu durante a “reconceituação” como o principal critério de interpretação para os comportamentos políticos no decorrer da história, o que também abria a política para uma diversidade de influências que anulavam qualquer forma de determinismo.

O conceito de cultura política foi originalmente desenvolvido na década de 1960 pela Ciência Política norte-americana com a obra pioneira de Gabriel Almond e Sidney Verba³². Motivados pelo debate político e intelectual derivado dos processos de democratização no pós segunda guerra mundial, aos autores interessavam analisar um fenômeno marcante de seu tempo e decorrente da recente supremacia internacional dos EUA, saber se as instituições podiam ser transplantadas a outros contextos sociais independente de quais sejam as variáveis culturais entre eles³³. Para tanto, os autores retomam o os critérios de classificação dos regimes políticos proposto por Montesquieu, no qual são analisados a partir de sua *natureza*, segundo a distinção entre monarquia, aristocracia e república, e de seus *princípios*, aquilo que lhes fazem agir. Nota-se que o problema plantado por Montesquieu é idêntico ao que querem compreender Almond e Verba: como se relacionam cultura política e regime político? Mesmo se valendo do uso mais tradicional do termo, a resposta dos autores contrastava com aquelas de tipo *rational choice* predominante nos meios intelectuais norte americanos: em caso de dissonância entre cultura política e regime político este último entrará em crise, posto que a cultura política só se modifica a prazos muito longos³⁴.

³² A obra pioneira na temática da cultura política foi ALMOND, Gabriel A. e VERBA, Sidney; *The Civic Culture. Political Attitudes and Democracy in Five Nations*, Princeton University Press, Princeton, 1963.

³³ A pesquisa constituía-se em um estudo comparativo de atitudes e comportamentos políticos abrangendo cinco países: Estados Unidos, Grã-Bretanha, Alemanha, Itália e México.

³⁴ BOTELLA, Joan; *Em torno al concepto de cultura política: dificultades y recursos*, in: CASTILLO, P. e CRESPO, I. (org.); *Cultura Política – enfoques teóricos y analisis empiricos*, Valencia: Tirant lo Blanch, 1997.

A tradição de pensamento das ciências humanas norte americanas era fundada em premissas racionalistas³⁵. A *rational choice* constitui-se numa teoria sobre o comportamento humano que entende as decisões dos indivíduos como uma espécie de cálculo custo-benefício, que baseia-se num contraste entre os benefícios esperados de uma certa decisão e os custos de empreende-la. Nesta abordagem do campo da política, o destaque é conferido, portanto, às *razões circunstanciais* que influenciam as decisões dos atores políticos, sendo assim a implementação de um novo regime político uma variável que depende de sua adequação aos interesses mais geral da sociedade. Neste contexto intelectual, a novidade das formulações de Almond e Verba assentava-se na definição de um conceito de cultura política que permitia introduzir o mundo dos valores, das idéias e das percepções políticas no âmbito dos estudos empíricos, rompendo com as tradições românticas baseadas no caráter da identidade nacional e nas características excepcionais irredutíveis de cada sociedade.

Para a elaboração do conceito de cultura política, os autores tiveram como fundamentação teórica originária uma aproximação entre a teoria da modernização de Parsons e a análise da esfera pública liberal-democrática elaborada por Habermas; esta “fórmula” compreendia um entendimento da cultura política como uma dimensão normativa da sociedade que ocupa a significação sociológica do lugar de articulação/relação entre o Estado e o mercado/sociedade. Neste campo destinado a cultura política predominava fundamentalmente seu lado *apolítico, privado* da dicotomia que se estabelece entre as esferas pública e privada da vida social, e seu lado *não cultural*, mais as mentalidades que o reconhecido como cultural (artes, literatura,...)³⁶. Por definição, a cultura política seria duradoura no tempo e global, isto é, compartilhada por toda a população de uma determinada comunidade política³⁷. Desta forma, o mais importante feito dos autores foi de contribuir para generalizar a noção de que os padrões culturais são componentes do ambiente político das

³⁵ A chave de leitura racionalismo-culturalismo para analisar o debate a respeito do conceito de cultura política está presente em CARVALHO, Maria Alice Rezende; *Cultura política, capital social e a questão do déficit democrático no Brasil*, in: VIANNA, Luiz Werneck (org.); *A democracia e os três poderes no Brasil*, Editora UFMG, Belo Horizonte, 2002.

³⁶ Para uma sociologia histórica da formação do conceito de cultura política ver SOMERS, Margaret R.; “*Qué hay de político o de cultural em la cultura política y em la esfera pública? Hacia una sociología histórica de la formación de conceptos*”, in: *Zona Abierta*, Madrid, 77/78, 1996/97, p.31-94.

³⁷ Para a discussão do conceito de cultura política em Almond e Verba ver BOTELLA, Joan; *Em torno al concepto de cultura política: dificultades y recursos*, in: CASTILLO, P. e CRESPO, I. (org.); *Cultura Política – enfoques teóricos y analisis empíricos*, Valencia: Tirant lo Blanch, 1997.

sociedades, e desempenham um papel relevante a ser levada em conta na análise da relação entre a população e a comunidade política³⁸.

A filiação do conceito de Almond e Verba a teoria da modernização, entretanto, implicou numa pesada carga ideológica, onde o que se sustentava como conteúdo de uma cultura política era uma cultura cívica inspirada nos modelos da democracia liberal do Ocidente (ou anglo-saxão); com isso, tornava-se possível alinhar as culturas políticas das diversas nações num processo evolutivo de países mais desenvolvidos ou menos desenvolvidos, e até mesmo de países inaptos para a implementação de regimes democráticos³⁹ - em caso de dissonância entre cultura política e sistema político, este último entrará em crise, posto que a cultura política é um fator prévio e independente só modificável ao longo prazo. É evidente que este e outros componentes da noção de cultura política elaborado pela *escola desenvolvimentista* logo foram questionados e abandonados pela ciência política porque teriam deixado transparecer na suas análises uma clara preferência ideológica pelo liberalismo.

Após algum tempo de desprestígio, principalmente durante os anos 70, causado pela aversão ao passado conservador do conceito e pelo predomínio das teorias “econômicas” da política, o conceito de cultura política retorna ao debate das Ciências Humanas durante os anos de 1980 novamente projetado pelo contexto de democratização das regiões periféricas do Ocidente. No entanto, devido à radicalização do debate em décadas precedentes, contrapôs-se mais rigidamente ainda as abordagens racionalistas e culturalistas⁴⁰. Requisitado para a análise das dinâmicas culturais que participam dos processos de legitimação dos regimes democráticos em contextos periféricos, Maria Alice de Carvalho propõe a chave de leitura racionalismo / culturalismo para distinguir as definições a respeito do conceito de cultura política. As abordagens culturalistas, mais fiéis a teoria da modernização, tendiam a perceber o problema da consolidação democrática como um problema relacionado a interiorização generalizada de valores e normas compatíveis com a experiência democrática – em particular a cultura do civismo. Contrariamente, como a ênfase é conferida a interesses circunstâncias

³⁸ MOISÉS, José Álvaro; *Os brasileiros e a democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática*, Editora Ática S.A. : São Paulo, 1995, p. 86.

³⁹ BERSTEIN, Serge; *A cultura política*, in: RIOUX, J.P. e SIRINELLI, J.F. (dir.); *Para uma história cultural*, Editorial Estampa, 1998, p. 353.

⁴⁰ CARVALHO, Maria Alice Rezende; *Cultura política, capital social e a questão do déficit democrático no Brasil*, in: VIANNA, Luiz Werneck (org.); *A democracia e os três poderes no Brasil*, Editora UFMG, Belo Horizonte, 2002.

em detrimento da difusão dos valores, as abordagens racionalistas, ancoradas na *rational choice*, destacavam como aspecto relevante à consolidação democrática a ação de elites políticas em situações de incerteza como são as de crise dos regimes autoritários e transição a regimes democratizantes.

A definição de cultura política era uma discussão inserida num debate maior promovido pela teoria democrática do final de século XX, que, em contexto de democratização dos países periféricos, buscava primeiramente responder como nascem as democracias? Tal debate se ocupa de questões relacionadas à natureza do compromisso que instaura a democracia e à sua relação com os procedimentos que têm como função de estabilizar o novo regime político e dar-lhe durabilidade. A controvérsia referia-se, por um lado, às concepções sobre a gênese dos regimes democráticos e, por outro, à relevância do fenômeno de atitudes, convicções e comportamentos políticos que se relacionam com os regimes. A definição racionalista / culturalista estava inserida nas duas principais concepções a respeito da democracia: a primeira foi designada como “minimalismo”, que explica a emergência do pacto democrático em termos contingentes; a segunda tem sido designada “maximalismo”, que destaca as condições para a consolidação da democracia⁴¹.

A concepção minimalista da democracia baseia-se, fundamentalmente, na teoria da “dura realidade”, ou seja, rejeita a noção de que a democracia requer pré-requisitos – prosperidade e igualdade econômicas, modernização e diversificação sociais e uma cultura nacional democrática, etc. –, ainda que sejam importantes não são necessários. Se tem a vantagem de não pautar-se no ideal democrático anglo-americano, a concepção mínima da democracia restringe o regime especificamente aos procedimentos e instituições democráticas, concretizada nas eleições e no Estado de Direito (democracia política). Não é necessário preocupar-se com antecedentes históricos, condições favoráveis ou impedimentos de qualquer natureza, uma vez que a implementação do regime democrático depende essencialmente da aceitação das elites políticas em fundar o pacto. Para os minimalistas, as democracias emergidas nos anos 70 e 80 são frutos de circunstâncias únicas (crises ou ondas) que possibilitaram a implementação de regimes democráticos em contextos culturais e sociais adversos a efetivação do novo regime, neste sentido, a

⁴¹ Para uma análise do debate concernente a teoria democrática contemporânea ver MOISÉS, José Álvaro; *Os brasileiros e a democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática*, Editora Ática S.A. : São Paulo, 1995.

incerteza seria a marca dos processos de democratização em países periféricos. Portanto, a construção da democracia dependeria da capacidade das lideranças políticas em negociar a transição e agregar as demandas e expectativas da sociedade. Sendo assim, a concepção minimalista atribui a cultura política um caráter racionalista, em que o destaque é conferido às razões circunstanciais que informam o comportamento das massa e as decisões dos atores políticos. Tendo como premissa a teoria dos jogos, estas análises entendiam a política como uma operação de eficiência na adequação contingente entre interesses e ações, na qual à interiorização de valores e normas compatíveis com a experiência democrática pouco tinha relevância⁴².

Por isso, a análise minimalista insiste que a institucionalização de procedimentos democráticos resulta, antes, do desejo das “elites políticas relevantes” em instaurarem o regime, não existindo, portanto, o problema da construção de condições culturais e sociais afins a democracia. Em contraste, o maximalismo, influenciado pelas concepções das teorias da modernização dos anos 50 e 60, volta-se principalmente aos obstáculos estruturais que impedem a consolidação da democracia nos países periféricos. Mesmo se as novas democracias nasçam defeituosas, isto é, guardam características que distorcem a representação política, o minimalismo supõe que a continuidade do seu funcionamento no tempo seja suficiente para adaptá-la às exigências de participação dos diferentes atores. Ainda que não assumindo explicitamente a adesão a concepção de pré-requisitos para a democracia, o maximalismo entende que o desenvolvimento econômico proporciona a base da democracia, visto que, está articulado com processos mais complexos de transformações na estrutura social e nos valores político-culturais da sociedade. Neste sentido, a modernização resultaria na difusão de valores e comportamentos favoráveis a consolidação do regime democrático, o que leva o maximalismo a adotar o pressuposto de uma relação necessária entre desenvolvimento e democracia (democracia social), entendendo a cultura política como fundada sob um estatuo culturalista⁴³.

É neste ambiente intelectual que o conceito de cultura política é apropriado pelos historiadores, sob o movimento de renovação da história política, inspirados pelos trabalhos de

⁴² MOISÉS, José Álvaro; *Os brasileiros e a democracia*, op. cit.

⁴³ MOISÉS, José Álvaro; *Os brasileiros e a democracia*, op. cit.

René Rémond e da historiografia francesa⁴⁴. Após longo período de predomínio da história econômica e social sob a influência do marxismo e da Escola dos Annales, este movimento de renovação em relação à história política tradicional - que esgotava-se em crises ministeriais e na sucessão de governantes - foi estimulado em grande parte pelo contato, trocas de conceitos e reflexões com as ciências sociais, juntamente com a aceitação de uma pluralidade de tempos proposta pela Nova História. Esta operação intelectual teve por resultado o importante deslocamento da preocupação única da história política com o Estado, elegendo a abordagem das massas como seu objeto central – estudo da participação na vida política⁴⁵.

“Com efeito, é no quadro da investigação, pelos historiadores do político, da explicação dos comportamentos políticos no decorrer da história, que o fenômeno da cultura política surgiu oferecendo uma resposta mais satisfatória do que qualquer das propostas até então, quer se tratasse da tese marxista de uma explicação determinista pela sociologia, da tese idealista pela adesão a uma doutrina política, ou de múltiplas teses avançadas pelos sociólogos do comportamento e mesmo pelos psicanalistas.”⁴⁶

O estudo do político no campo da história durante muito tempo perdeu sua credibilidade devido a influência das ciências sociais na disciplina promovida pela Escola do Annales e pelo marxismo. Entretanto, Pierre Rosanvallon ressalta que o fato intelectualmente mais interessante deste final de século parece residir na formação de uma *História Conceitual do Político*⁴⁷. A novidade conceitual anunciada pelo autor reside numa nova percepção do campo da política, encarado não mais como uma instância ou domínio entre outros da realidade: o político é o lugar onde se articula as diversas esferas do econômico, do social e do cultural. O que abre uma multiplicidade enorme de interações e perspectivas no campo da política que anulam qualquer forma de determinismo e apreende o político como aberto a influências diversas e históricas.

⁴⁴ A exposição das grandes linhas desta renovação está na obra coletiva RÉMOND, René (org.); *Por uma história política*, lançada inicialmente na França em 1988.

⁴⁵ RÉMOND, René (org.); *Por uma história política*; trad. Dora Rocha, Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

⁴⁶ BERSTEIN, Serge; *A cultura política*, in: RIOUX, J.P. e SIRINELLI, J.F. (dir.); *Para uma história cultural*, Editorial Estampa, 1998, p. 349.

⁴⁷ ROSANVALLON, Pierre; *Por uma História Conceitual do Político*, Revista Brasileira de História, nº 3, v.15, 1995, p.9-18.

O objeto desta história política é a compreensão da formação e da evolução das racionalidades políticas pelas quais uma época, um país ou grupos sociais conduzem suas ações e encaram seu futuro. A originalidade desta nova história política, no entanto, reside, segundo Rosanvallon, antes em seu método que em sua matéria. Uma perspectiva do processo histórico que é ao mesmo tempo interativa – pois consiste em analisar a forma como cultura política, as instituições, os atores e os fatos interagem – e compreensiva – que implica em reconstruir a forma como os atores elaboram sua compreensão das situações a partir das quais pensam sua ação.

Para estas alterações ocorridas na apreensão do processo histórico, tornou-se senso comum na historiografia deste século XXI ressaltar a importância do conceito de cultura política para a renovação da história política na década de 1980. Berstein resalta que o conceito de cultura política apropriado pela *Nova História Política* já havia sido modificado pela crítica a dois pontos da proposta original que naquele momento já estariam totalmente alheios ao conceito e ao debate historiográfico: primeiro, a idéia de que existiria uma cultura política nacional própria de cada povo; em segundo, o pressuposto de uma hierarquia destas culturas políticas nacionais, da qual se deduzia as vias da modernização (teoria da modernização)⁴⁸. Entender esta revisão tem significativa relevância para a compreensão do conceito de cultura política emprestado pelos historiadores, principalmente, na medida que evidencie também os pontos de continuidade com a proposta original. Por advir do tronco da sociologia americana, campo onde os trabalhos de Almond e Verba tiveram grande ressonância, o conceito de cultura política legado pela *Nova História Política* trazia, em decorrência desta linhagem interpretativa, implícita uma pesada carga culturalista da versão original, absorvida e reiterada pelos historiadores do político no seu ofício.

Na obra símbolo deste grupo de historiadores que alteraram a historiografia francesa, *Por uma História Política*, o conceito de cultura política é apresentado como “renovador” para a história política na medida em que lhe possibilita entrar em contato com o “tempo da longa duração”. Marieta de Moraes Ferreira, na apresentação da obra à edição brasileira, sintetiza a concepção de cultura política utilizada nos trabalhos.

⁴⁸ BERSTEIN, Serge; *A cultura política*, op cit. p.353.

“É na longa duração que se irá buscar a história das formações políticas e das ideologias, ou seja, a cultura política, que por sua vez servirá à reflexão sobre os fenômenos políticos, permitindo detectar as continuidades no tempo.”⁴⁹

Devido a longa e intensa relação entre nossas elites e a França, Borges ressalta a historiografia francesa como a maior influência no percurso historiográfico brasileiro. Assim, tão logo os trabalhos da Nova História Política começaram a frutificar na França, na seqüência, era possível perceber a influência desta corrente historiográfica no Brasil. Quanto ao conceito de cultura política, aqui também a historiografia brasileira empregou-o com uma conotação culturalista. Em simbólico texto de apresentação da Nova História Política ao público brasileiro, elaborado em 1992 por Vavy Pacheco Borges, o conceito de cultura política é abordado para oferecer respostas as mesmas angústias.

“O grande tema dos anos oitenta e noventa, na Europa como aqui, parece ser o exame da relação história-memória; a memória tem papel fundamental também porque os fenômenos de cultura política são compreendidos numa duração mais longa e não no tempo curto.”⁵⁰

Havia a necessidade para a história política de superar o problema posto pela Escola dos Annales e aceitar a noção de que a história era composta por uma pluralidade de tempos de diferentes “durações”. Desta forma, um conceito sob os comportamentos políticos calcado numa perspectiva culturalista, como o de cultura política, veio a suprir melhor as “carências de longa duração” do movimento de renovação da história política. A vertente culturalista, portanto, trata a cultura política como uma variável independente de fatores externos, que permite explicar as características, porque as determina, de diversos regimes políticos e as pautas de comportamentos de suas população. No entanto, se entender a cultura política a partir desta perspectiva temporal tem importante contribuição para a apreensão das

⁴⁹ FERREIRA, M. M.; *Apresentação à edição brasileira*, in: RÉMOND, René (org.); *Por uma história política*; trad. Dora Rocha, Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

⁵⁰ BORGES, Vavy Pacheco; *História e política: laços permanentes*, in: Revista Brasileira de História, São Paulo, v.12, nº 23/24, set.91/ago.92, p.7-18. p.17.

continuidades da história no campo da política, fecha-se para as outras motivações dos atores, tornado o conceito muito rígido para compreender as mudanças na história, sob a crítica de que o destaque conferido a apreensão da cultura política como um fenômeno de longa duração revela um certo descaso como os componentes cognitivos da existência humana⁵¹.

Presentemente, a historiografia do conceito de cultura política avança segundo a necessidade de realizar um diálogo maior com as abordagens racionalistas. Colocada na encruzilhada do cultural e do político, atualmente o conceito tenta uma explicação dos comportamentos políticos por uma fração do patrimônio cultural adquirido por um indivíduo durante sua existência, sendo a cultura política mais uma *resultante* das diversas influências que acabam por formar o homem do que uma mensagem unívoca e homogênea como quiseram Almond e Verba. A enumeração de quais elementos concretamente fazem parte da cultura política não é uma discussão freqüente nos trabalhos sobre o tema, ficando a cargo da sensibilidade do pesquisador observar os eventos reais que influem sobre a cultura política de determinado país ou grupo. Porém, na tentativa de definir mais precisamente os elementos que compõem o conjuntos de idéias, valores e atitudes que formam a cultura política, Berstein ressalta que entram em simbiose uma base filosófica ou doutrinal; uma leitura do passado com conotação positiva ou negativa dos grandes períodos históricos; uma visão institucional que traduz no plano da organização política do Estado os preceitos filosóficos ou históricos; uma concepção da sociedade ideal, e, para exprimir o todo, um vocabulário codificado com palavras-chaves⁵². Sem abrir mão da parte que cabe ao pesquisador, este trabalho procurou observar estas dimensões no estudo da cultura política petista, acreditando contribuir no empenho de compreender a trajetória do Partido dos Trabalhadores.

A força da cultura política como elemento determinante do comportamento do indivíduo resulta da dualidade que a reveste: é no conjunto um fenômeno individual, interiorizado pelo homem, e um fenômeno coletivo, partilhado por grupos através da linguagem e do discurso, que combina, assim, elementos racionalistas e culturalistas. A partir desta definição, o fenômeno da cultura política numa sociedade pode se mover em breves períodos de tempo, motivado por processos de modernização econômica e social, mudanças de gerações, experiências vividas com os regimes políticos (sejam democráticos ou autoritários),

⁵¹ BOTELLA, Joan; *Em torno al concepto de cultura política: dificultades y recursos*, op. cit.

⁵² BERSTEIN, Serge; *A cultura política*, op cit. p.350.

programas educacionais, ou mesmo grandes acontecimentos políticos⁵³. O presente esforço da historiografia que trata do conceito de cultura política tem caminhado no sentido de mostrar a existência e o impacto de uma série de fatores que, em diferentes espaços de tempo, podem modificar a cultura política de uma sociedade; incluindo ainda o estudo da influência de ações humanas modificadoras, planejadas e conscientes que recebem com toda justiça o nome de *política cultural* – como é o caso aqui do interesse pelo Programa MOVA-SP.

A relação entre o pensamento de Gramsci e o conceito de cultura política não é recente, datando de quando, durante a década de 1980, compuseram um mesmo movimento intelectual de reconceitualização da política nas Ciências Humanas contra o demasiado economicismo que nelas predominavam. Gramsci talvez tenha sido o representante da esquerda mais solicitado neste desafio de conceber a política para além do Estado. Observando a obra mestra na Nova História Política que introduz o conceito de cultura política para a historiografia, são freqüentes as menções a Antonio Gramsci como uma referência para a conceitualização da política no mundo contemporâneo não mais limitada ao Estado-força⁵⁴. Todavia, o conceito de cultura política empregado pela historiografia não era um recurso utilizado ou útil apenas para a interpretação dos regimes democráticos, tal como foi elaborado pela ciência política norte-americana, mas muito usado para a compreensão dos diversos regimes políticos durante a história, sejam eles democráticos, autoritários, oligárquicos ou regimes mistos. Ao ser assimilado pela historiografia, o conceito de cultura política desvincilhou-se da teoria democrática. Este trabalho entende que retomar o debate racionalismo / culturalismo posto pela teoria democrática ao conceito contribuiria para a compreensão da Transição Democrática brasileira e da cultura política petista. Apresentando-se, portanto, como base para uma nova definição da cultura política.

A base deste trabalho para uma aproximação entre sociedade civil e cultura política estão bem elaboradas no texto de Joan Botella⁵⁵. Um dos pontos-chaves para esta aproximação conceitual reside no entendimento de que a aquisição e difusão de uma cultura política requerem bases materiais e organizações específicas, ou seja, a existência de um centro político, uma instância organizada que, de modo consciente ou inconsciente, elabora e transmite determinados valores a sociedade. Trata-se, portanto, a cultura política como o

⁵³ BERSTEIN, op. cit. e BOTELLA, op. cit.

⁵⁴ Ver RÉMOND, René: *Do político*, in: RÉMOND, René (org.); *Por uma história política*, op. cit.

⁵⁵ BOTELLA, Joan; *Em torno al concepto de cultura política: dificultades y recursos*, in: CASTILLO, P. e CRESPO, I. (org.); *Cultura Política – enfoques teóricos y análisis empíricos*, Valencia: Tirant lo Blanch, 1997.

conjunto de valores dominantes em uma sociedade determinada, e de subculturas, para designar a organização social de alguns dos setores dominados; Se a existência de organizações e instituições socializadoras é crucial para a transmissão das culturas políticas, Botella afirma que são mais ainda para a existência e reprodução das subculturas. Com muita frequência, estas se desenvolvem contra os valores sociais e politicamente dominantes, expressando as características e valores próprios de grupos sociais minoritários ou dominados. É neste terreno que Botella recupera a tradição intelectual aberta por Antonio Gramsci com as noções de hegemonia e sociedade civil: o predomínio de uma cultura política sobre um dado grupo na sociedade moderna é consequência da ação contínua de uma multiplicidade de instituições predominantemente privadas, a que Gramsci denomina com um todo sociedade civil.

Desta forma, o foco central do trabalho está em saber de que modo as práticas participativas propostas na política petista, de maneira essencial no Programa MOVA-SP, refletiram em alterações na sociedade civil e na cultura política da sociedade paulista. Pretende-se, portanto, analisar o lugar que os conselhos populares ocupavam na cultura política petista e os resultados políticos e culturais que frutificaram a partir de sua implementação. Esta pesquisa busca através do estudo do MOVA-SP, uma política pública elaborada no campo da esquerda, apreender na (re)construção da experiência do MOVA o quanto ele conseguiu, tanto com sua educação popular junto as camadas desfavorecidas da população paulista como com seu modelo de parceria entre estado e sociedade civil para a realização do programa, difundir comportamentos e valores associados a cultura política petista.

Para os propósitos desta história política, a narrativa da trajetória do MOVA-SP tem por objetivo afirmar as possibilidades da ação humana - do evento, na linguagem historiográfica - na transformação de estruturas de poder mais permanentes na história brasileira, como o distanciamento e a autonomia do Estado frente à sociedade⁵⁶. A história política não se reduz ao acontecimento, podendo também incluir o estudo das estruturas, pelo viés das instituições e da cultura; apesar disso, como reação às interpretações deterministas, tornou-se uma nova consciência de que qualquer tentativa de explicação dos comportamentos

⁵⁶ REIS, José Carlos; *Nouvelle histoire e tempo histórico: a contribuição de Febvre, Bloch e Braudel*, São Paulo: Editora Ática s.a., 1994.

políticos seria necessário voltar-se para a narrativa dos acontecimentos e seus desdobramentos⁵⁷.

Portanto, a construção da história política do MOVA através da narrativa presta-se a apreender a história da organização em diversas de suas dimensões – o político entendido como o espaço de articulação das várias componentes da sociedade: economia, cultura, social, etc⁵⁸ -, esclarecendo quais foram as dificuldades e os resultados enfrentados na efetivação de um novo tipo de relação entre Estado e sociedade. Neste aspecto, a abordagem proposta neste trabalho amplia a compreensão do MOVA, pois deve apreender o impacto político-cultural dos movimentos sociais e avaliar suas contribuições para a democratização do país; mas para isso, não é suficiente examinar as interações dos movimentos sociais com os espaços públicos oficiais, tendo que se voltar também para suas relações com a sociedade civil e com a cultura política⁵⁹.

⁵⁷ BURKE, Peter; *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia*, trad. Nilo Odalia, São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

⁵⁸ BORGES, Vavy Pacheco; *História e Política: laços permanentes*, in: Revista Brasileira de História, São Paulo, v.12, nº 23/24, set.91/ago.92, pp.7-18.

⁵⁹ A relevância desta abordagem para a compreensão dos movimentos sociais e seus impactos na sociedade foi amplamente discutida e demonstrada na obra ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (org.); *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*, Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

CAPÍTULO II

A Transição Democrática no Brasil: sociedade civil, cultura política e esquerda

O estudo deste período ainda recente da História do Brasil, que se denominou de Transição Democrática (1974-1989), apresenta-se como um terreno fecundo para se trabalhar questões de interesse historiográfico pelo conjunto diversificado de transformações que comportou. A atual preocupação da História na investigação da articulação entre conjuntura e estrutura, envolvendo uma pluralidade de tempos, faz da Transição um objeto rico e profundo que seus acontecimentos emitem luz sobre a própria teoria.

O golpe militar no Brasil foi deferido na noite de 31 de março de 1964, contra o governo do presidente João Goulart, membro do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Naquele momento o país vivia uma conjuntura bastante conturbada desde a renúncia do presidente Jânio Quadros, em 1961; após a renúncia instaurou-se um regime parlamentarista, mas logo se retornou ao presidencialismo por força da vitória deste regime num plebiscito realizado em 1963. Toda esta instabilidade política num contexto de ampla mobilização social em torno das “reformas de base” foi motivo suficiente para as forças sociais e políticas das classes proprietários e grupos conservadores apoiarem os militares num golpe de Estado.

Os primeiros anos do regime deram a entender, pela composição das forças que apoiavam e orientavam ideologicamente o golpe, que a nova diretriz a ser implementada procuraria, a partir do Estado, afirmar no país o ideário do liberalismo econômico. Entretanto, passados poucos anos, a força da presença da corporação militar no interior na nova coalizão governante alterou a orientação a ser seguida, retornando-se, assim, pelas mãos dos militares, ao ideário nacional-estatista que vinha sendo o suporte ideológico e político-social da modernização brasileira desde 1930 – um Estado fortalecido e intervencionista congregando diferentes classes sociais em torno de uma ideologia nacional fundada numa associação entre Estado, Patrões e Trabalhadores.⁶⁰

⁶⁰ A I Grande Guerra e as convulsões subsequentes dos anos 20 e 30 (Revolução Russa, emergência dos fascismos, crise das economias liberais) abriram brechas nos laços de dependência entre o centro e a periferia do capitalismo internacional, permitindo a estruturação de projetos autonomistas de desenvolvimento que assumiram, na maioria, um caráter nacional-estatista. REIS Fº, Daniel Aarão; *Ditadura militar, esquerdas e sociedade no Brasil*, texto retirado do site: www.gramsci.com

Isso significava que o novo regime não iria apenas manter intacto o sistema produtivo estatal, como, ao contrário, iria intensificar fortemente a intervenção do Estado na economia, objetivando acelerar o desenvolvimento industrial como forma de superação de seu subdesenvolvimento⁶¹. Por isso, observando-se o período de vigência do Regime Militar brasileiro, compreendido entre 1964 e 1985, é impossível deixar de perceber que nele um amplo processo de modernização implementado sob uma forma política autoritária alteraram substancialmente o tecido social e a cultura política do Brasil. Tendo a história do país experimentado a partir do Regime Militar uma grande guinada, marcada, simultaneamente, por transformações político-culturais e sócio-econômicas de grande monta.

Estes processos societários e político-culturais desencadeados pelo Regime Militar, com destaque para o “milagre econômico” (1968-1974), alteraram significativamente e de uma forma bastante acelerada a morfologia da sociedade brasileira: a população se deslocou para as grandes e médias cidades, passando a estrutura demográfica do país de rural a urbana; a industrialização ganhou um impulso de grandes proporções, especialmente nas cidades do sul e do sudeste, resultando no surgimento de novas camadas sociais (classes médias); a experiência do terror de Estado despertou amplas camadas da população para as virtudes da democracia e para a organização da sociedade civil; o sistema educacional foi reformulado, os programas de pós-graduação ampliados, enfim, o país se reestruturou, tornando-se uma sociedade imensamente mais complexa do que era antes do Golpe de 64.

A despeito de todas estas transformações de “grosso calibre” nas estruturas da sociedade ainda assim manteve-se inalterado o quadro das desigualdades sociais no Brasil. Baseada num esforço de desenvolvimento fundamentalmente desequilibrado, a modernização vivenciada pelo país também durante o regime militar fez com que se agravassem velhas contradições, ao mesmo tempo em que engendrou outras tantas de natureza novíssima, todas, dentro de uma perspectiva de “crescimento com pobreza”, onde o crescimento econômico e os desequilíbrios regionais e sociais avançam simultaneamente, sem que o crescimento elimine

⁶¹ “A partir dos anos 30, o Estado nacional brasileiro aos poucos passa a constituir-se em núcleo organizador da sociedade e alavanca da construção do capitalismo industrial no país. Quer dizer, passa a tornar-se desenvolvimentista. Entende-se aqui desenvolvimentismo como uma modalidade especial de intervencionismo estatal, orientado, não para evitar as fases depressivas do ciclo econômico capitalista mas para impulsionar a industrialização em países de desenvolvimento tardio – em relação aos centros originários do capitalismo mundial”. SALLUM JR, Brasílio; *Labirintos: dos generais à Nova República*, Editora Hucitec – São Paulo, 1996, p.44.

tais desequilíbrios ou que estes inviabilizem o crescimento⁶². Um pacto político conciliatório entre as elites que ocupavam o topo do Estado, que dotava o Estado de uma duplicidade que o transforma, ao mesmo tempo, na vanguarda do desenvolvimento e no protetor do “atraso”⁶³.

Apesar de seu comprometimento formal com a continuidade deste modelo de modernização autoritária, fundado no intervencionismo estatal e numa ordem política autocrática, a equipe econômica de Geisel enfrentava desafios imediatos que exigiam novas respostas, herdava do governo Médici um “milagre” que já mostrava perturbadores sinais de esgotamento. Um fator óbvio para uma reversão tão dramática foram as mudanças na economia mundial após 1973, as elevações do preço do petróleo acarretou uma severa recessão nos países industrializados, diminuindo, desta maneira, o volume de reservas monetárias internacionais disponíveis para empréstimos. O Brasil, sendo o terceiro maior importador mundial de petróleo e o maior devedor entre os países em desenvolvimento, foi atingido duramente por esta crise energética. Surgia assim, inevitavelmente, uma profunda ameaça ao crescimento econômico devido ao forte crescimento das despesas potenciais com a importação de petróleo⁶⁴.

A ampliação da divisão social do trabalho e a urbanização decorrente do esforço modernizador do regime militar acarretaram, por outro lado, intensa mobilização sócio-política em diferentes setores da sociedade. Este aumento da diversidade de interesses na participação política foi um fator de desestabilização do regime por suscitar expectativas e demandas novas, mais complexas e mais volumosas em relação ao papel do poder público justamente a partir de um momento em que era declinante a capacidade de acomodação do sistema econômico.

Diante do impasse de haver se esgotado as condições engendradas pelo “milagre econômico”, o círculo dirigente militar se viu forçado a encontrar uma nova doutrina e uma nova forma político-institucional para o regime. A rápida revalorização da política eleitoral contida no projeto de liberalização do “grupo Geisel” assumiu um sentido bastante claro de válvula de escape, cuidadosamente controlada, para a eventualidade de erosão da legitimidade do regime. Estes militares “liberais”, simpáticos à orientação do primeiro presidente militar,

⁶² *São Paulo, 1975: crescimento e pobreza*, estudo realizado pelo Cebrap para a Pontifícia Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, Edições Loyola, 1981.

⁶³ SALLUM JR., B.; *Labirintos: dos generais à Nova República*. op. cit.

⁶⁴ LAMOUNIER, Bolívar (org.); *De Geisel a Collor: o balanço da transição*, Editora Sumaré Ltda: São Paulo, 1990.

general Castelo Branco, orientados pelo estrategista Golberi do Couto e Silva, tentavam através de um projeto de auto-reforma para a institucionalização do regime, compatibilizar o exercício autocrático do poder com o voto popular e o retorno do Estado de Direito.

A leve abertura do regime em 1974 para uma transição política não significou de forma alguma a falência do padrão nacional-desenvolvimentista de modernização do Brasil, ao contrário, a liberalização iniciada pelo governo Geisel fazia parte de um projeto mais amplo de reformulação do nacional-desenvolvimentismo no país; acompanhada pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), que consistia num ambicioso programa de substituição de importações efetuado sob a égide do poder público, mas com maciça utilização de empréstimos externos. Aos militares tratava-se de liberar o regime não para superá-lo e sim para promoverem a sua institucionalização.

Entretanto, a adoção desta alternativa eleitoral para a reformulação do regime abria espaços institucionais para a participação da oposição ou da própria sociedade civil que alteram sensivelmente o projeto de institucionalização dos militares.⁶⁵

Sociedade civil e cultura política na Transição Democrática

Ao longo da década de 70, desenvolveu-se uma discussão nos meios políticos e intelectuais da época sobre qual teria sido a fonte responsável pelas mudanças políticas ocorridas naquele ano de 1974: os críticos da ditadura procuravam desvincular os militares da responsabilidade pelas transformações, dizendo que as autoridades governamentais foram forçadas, seja pelas circunstâncias internacionais, seja pela pressão da oposição ou das massas populares; enquanto os partidários do regime reivindicavam plena responsabilidade pelas transformações políticas que marcaram uma incipiente liberalização do país.

Um pouco mais longe do calor da hora, hoje se percebe com mais facilidade que as mudanças que deram origem à transição democrática no Brasil foram muito mais complexas do que se entendia e que seus responsáveis não podem simplesmente ser identificados com “governo” ou “oposição”. Estavam envolvidas questões da formação e estrutura do país que

⁶⁵ A interpretação da transição democrática brasileira que destaca a distinção entre projeto e processo “rivaliza” com a interpretação que dissocia liberalização e democratização. Enquanto a primeira frisa a institucionalização de expectativas e demandas da sociedade brasileira; a segunda evidencia um desencontro entre a esfera institucional e as demandas da sociedade. Para ver sobre projeto e processo na transição política brasileira SALLUM JR., B.; *Labirintos: dos generais à Nova República*; AGGIO, Alberto; *Revolução e Democracia no nosso tempo*, op. cit.

tinham extrema relevância no processo político brasileiro. As manifestações surgidas no processo de desagregação do regime militar tomaram grandes proporções justamente pelo combustível que lhe fornecia a crise do Estado nacional-desenvolvimentista forjado nos anos 30.

É lógico que diante do austero fechamento da ordem política promovido pelo regime militar, a fonte imediata e inicial das mudanças políticas não poderia se situar senão dentro do aparelho de Estado, no entanto, as iniciativas de liberalização promovida pela distensão do governo Geisel (1974-1979) materializavam, de forma particular, tendências histórico-estruturais na sociedade brasileira. O projeto de auto-reforma do regime a partir de dentro do núcleo militar não deve ser entendido como a manifestação de uma racionalidade altruísta – ainda que seja necessário levar em consideração os antecedentes ideológicos liberais presentes na cultura política dos militares⁶⁶ - mas como uma reformulação da política militar capaz de dar respostas a uma nova conjuntura sem que para isso se altere drasticamente a ordem vigente.

A conjuntura de meados dos anos 70 já começava a indicar mudanças para uma situação cada vez mais desfavorável ao regime militar, as alterações da economia internacional provocadas pela crise do petróleo em 1973 e a vitória do MDB nas eleições para o Senado em 1974 davam sinais de que estava ocorrendo uma alteração na correlação das forças políticas, culturais, sociais e econômicas que caminhava na direção de uma deslegitimação do regime militar. O argumento central de Brasília Sallum Jr. sobre a liberalização sugere que a crise do regime militar e a conseqüente democratização do país tiveram na crise do Estado Desenvolvimentista uma fonte crucial de impulsão. Da crise do modelo desenvolvimentista formulado pelo militares desencadearam-se dois processos que marcaram fortemente o período da Transição Democrática no Brasil: crise econômica e democratização da sociedade civil. Tomados a partir dos primeiros sinais de crise do modelo militar de desenvolvimento econômico causados pelo choque o petróleo de 1973 e de uma crescente repulsa a ditadura militar expressa na vitória do MDB nas eleições de 1974 e numa série de novas pequenas

⁶⁶ A influente análise de Juan Linz, durante a década de 70, sobre os processos de transição democrática tinha como cerne da sua interpretação a atenção aos antecedentes ideológicos e institucionais, as práticas e os posicionamentos anteriores assumidos pelos diferentes atores. Constatado que a cultura política brasileira já tinha enraizado elementos liberais, para Linz, o regime militar apresentava-se mais como uma *situação* autoritária do que um *regime* autoritário plenamente *institucionalizado* e *legítimo*. Para ver sobre Linz, LAMOUNIER, Bolívar; *O “Brasil autoritário” revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura*, in: STEPAN, Alfred (org.); *Democratizando o Brasil*, tradução Ana Luiza Pinheiro, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

organizações da sociedade civil, estes processos decorrentes do movimento da economia internacional e de alterações na cultura política dos brasileiros corroeram a legitimidade do regime militar e centralizaram a disputa política e ideológica no campo da sociedade civil durante todo o processo de transição política⁶⁷.

A opção pela liberalização do regime, manifesta na revalorização das eleições e do poder legislativo, como tentativa de reformular a dominação dos militares, instalava um paradoxo, enquanto reconquistava parte da legitimidade do regime militar por assumir o papel de fiador da transição política, por outro lado abria espaços para a participação política de uma sociedade civil cada vez mais insatisfeita com o regime. Apesar das análises da época frisarem o fechamento dos mecanismos institucionais de representação e a incapacidade da sociedade brasileira de engendrar resistências a concentração autoritária de poder, por mais ambíguo que possa parecer, a própria moldura bipartidária imposta em 1965 pelo regime com o objetivo de desestabilizar as forças políticas acabou sendo o caminho para sua superação⁶⁸.

Os resultados da eleição de 1974 sinalizaram também o desejo de mudança que vinha se formando no seio da sociedade e reforçaram a disposição inicial do governo Geisel de implantar um projeto de liberalização controlada. Pela desintegração das relações políticas promovida pelo terror dos anos anteriores, torna-se complicado identificar no campo da sociedade civil que forças políticas estão na raiz desta mudança eleitoral – dificuldade que advém justamente do fato de não haver no momento uma articulação estável entre as forças da oposição e as expectativas da massa. Talvez por isso, os argumentos do cientista político Bolívar Lamounier – respeitado pesquisador dos aspectos político-institucionais da transição – sugerem que a leve alteração no quadro eleitoral é fruto de forças políticas e culturais anteriores ao golpe de 1964. A maioria das análises sobre a transição democrática busca explicar as mudanças na sociedade civil a partir de uma situação criada durante o regime militar, ou destacam a importância dos efeitos do processo de modernização autoritária que teriam alterado a morfologia da sociedade e sua cultura política, ou tomam as eleições de 74 como uma manifestação de insatisfação com a política econômica dos militares (crise

⁶⁷ Criticando as análises políticas da transição de se concentrarem em demasia nos aspectos político-institucionais da mudança, Brasília Sallum Jr. tem por objetivo de sua obra “esboçar as grandes linhas do processo em questão”. SALLUM JR., B.; *Labirintos: dos generais à Nova República*; op.cit

⁶⁸ Para uma análise da literatura política sobre o regime militar elaborada anteriormente ao início da liberalização de 1974 ver LAMOUNIER, Bolívar; *O “Brasil autoritário” revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura*, in: STEPAN, Alfred (org.); *Democratizando o Brasil*, tradução Ana Luiza Pinheiro, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

econômica), outras análises ressaltam a atuação de base dos movimentos sociais, enfim, para Bolívar nenhum destes fatores pesou tanto sobre a mudança eleitoral quanto os elementos liberais, absorvidos em experiências políticas anteriores, presentes na cultura política brasileira – pela caracterização do autor “poder-se-ia falar de uma poliarquia perversa, isto é, de uma sociedade que não se deixa enquadrar numa dominação autoritária monolítica, mas que tampouco possui a tradição de organização política pluralista e independente do Estado, típicas das verdadeiras poliarquias liberais”⁶⁹.

A esta altura do regime, as novas forças políticas que estavam emergindo como fruto da experiência de modernização autoritária promovida pelos militares ainda se encontravam num estágio inicial de organização. O novo sindicalismo, que viria a se tornar expressão política do operariado industrial, ainda não havia aderido ao campo da resistência democrática. Os movimentos sociais ainda estavam por superar suas características de isolamento e localismo pela criação de uma coordenação mais abrangente. Os efeitos do choque do petróleo ainda eram muito incipientes para se tratar de uma crise econômica e de uma reviravolta no posicionamento do empresariado. A análise de Bolívar Lamounier sobre a mudança no quadro eleitoral de 1974, diferente de muitas análises que destacam o importância dos efeitos do processo de modernização autoritária, privilegia, portanto, uma certa continuidade de uma cultura política entre os brasileiros a que ele se refere através do *caráter plebiscitário* que assumiu a eleição de 1974⁷⁰.

O MDB era, portanto, uma organização dirigida essencialmente um grupo de pessoas que haviam iniciado na política antes do Golpe de 64. A agremiação dos partidos de oposição em torno do *Movimento Democrático Brasileiro* (MDB) é um fenômeno eminentemente posterior a imposição da legislação militar (1965), apesar da derrota causada pelo Golpe o clima ainda era favorável para as mobilizações e protestos, mas logo a oposição tornaria a receber outro duro golpe com a outorga do AI-5 em 1968, que quase a levou a uma dissolução total⁷¹. O choque provocado pelas abruptas mudanças do sistema político derivadas do Golpe

⁶⁹ LAMOUNIER, Bolívar; *O “Brasil autoritário” revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura*, in: STEPAN, Alfred (org.); *Democratizando o Brasil*, tradução Ana Luiza Pinheiro, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

⁷⁰ LAMOUNIER, Bolívar (org.); *De Geisel a Collor: o balanço da transição*, Editora Sumaré Ltda: São Paulo, 1990.

⁷¹ Diante do terror instaurado em fins dos anos 60 e pelas desastrosas derrotas eleitorais, cogitou-se, internamente, no MDB a proposta de que a auto-dissolução desestabilizaria mais o regime militar do que se ele continuasse participando e legitimando o processo eleitoral.

de 64 e do AI-5 desorientaram as relações políticas e um conseqüente período de desorganização e enfraquecimento da oposição foi inevitável. Após liberalização iniciada pelo presidente Geisel em 1974, que restaurou gradualmente muitos dos direitos civis e políticos que haviam sido suspenso durante a década precedente, vieram a tona um conjunto diverso e desordenado de expectativas e esperanças conflitivas entre os brasileiros que tornou possível o crescimento de um movimento pela restauração da democracia cada vez mais amplo em suas bases.

A aproximação do MDB da sociedade civil teve base também numa alteração das relações internas de poder, que voltou a política emedebista para uma identificação maior com os diversos interesses sociais. Com o desabrochar do processo de liberalização, a frente oposicionista passou a ser liderada por uma aliança entre “liberais progressistas e a esquerda de estratégia democrática”, nos termos de Luiz Werneck Vianna⁷². Por “liberais progressistas” entende-se uma tendência interna do MDB denominada “autênticos”, que a partir de 1971, formaram um bloco no interior da frente que se contrapunha ao posicionamento dos setores adesistas e conciliadores do movimento; mesmo sendo minoria no interior da frente, os autênticos estabeleceram uma perspectiva política mais aguerrida ao MDB, atuando primeiro no debate parlamentar, com denúncias de tortura e repressão do regime, e depois na organização do partido junto aos setores sociais, em especial os tradicionalmente engajados como os estudantes e intelectuais.

Enquanto a “esquerda de estratégia democrática” significava essencialmente a participação do Partido Comunista Brasileiro no interior do “movimento democrático”. Desde 1968, a ação política do PCB dedicava-se a forjar uma ampla frente democrática que reunisse todos os setores de oposição a ditadura, sendo o primeiro partido a difundir uma estratégia da transição no espectro político da esquerda⁷³. Abalado pela repressão, exílios e cisões dos grupos que partiram para a luta armada, os cargos de direção do partido foram assumidos por novos grupos que pretendiam a incorporação da “democracia como um valor universal” a

⁷² VIANNA, Luiz Werneck; *A Transição: Da constituinte à sucessão presidencial*, Rio de Janeiro: Revan, 1989.

⁷³ SEGATTO, José Antônio; *Breve história do PCB*, 2ª ed., Oficina de Livros: Belo Horizonte, 1989, p. 121.

cultura política pecebista⁷⁴ - mesmo com problemas organizativos e de certa forma dispersos, os comunistas brasileiros tiveram de destaque na política de unidade das forças democráticas.

Dogmaticamente, a composição da *Frente Democrática contra a Ditadura* por grupos políticos portadores de culturas políticas tão distintas, como comunistas e liberais, só poderia ser explicada como uma estratégia imposta por força da conjuntura histórica como sendo uma aliança puramente tática contra a ditadura. Entretanto, esta aliança tinha bases culturais confluentes no que tange as suas concepções sobre a transição e a democracia. Considerando que o regime militar brasileiro tinha continuado a realizar eleições para a maioria dos cargos e não aboliu o Congresso nem o Judiciário (ainda que destituído de alguns de seus poderes), a instauração da democracia no país não tinha que implicar uma ruptura institucional com o regime anterior, uma vez restauradas as eleições diretas para todos os cargos, a *transição* teria sido realizada. O fim do regime militar era implicitamente definido como a chegada de um governo civil ao poder⁷⁵.

Luiz Werneck Vianna, membro do PCB na época, sintetiza a política da transição empreendida pelo MDB:

“... a estratégia da *derrota* se fundamentava no diagnóstico do caráter duplice do regime autoritário, que combinaria uma forma de domínio autocrático expresso nos Atos Institucionais com a que resultava da preservação, ao menos como fachada e instrumento de legitimação democrática, da ordem racional-legal. Entendendo que tal ambigüidade seria intrínseca àquele tipo de regime autoritário, a estratégia da *derrota* se aplicava em fortalecer a dimensão ‘constitucional’ remanescente, a fim de isolar e, depois, cancelar a dimensão ‘institucional’ do regime. O risco da operação residia na possibilidade de que tal estratégia viesse a confirmar os esforços de legitimação do regime militar, permitindo-lhe o exercício da mais brutal coerção sob o disfarce protetor das instituições da democracia representativa. Evitá-lo, implicava uma forte e crescente associação da agenda da democracia política com a da questão social, como se dera em 1974, levando, pela primeira vez, a oposição democrática à vitória eleitoral na disputa majoritária por cadeira no Senado.”⁷⁶

⁷⁴ Refiro-me a ascensão do grupo dos “renovadores” a cargos de direção do partido. O PCB nos anos 70 e 80 podia ser dividido, esquematicamente, assim: *Renovadores*: Armênio Guedes, David Capistrano, Luiz Werneck Vianna, Marco Aurélio Nogueira, Leandro Konder, Carlos Nelson Coutinho, Elói, Luiz Antonio Medeiros, Nilton Cândido; *Centro Pragmático*: José Paulo Netto, José Segatto, Celso Frederico, Bertelli, Alberto Passos, Ênio Silveira, Ferreira Gullar, Paulo Teixeira, João Saldanha; *Esquerda conservadora*: representada essencialmente por Luis Carlos Prestes. Para ver sobre os Renovadores: ROMANO, Clayton C.; *Da abertura à transição: o PCB e a cultura política democrática da esquerda brasileira*; UNESP-Franca, 2001, (Tese de Mestrado).

⁷⁵ KECK, Margaret E.; *A lógica da diferença: o PT na construção da democracia brasileira*, São Paulo : Ática, 1991.

⁷⁶ Vianna distingue estratégia da *derrota* (transição) e estratégia da *derrubada* (ruptura) como as duas alternativas políticas para a superação do regime militar que disputaram a hegemonia no campo da oposição. VIANNA, L. W.; *A esquerda e os quinze anos da transição*, texto retirado do site: www.gramsci.com

A estratégia emedebista de transição forjava-se a partir de uma cultura democrática fundada na perspectiva de que a conquista da democracia pressupunha um maior protagonismo da sociedade civil, alcançado através do fortalecimento das instituições representativas da sociedade. Porém, em contextos históricos marcados por um autoritarismo social, como é o caso do Brasil, os processos de transição para regimes democráticos, segundo o pensamento político emedebista, dependeriam significativamente da atuação das lideranças políticas. Da capacidade que as elites políticas oposicionistas teriam para articular as diversas demandas e expectativas impulsionadas pelas circunstâncias da conjuntura de crise da política militar, ao redor do tema do retorno a democracia política. A transição para a democracia se produziria, assim, através da restauração das instituições representativas numa série de negociações delicadas entre oposição e militares, onde pesaria a manutenção de um amplo consenso no interior da frente oposicionista como fator de importância primordial para a derrota do regime militar.

Assentados neste viés democrático, através da estratégia da frente ampla contra a ditadura, o MDB queria se apresentar como o “partido da sociedade civil”. No início do ano de 1974, entusiasmados com os primeiros sinais da “abertura” promovida pelo general Geisel, os deputados Ulisses Guimarães e João Pacheco foram procurar o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP)⁷⁷ para auxiliar na elaboração do programa do MDB para as eleições daquele ano. O Cebrap reunia um grupo de intelectuais que pertenciam essencialmente ao campo político democrático, e tinham a consciência de que para superar o regime militar, e mais ainda, dar vida a modalidades de convivência social e formas de organização da economia distintas daquelas que predominaram em nossa história desde os anos 30, era necessário que se elaborassem novas interpretações sobre o Brasil contemporâneo, que embasassem as novas pretensões políticas para o país.

De fato, os estudos desenvolvidos no âmbito do Cebrap representam momentos importantes da ruptura com o pensamento político dos anos 60 e da incorporação de novos

⁷⁷ Pertenciam ao grupo inicial formado em 1969: Fernando Henrique Cardoso, José Arthur Giannotti, Bóris Fausto, Candido Procópio Ferreira de Camargo, Carlos Estevam Martins, Elsa Berquó, Francisco Correia Weffort, Francisco de Oliveira, José Reginaldo Pradi, Juarez Brandão Lopes, Leôncio Martins Rodrigues, Octávio Ianni, Paul Singer, Ruth Cardoso e Roberto Schwarz. Posteriormente ingressaram à instituição: Vilma Faria, Bolívar Lamounier, Vinícius Caldeira Brant, Maria Hermínia Tavares de Almeida, Luiz Werneck Vianna, Régis de Castro, José Serra, entre outros. Para ver sobre o assunto: SORJ, Bernardo; *A construção intelectual do Brasil contemporâneo: da resistência à ditadura ao governo FHC*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

temas à agenda pública. As duas vertentes de interpretação, advindas ambas dos anos 50, que se apresentavam para o Cebrap com um caráter fundamentado e base para uma filiação das Ciências Sociais no Brasil eram: o marxismo e o pensamento econômico de matriz cepalina, que traziam consigo os temas das estruturas sociais, as dimensões políticas e econômicas e a mudança do conjunto da sociedade. Essas correntes, cujos expoentes mais importantes no Brasil são Celso Furtado pela Cepal e Caio Prado Jr. pelo marxismo, mantinham, na avaliação do Cebrap, certas linhas de continuidade com a chamada tradição autoritária, no sentido de enfatizar a importância do papel do Estado na transformação da sociedade⁷⁸.

A grande ruptura deste grupo, no campo das idéias, incidia justamente na percepção do Estado e da esfera pública no país, que, tidos como estratégicos à modernização e à democratização brasileiras desde a Revolução de 30, passaram a ser vistos como obstáculos ao livre desenvolvimento da sociedade, especialmente, como lugares institucionais de manutenção de grupos sociais tradicionais. As diferentes versões desta interpretação presentes no interior do Cebrap tinham em comum a mesma e forte intenção de liberar o interesse da jurisdição política do Estado, fazendo dele e da sua livre manifestação o eixo regenerador da sociedade e de suas instituições políticas. Sendo entendido como portador potencial de um novo paradigma de articulação entre Estado e sociedade civil centrado, pelo campo liberal, na representação e não na cooptação, e pelo campo democrático-social, na classe e não no povo⁷⁹.

Neste sentido, a proposta intelectual do Cebrap acabou funcionando muito mais como um ponto de referência para o pensamento de oposição do que como um pólo de formação de novos pesquisadores⁸⁰. A leitura da conjuntura empreendida pelo Centro apoiava-se numa linha interpretativa segundo a qual a implantação plena da ordem social competitiva trazia consigo uma dimensão democrática, na medida em que este processo acelerava a dinâmica social e reforçava a sociedade civil a dimensões que escapariam a capacidade de ordenação do Estado “coercitivo-burocrático”. A estratégia decorrente desta elaboração apostava que as novas camadas sociais produzidas pelo aprofundamento da modernização autoritária (classes médias, setores industriais, profissionais autônomos e intelectuais), passariam a reivindicar interesses que, por sua heterogeneidade, jogariam a favor da democratização do país.

⁷⁸ SORJ, Bernardo; *A construção intelectual do Brasil contemporâneo*, op.cit.

⁷⁹ VIANNA, L. W.; *A esquerda e os quinze anos da transição*, op. cit.

⁸⁰ LAUERTA, Milton; *Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil*, artigo publicado no site: www.gramsci.com . p.3.

Em 1973, às vésperas da eleição de Geisel para a Presidência, Fernando Henrique Cardoso já elaborava o que viria a se tornar a estratégia da Frente Democrática aplicada pelo MDB:

“Ainda que o curso de um processo como esse seja relativamente lento, ele será certamente mais demorado se não começar já. Não para ‘pedir’ democracia, no sentido de reabertura do jogo de partidos controlados pelo estado e pelas classes dominantes, mas para criar um clima de liberdade e respeito que permita a revitalização da sociedade civil, fazendo com que as associações profissionais, os sindicatos, as igrejas, os grêmios estudantis, os círculos de estudo e debates, os movimentos sociais, em suma, exponham de público seus problemas, proponham soluções, entrem em conflitos que são construtivos para o país. (...) Em poucas palavras: é preciso ir tecendo os fios da sociedade civil de tal forma que ela possa expressar-se na ordem política e possa contrabalançar o Estado, tornando-se parte da realidade política da Nação.”⁸¹

O processo prescrito por Cardoso predominou na política oposicionista na década de 70 e a sociedade civil no Brasil foi reativada e fortalecida numa medida considerável, forjando um amplo movimento pela restauração da democracia no país que incluía elites políticas, associações profissionais, intelectuais, imprensa, movimento estudantil, um setor do movimento operário e um amplo espectro de movimentos sociais associados à Igreja Católica. Sob esta perspectiva de revisão do pensamento político brasileiro – articulada em torno de uma cultura política pautada na construção da democracia política e no fortalecimento dos mecanismos de representação da sociedade civil – a nova estratégia do MDB queria se identificar com o “partido da sociedade civil”.

Por fora das instituições tradicionais de agremiação da população, surgiam naqueles anos uma série de organizações independentes que buscavam manifestar as demandas reprimidas da sociedade. A emergência de diversos movimentos sociais nos centros industriais do país durante a década de 70 deu-se, a menos a princípio, de forma fragmentada, como produto da falta de identidade política das classes subalternas decorrente das condições de repressão extremada contra a expressão política dos interesses populares, sendo que o bloqueio dos canais institucionais de representação – como partidos, as câmaras legislativas, os sindicatos e as associações de massa – numa sociedade excludente e elitista estimularam o surgimento de múltiplas organizações isoladas no tecido da sociedade civil.

⁸¹ CARDOSO, Fernando Henrique; *A questão da democracia*, in: KRISCHKE, Paulo; *Brasil: do “milagre” à abertura*, Cortez: São Paulo, 1982. Publicado originalmente em Debate e Crítica, n.3, Hucitec, 1973.

O fato é que durante os anos 70, surgem ou renovam-se centenas de associações não imediatamente vinculadas a partidos políticos que articulam e dão identidade coletiva a grupos de pessoas, influenciam seus comportamentos e veiculam interesses localizados. Neste processo de organização da sociedade civil brasileira, ocorrido durante o período da transição política, predominou, porém, conforme destaca Maria Glória Gonh em extenso trabalho sobre as “teorias dos movimentos sociais”, as organizações de cunho mais popular como as comunidades eclesiais de base, os movimentos de bairro e o novo sindicalismo operário, em contraste a outros tipos de movimentos, como o ecologista ou nova era, que balançaram outros lugares do mundo⁸².

Esta interpretação a respeito dos movimentos sociais no Brasil foi originalmente vinculada no livro *São Paulo: o povo em movimento*⁸³. Segundo os autores, como característica comum a este conjunto de organizações populares que prevaleceram na sociedade civil brasileira estava a condução dos esforços em lutas independentes e imediatas, procuravam agrupar as classes subalternas a partir de questões ditadas pela especificidade das condições de vida das comunidades em que atuavam, e, na maior parte dos casos, as organizações de base cultivaram uma identidade construída a partir do desamparo do Estado, do governo ou dos partidos, o que as tornavam mais sensíveis aos problemas concretos que ao discurso ideológico. Todos esses fatores convergiam para estimular a autonomia dos movimentos sociais que relutavam em atribuir importância a qualquer debate que ultrapassasse os interesses imediatos das comunidades.

Mesmo assim, para Vinícius Caldeira Brant, os movimentos sociais apresentavam-se como a base para uma democratização da sociedade, não só pelo conteúdo popular de suas reivindicações, mas também pelas forma democráticas que conseguiram ensejar. O aparecimento dos movimentos sociais trouxe novas formas de participação no campo da política brasileira, estes posicionamentos iam no sentido de exigir maior democratização tanto no âmbito do Estado como das práticas políticas societárias; esta nova cultura política era identificada em atitudes e discursos que enfatizavam a ação e a participação coletivas, os procedimentos da “democracia de base”, bem como a realização dos direitos sociais básicos do cidadão. A exigência de democracia no interior dos movimentos sociais não se colocava

⁸² GOHN, Maria Glória; *A teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*, Edições Loyola, 1999.

⁸³ SINGER, Paul e BRANT, Vinícius C. (org.); *São Paulo: o povo em movimento*, Vozes, 1980.

apenas como forma alternativa de organização surgida do período de resistência, mas erigia-se sobre a convicção de que o movimento é uma soma de indivíduos conscientes e responsáveis, portanto, sujeitos de sua história⁸⁴.

A interpretação dos movimentos sociais como “uma nova configuração dos trabalhadores” tem a consagração no influente trabalho de Eder Sader⁸⁵. “Quando novos personagens entraram em cena” no Brasil, ao contrário do que ocorria na Europa, onde os *novos movimentos sociais* eram hegemonzados por grupos de classe média, predominou entre as organizações da sociedade civil brasileira da década de 1970 uma vinculação maior com a manifestação dos interesses populares. A influência das condições postas pelo processo de modernização capitalista brasileiro tem certamente sua importância para a compreensão dos movimentos sociais, entretanto, o essencial do fenômeno foi a “emergência de uma nova configuração dos trabalhadores, outra identidade social, nova forma de representação”. Corroborando a tese apresentada no texto *São Paulo: o povo em movimento*, Sader confirma que esta nova cultura política emergente no seio das classes trabalhadoras é eminentemente democrática, visto que, frequentemente mobilizava formas de envolver os participantes nos processos de decisão no interior dos movimentos.

Não se pode, no entanto, compreender a multiplicação e o crescimento desses movimentos sem levar em conta o papel de instituições e de outros movimentos de oposição que abriram espaço para sua atuação. No contexto político em que apareceram estes movimentos sociais só poderiam atuar abertamente ao contar com a proteção de alguma instituição reconhecida ou com um apoio considerável e ostensivo na opinião pública. A Igreja, as instituições civis atentas aos direitos humanos, o MDB, a imprensa, o movimento estudantil, criaram inicialmente o clima necessário para a articulação pública e para a manifestação aberta dos movimentos sociais surgidos “das bases”. A Igreja Católica deu cobertura a um sem-número de iniciativas organizacionais, das quais a mais conhecida foi a das Comunidades Eclesiais de Base, atuando simultaneamente como arena promotora e protetora dos movimentos de contestação, sobretudo nas periferias urbanas. O MDB, como único partido legal de oposição, recebeu considerável apoio das classes populares por ocasião das eleições, sendo que algumas reivindicações próprias dos movimentos populares

⁸⁴ BRANT, V. C.; *Da resistência aos movimentos sociais: a emergência das classes populares em São Paulo*, in: SINGER e BRANT: *São Paulo: o povo em movimento*, op.cit

⁸⁵ SADER, Eder, *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo(1970-1980)*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

encontraram guarida em seu programa. O movimento estudantil, a imprensa e centros de pesquisa procuravam divulgar e valorizar as lutas do movimentos sociais, atuando na repercussão das manifestações populares⁸⁶.

Atento a este processo de organização autônoma da sociedade civil e fazendo parte dele, em 1976, um grupo de intelectuais, a frente dos quais estava Francisco Weffort, deixaram o Cebrap para fundar um outro centro de pesquisa, que teria igual relevância no pensamento político brasileiro: o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC). Centrando seu foco de atenção na questão dos movimentos sociais e no desenvolvimento de uma hegemonia de base popular, na gênese do Cedec estava a perspectiva de construir um instrumento partidário autônomo, tanto diante do MDB como da tradição do movimento operário ligada ao PCB, tendo com grande referencial para a interpretação da realidade brasileira a teoria o populismo⁸⁷.

Com seus estudos sobre o populismo, Weffort elaboraria uma formulação à esquerda para completar tal recusa a tradição nacional-desenvolvimentista no Brasil. No momento de sua formulação, em meados dos anos 60, e posteriormente retomada nos anos 70, a teoria do populismo de Weffort procurava refutar as interpretações liberais sobre o fenômeno, que tentavam uma explicação para a ascensão do PTB através de uma perspectiva de menosprezo ao adversário, identificando-o exclusivamente com a manipulação e a demagogia dos líderes populistas conjugadas à ignorância das massas. Entretanto, nos termos propostos por Weffort, a despeito de os trabalhadores brasileiros serem fracos numérica e politicamente, não dispendo de tradições de luta como os europeus, o impacto da política populista no Brasil deve ser apreendido como acesso à participação política e social; portanto, numa leitura oposta a dos liberais, o populismo, abarcando o período entre 1930 e 1964, não limitou nossa experiência democrática, mas pelo contrário, a possibilitou⁸⁸.

⁸⁶ Para a relação entre movimentos sociais e Frente Democrática ver SINGER e BRANT: *São Paulo: o povo em movimento*, op.cit; KECK, Margaret E.; *A lógica da diferença: o PT na construção da democracia brasileira*, São Paulo : Ática, 1991.

⁸⁷ O trabalho de Milton Lauerta procura identificar os pontos de convergência entre a teoria do populismo e cultura política daquelas organizações da sociedade civil que, nos anos 80, formaram o Partido dos Trabalhadores. LAUERTA, Milton; *Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil*, op.cit.

⁸⁸ Para o debate do populismo ver REIS Fº, Daniel Aarão; *O colapso do colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita*, in: FERREIRA, Jorge (org.); *O populismo e sua história: debate e crítica*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

“O populismo [...] só pode ser compreendido no contexto do processo de crise política e de desenvolvimento econômico que se abre com a revolução de 1930. Foi a expressão do período de crise da oligarquia e do liberalismo, sempre muito afins na história brasileira, e do processo de democratização do Estado que, por sua vez, teve que apoiar-se sempre em algum tipo de autoritarismo, seja o autoritarismo institucional da ditadura Vargas (1937-1945), seja o autoritarismo paternalista ou carismático dos líderes de massas da democracia do pós-guerra (1945-1964).”⁸⁹

O populismo, apresentado em sua unidade como um movimento político de profundas raízes sociais, surgiu de uma crise de hegemonia das oligarquias - estabelecida desde os primeiros anos da República (1889) e consagrada na constituição liberal de (1891) – provocada pelo grave abalo sofrido pela economia de exportação com a crise de 1929. Uma fratura no grupo dirigente instaurou uma instabilidade política como novo equilíbrio de poder, expresso na debilidade das “velhas” oligarquias e na fraqueza das oligarquias “alternativas” e dos segmentos urbanos. Esse equilíbrio instável entre os grupos dominantes e, basicamente, essa incapacidade de qualquer deles de assumir o controle das funções públicas “em seu próprio nome”⁹⁰ constitui um dos traços marcantes do período populista. Esta instabilidade funcionaria com um impulso para uma aproximação com as classes populares, no momento, a única fonte possível de legitimidade para o Estado.

“Assim, condicionadas desde o início pela crise interna dos grupos dominantes, penetram as massas populares urbanas na política brasileira.”⁹¹

Este movimento liderado por homens de classe média e por alguns chefes oligarcas (entre os quais o próprio Getúlio Vargas) desencadeou um processo de transformação política cujas dimensões mais relevantes apontavam para a “decadência dos grupos oligárquicos como fator de poder” e uma “tendência à ampliação institucional das bases sociais do Estado”⁹². Deste modo, enquanto os liberais viam a adesão das massas populares aos líderes populistas como produto da demagogia, da emocionalidade e da propaganda, Weffort estabelecia uma relação mais complexa entre Estado e classes populares, pautada numa relação ambígua que variava entre a manipulação das massas e o atendimento as suas reivindicações; o populismo seria um modo determinado e concreto de manipulação das classes populares mas foi também um modo de expressão de suas inquietações. Sob o domínio do populismo na política

⁸⁹ WEFFORT, Francisco C.; *O populismo na política brasileira*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p.61

⁹⁰ WEFFORT, op. cit.

⁹¹ WEFFORT, op, cit., p.69

⁹² WEFFORT, p.63.

brasileira cabe ressaltar o crescimento da participação popular e as enormes transformações que esse crescimento veio acarretar no processo eleitoral. Se a participação popular na vida política do país anteriormente a 1930 tinha sido mínima, no momento seguinte, a pressão popular se tornou rapidamente um dos elementos centrais do processo político, pelo menos no sentido de que as formas de aquisição ou de preservação do poder estarão cada vez mais impregnadas da presença popular.

O populismo teria construído no Brasil um *Estado de massas* característico por sua ambigüidade de compromissos: sensível tanto às reivindicações populares por melhores condições de vida, ao mesmo tempo, que também se apresentava como uma conciliação “por cima” entre “novos” e “velhos” grupos dirigentes e propulsor de um processo de massificação na vida política brasileira⁹³. A célebre frase que enunciava a Revolução de 1930, “façamos a revolução antes que o povo a faça”, apresentava a fórmula clássica da antecipação das elites às massas populares como fundamental ao novo regime, ou seja, a idéia de um equilíbrio instável do poder que consagra um compromisso entre os grupos dominantes (conciliação), concedendo às massas, numa incorporação tutelada, o papel do parceiro fantasma que nunca irrompeu no jogo político, sendo os embates sempre resolvidos entre os quadros políticos do grupo dominante. Não obstante, o que esta relação paternalista entre líder e massas contém de essencial do ponto de vista político é, apesar da típica assimetria de todo paternalismo, o reconhecimento de sua igualdade fundamental dentro do sistema institucional; para as massas populares a legislação do trabalho significou a primeira forma através da qual viram definida sua cidadania, seus direitos e sua participação nos assuntos do Estado.

O núcleo da análise de Francisco Weffort reside na questão histórica da incorporação das massas populares à vida econômica e política no Brasil. Os estudos sobre o populismo procuraram verificar porque a incorporação das massas populares urbanas à política não resultou em mudanças substanciais nas condições de vida dos mesmos. Centrando-se mais precisamente na interpretação do autor sobre o período democrático de 1945 a 1964, o fato de a participação da classe operária no processo político não ter sido organizada e orientada de forma politicamente autônoma foi o que possibilitou a cooptação/aproximação das classes populares dos líderes populistas e a consolidação de uma aliança variada entre setores da

⁹³ A análise aqui apresentada corrobora com muitos elementos da interpretação sobre Weffort contidos em Ângela de Castro Gomes, *O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito*, in: FERREIRA, Jorge (org.); *O populismo e sua história: debate e crítica*, Rio de Janeiro – Civilização Brasileira, 2001.

oligarquia do café, burguesia industrial e classes populares urbanas. Marcado talvez por imagens de um movimento operário combativo, Weffort entende que enquanto a esquerda esteve aliada à burguesia, o movimento operário não se constituiu como ator/sujeito nesta relação política, e que quando o fez, no caso do governo Goulart e das “reformas de base”, evidenciou os limites do populismo.

Na leitura do populismo, não era apenas o Estado nacional-desenvolvimentista que precisava ser superado, mas também a tradição da esquerda comunista, cuja ideologia implicava valores que, em algum sentido, eram nacionalistas e populistas. Acusada de cúmplice dessa forma de Estado, a “tragédia” do movimento operário devia-se menos ao atraso da classe operária do que ao elitismo manobrista daqueles que pretendiam representá-la, tanto que terminaram subordinando-se às injunções da política nacional. No fundo, postula Milton Lauerta, a interpretação do populismo divulgada pelo Cedec pautava-se num horizonte avesso a dimensão estatal e centrado na idéia de autonomia da classe operária⁹⁴. Tais concepções, durante o contexto dos anos 70, davam argumentos para as correntes a esquerda do PCB, que se recusavam a levar em consideração a transição negociada, revelando grande desconfiança com a política frentista do MDB.

Quando no final dos anos 1970 uma onda de greves, detonada a partir do ABC paulista, sacudiu o país, estendendo ao limite as amarras da estrutura sindical oficial e alargando os horizontes políticos do processo de abertura, a cultura política deste novo movimento sindical se caracterizava por uma recusa da “prática sindical populista”⁹⁵. Neste processo de organização autônoma da sociedade civil em relação à tutela do Estado, o papel principal foi desempenhado pelo sindicalismo operário surgido no pólo mais importante da indústria metalúrgica brasileira, a região do ABC do Estado de São Paulo. As greves massivas de 1978, 79 e 80 romperam a passividade do sindicalismo operário, que vinha desde as grandes paralisações de Contagem e Osasco em 1968, acentuando os desafios postos pelos movimentos sociais à ordem autoritária.

Durante a década de 1970 podem ser identificadas três importantes correntes políticas em disputa no movimento sindical, definidas por sua maior ou menor oposição em relação à estrutura sindical oficial. A *Unidade Sindical* era a corrente que contava com o maior número

⁹⁴ LAUERTA, Milton; *Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil*, op.cit.

⁹⁵ MATTOS, Marcelo Badaró; *Sobre novos e velhos sindicalismos no Brasil: discutindo dicotomias*, in: HISTÓRIA, São Paulo, 17/18, 1998/1999.

de entidades associadas, sustentadas por certa filiação ao Partido Comunista Brasileiro, tinha como linha básica de atuação o não rompimento com a estrutura sindical brasileira. Um segundo grupo era a tendência dos “*autênticos*”, formada dentro dos sindicatos oficiais mas sem vínculos com as oposições sindicais ou com tendências ideológicas de esquerda marxista, caracterizou-se pela defesa da proposta de transformação radical da estrutura sindical oficial e do sistema de relações trabalhistas. E a *Oposição Sindical*, grupo relativamente inexpressivo, que compreendia militantes católicos e remanescentes de pequenos agrupamentos de esquerda, que desde fins da década de 60 voltou sua atuação para a construção de organizações dos trabalhadores fora dos sindicatos oficiais fundamentadas nas comissões de fábrica⁹⁶.

A dinâmica do movimento sindical em fins dos anos 70 definiu-se pela polarização entre as duas maiores tendências, os *autênticos* e a *unidade sindical*. Apesar de os dois blocos terem forças políticas equivalentes sobre o conjunto do movimento, os *autênticos* se sobressaíram por colocar novos temas para a luta sindical e inseri-lo no processo de democratização do sistema político. As greves de 1978 e 1979 vieram minar as bases da regulamentação das relações de trabalho quando viabilizaram, na prática, o direito de greve e de manifestação, e possibilitaram certo reajuste salarial em negociação direta entre sindicatos e empresas, espalhando para o conjunto da classe operária as aspirações por autonomia política. Dessa forma, os autênticos adquiriram um papel de protagonista da luta pela democracia no país, sustentando não apenas reivindicações específicas de suas categorias de trabalhadores, mas também sustentando, ao lado de outros agentes políticos, como os partidos, a luta pela democratização na nação, traduzida nas bandeiras de liberdade sindical e direito de greve⁹⁷.

Em 1979, as greves pipocaram por todo o Brasil, mais de três milhões de trabalhadores paralisaram a produção. Lula, Olívio Dutra e João Paulo Pires Vasconcelos converteram-se em uma espécie de grupo de assessoria, ajudando em alguns casos a negociação entre os líderes sindicais e suas bases em rebelião. As greves atingiram quinze estados e espalharam-se muito além do setor metalúrgico, afetando os trabalhadores dos serviços urbanos, da indústria têxtil, do setor de mineração, dos bancos, da construção civil, professores e muitos outros. Embora a

⁹⁶ RODRIGUES, Iram Jácome; *Trabalhadores, sindicalismo e democracia: a trajetória da CUT*, São Paulo, 1993 (Tese de doutorado – USP).

⁹⁷ SADER, Eder, *Quando novo personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo(1970-1980)*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

maioria das greves se concentrasse em torno das reivindicações salariais, elas contestavam aspectos da legislação sindical e até mesmo o regime autoritário.

O novo sindicalismo constituiu-se num sujeito de representação das camadas populares, na medida em que as greves resultaram numa confluência de forças da sociedade civil ainda não incorporadas ao campo político-partidário. A emergência do “novo sindicalismo” com as greves de 78-79 pode ser entendido como um marco no processo de transição democrática, finalmente o movimento operário, com seus interesses e relevância, ingressava a frente de luta pela democratização do país.

A história da coalizão política que se impôs contra o regime militar e a sua forma autoritária de Estado pode ser descrita, portanto, como resultado da associação dos temas e personagens da democracia política com os da democracia social. Nessa versão ampliada, a oposição incluía, agora, elites econômicas e políticas dissidentes, imprensa, a Igreja Católica, movimentos sociais, intelectuais e estudantes, operariado; sua imagem era, assim, a de toda uma “sociedade contra o Estado”⁹⁸. As diferenças entre estes grupos eram minimizadas em nome da unidade da oposição. A reconstituição de um sentimento oposicionista, tanto entre as elites quanto nos setores populares, ocorreu inicialmente fora do partido oficial de oposição, mas com o início da distensão de Geisel e o afrouxamento de algumas das restrições, o MDB sofreu um processo de renovação pela ampla representatividade que crescentemente adquiriu. Servindo-se do caráter de frente eleitoral do MDB, muitos movimentos sociais e lideranças populares conseguiram indicar candidatos ou vincularam reivindicações nas eleições de 1978.

Ao apresentar seus candidatos para as eleições, o MDB não procurou necessariamente membros do partido, mas sim quem tivesse grande popularidade, um bom potencial para conquistar votos: estudantes, sindicalistas, jornalistas e outros líderes populares. A escolha pelo MDB de candidatos ligados às bases, muitos dos quais chegaram a se eleger, representava um potencial para uma vinculação mais estreita do que até então existente entre o partido e os movimentos sociais. Tal decisão era motivada pelo desejo de ver o MDB assumir posições mais fortes sobre as questões sociais e promover uma maior participação popular.

A campanha de Fernando Henrique Cardoso para o Senado tentou utilizar de recursos e de grupos que até então não haviam sido atraídos pelo MDB: artistas, cantores, líderes políticos vítimas de expurgo dos militares, estudantes, intelectuais, bem como os sindicatos.

⁹⁸ KECK, Margaret E.; *A lógica da diferença: o PT na construção da democracia brasileira*, São Paulo : Ática, 1991.

Embora o MDB não fosse ainda uma organização popular e de massa, nem seu aparelho mantivesse uma relação permanente com as organizações dos movimentos sociais, serviu para aumentar a visibilidade das organizações e das campanhas ligadas aos movimentos de base, aumentando o seu acesso ao espaço público. Mesmo considerando que, face aos obstáculos impostos pelo regime na legislação eleitoral, a vitória do MDB em 1978 não se constituiu em maioria parlamentar, os resultados já indicavam uma supremacia eleitoral oposicionista; constando-se que o conjunto da sociedade civil se posicionou claramente favorável ao processo de abertura através do aprofundamento da participação popular nas instituições democráticas⁹⁹.

Embora as lideranças sindicais e populares participassem dessa convergência, elas nunca falaram da “Oposição” com a mesma reverência manifestada por alguns outros grupos que se envolveram no processo. Os tipos de movimentos e organizações populares que foram aqui discutidos tinham pouco em comum, à exceção de uma orientação geral no sentido de estabelecer condições materiais que tornassem possível uma vida mais digna; por isso tinham ainda menos em comum com os grupos de elite da oposição (industriais, a Associação Brasileira de Imprensa, a Ordem dos Advogados do Brasil e outros semelhantes). Os membros da oposição de elite tentaram atrair a oposição popular contra o regime, mas o mecanismo utilizado para ampliar sua base foi a cooptação dos líderes populares, isso não envolvia nem a criação de uma base popular articulada para a organização, nem o desenvolvimento de vínculos institucionais permanentes entre as organizações¹⁰⁰.

A esquerda petista na Transição Democrática

Ao general João Batista de Oliveira Figueiredo, empossado presidente da República em março de 1979, caberia dar continuidade ao processo de abertura política controlada iniciado pelo governo Geisel. Mantendo o mesmo comportamento ambíguo – enquanto sancionava a Lei da Anistia, a reformulação partidária e revogava decretos institucionais, também reprimia as greves, interferia nos sindicatos e impunha “pacotes” que visavam a manutenção dos militares no poder –, as medidas do governo Figueiredo reforçavam as incertezas a respeito dos destinos do processo de transição. A determinação dos militares de

⁹⁹ KECK, Margaret E.; *A lógica da diferença*, op. cit. p.69.

¹⁰⁰ KECK, Margaret E.; *A lógica da diferença: o PT na construção da democracia brasileira*, op.cit.

manterem o controle do processo político tornou a transição democrática brasileira notável pela sua duração e pela moderação e cautela com que as elites políticas oposicionistas empreenderam, em passos sucessivos, a negociação das mudanças.

Os primeiros ventos da abertura, soprados em 1979, provocaram reações da extrema direita. Sucederam-se atentados nos quais estavam envolvidos militares da “linha dura” e grupos paramilitares, como o CCC (Comando de Caça aos Comunistas), a AACB (Aliança Anticomunista Brasileira) e a FPN (Falange Pátria Nova). Entre as várias ações – seqüestros, como o do jurista Dalmo de Abreu Dallari, bombas na residência de militantes de esquerda, na sede de entidades como a AOB, no Rio de Janeiro, e nas bancas de jornal que vendiam publicações alternativas, deixando vítimas fatais e feridos – , destacou-se o episódio do Riocentro. No dia 30 de abril de 1981 realizava-se naquele centro de convenções, localizado no Rio de Janeiro, um evento comemorativo ao Dia do Trabalho, quando duas bombas explodiram acidentalmente antes do tempo previsto; uma dela, em uma caixa de força, que não provocou vítimas, e outra explodiu no carro dos militantes, matando um sargento e ferindo um capitão, ambos funcionários do DOI-CODI (Departamento de Operações Internas – Centro de Operações de Defesa Interna) do I Exército¹⁰¹.

A tentativa dos militares de promoverem uma transição “lenta e gradual”, a partir da década de 1980, passou a dar-se num contexto de grave crise econômica que em muito hipotecou a democratização do Brasil. As alterações da economia internacional inviabilizaram os rumos apreciados para o governo de Figueiredo, contidos no III Plano Nacional de Desenvolvimento (1980-1985), que propunha o incentivo do crescimento econômico por meio da intervenção estatal e mediante a utilização de empréstimos estrangeiros¹⁰². O fator de precipitação da crise econômica brasileira dos anos 80 foi o estrangulamento de suas fontes externas de financiamento devido a constrangimentos provindos da crise financeira do sistema capitalista internacional.

A escassez de capitais disponíveis para empréstimos no mercado financeiro só fez crescer o compromisso do governo com os planos de ajuste fiscal impostos pelas agências internacionais como o FMI, entre outras, o arrocho salarial era uma das pautas do acordo. Deste modo, no plano interno, a política de recessão inaugurada por Delfim Neto recaiu

¹⁰¹ Os atentados, embora com menor intensidade, continuaram. Bombas explodiram em Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul até 1987. RODRIGUES, Marly; *A década de 80 – Brasil: quando a multidão voltou às praças*, 3ª ed., Editora Ática, São Paulo, 2001.

¹⁰² SALLUM JR, Brasílio; *Labirintos: dos generais à Nova República*, Editora Hucitec – São Paulo, 1996.

principalmente sobre as empresas estatais. Estas medidas agravaram ainda mais a situação social e a tensão entre os trabalhadores e o governo. As greves da década de 80, no entanto, não se limitaram aos setores operários, estenderam-se a professores, médicos, motoristas, funcionários públicos, engenheiros e bancários, que protestavam contra os baixos salários e as demissões em massa. De acordo com Sallum Jr., a “crie da dívida” em muito contribuiu para a deslegitimação do regime militar, além das massas populares e classe média que desafiavam os limites do regime, causou rachaduras no pacto político de sustentação do modelo nacional-desenvolvimentista promovido pelos militares, manifestadas de forma mais óbvia na crescente dissociação entre o empresariado e o governo ocorrida na primeira metade da década de 80¹⁰³.

A tensão existente entre o contexto de abertura e a sensação de poderosas restrições tornava o processo da transição muito incerto quanto ao seu destino, entretanto, o caminho adotado pelo grupo dirigente dos militares para liberalização política do país implicava o restabelecimento gradual de alguns aspectos institucionais básicos do Estado Democrático de Direito. Nesse sentido, tiveram grande importância para o avanço da transição brasileira rumo a um regime democrático a anistia, a reformulação partidária realizadas no ano de 1979 e o retorno das eleições diretas para governador, aprovado no Congresso em novembro de 1980. A criação de novos partidos políticos e a eleição pelo voto popular dos governadores de estado, ambos pela primeira vez desde 1965, tiveram uma clara importância e constituíram os principais fatores que ajudaram a criar a impressão de que eram estas as eleições que marcariam a “fundação” do novo regime. Do ponto de vista dos militares, ao realizar a anistia e a reforma partidária, o governo Figueiredo objetivava alterar o sistema de representação e as identidades políticas no país, com isso fragmentar a frente oposicionista que se articulava contra o regime militar e obter vantagens nas eleições de 1982.

Tendo sido confirmado o crescimento da oposição, representado pelo avanço do MDB nas eleições legislativas de 1974 e no pleito municipal de 1976, o regime militar convenceu-se de que o quadro eleitoral existente teria de ser modificado, se quisesse manter sob controle o processo de liberalização. Observando os resultados eleitorais obtidos pelo “movimento democrático” em 1978, e constatada a unidade de amplos setores da sociedade civil em torno da questão democrática, o regime tratou de estabelecer mecanismos capazes de promover a divisão das forças oposicionistas. Para os militares, tais medidas serviam para dar mais

¹⁰³ SALLUM JR, Brasília; *Labirintos: dos generais à Nova República*, op. cit.

flexibilidade e elasticidade ao quadro partidário e com isso facilitar a sustentação político-eleitoral do regime autoritário, daí, o essencial da reforma partidária para os militares era possibilitar o surgimento de um partido civil de situação que não fosse identificado com o governo¹⁰⁴.

A reforma partidária extinguiu o sistema ARENA-MDB implementado em 1965, e em seu lugar criaram-se, até a disputa eleitoral de 1982, outros cinco partidos. Da ARENA derivou-se o Partido Democrático Social (PDS), partido que apoiava o governo e reunia setores da burguesia e proprietários rurais, enquanto do MDB formaram-se o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) – que continuou a agrupar a oposição de diversos matizes – e outros partidos em torno de antigas personalidades políticas, como o Partido Democrático Trabalhista (PDT) de Leonel Brizola, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) de Ivete Vargas, que posicionou-se de certo modo entre os dois blocos (militares e oposição), o Partido Popular (PP), de Magalhães Pinto e Tancredo Neves, liberal-conservador, reunindo parte da alta burguesia brasileira mas que antes mesmo de 1982 incorporou-se ao PMDB, e o Partido dos Trabalhadores (PT) como a grande novidade do sistema político-partidário recém inaugurado.

As medidas iniciais promovidas pelo governo Figueiredo, como a anistia e a reformulação partidária, alteraram substancialmente a configuração política do país e inseriram novas perspectivas para o desfecho da transição política: uma primeira propunha uma estratégia de *conciliação* entre liberais e militares num programa de “auto-reforma” do regime sustentada, no quadro político-partidário, pelo PDS – PTB; a segunda era pautada numa estratégia de *transição* para o regime democrático, apostando na derrota do regime através do fortalecimento do “movimento democrático” e da atuação parlamentar praticada pelo PMDB (com parcela do extrato comunista); e a outra estratégia era a da *ruptura* com o regime militar através de um amplo movimento de massa pelo retorno da democracia no país apresentada pelo PT – PDT¹⁰⁵.

A fundação do Partido dos Trabalhadores, em 1980, constituiu-se na maior novidade emergida da reformulação partidária, na medida em que os outros partidos oriundos também da reformulação partidária de 1979 se organizaram em torno de personalidades políticas que

¹⁰⁴ SADER, Emir; *A transição no Brasil: da ditadura à democracia?*, São Paulo: Atual, (Série história viva), 1990.

¹⁰⁵ AGGIO, Alberto; *Revolução e democracia no nosso tempo*, op.cit.

resgatavam o período anterior ao Golpe de 64, como Leonel Brizola (PDT), Tancredo Neves (PP) e Ivete Vargas (PTB), como também manifestavam a idéia e a possibilidade de se retornar a uma democracia existente antes do regime militar. O PT, diferente, foi um partido político que se articulou em torno das reivindicações de novos atores surgidos durante o período da ditadura, frutos do processo de modernização autoritária implementado pelo regime militar. Descontínuo, portanto, tanto do ponto de vista político como social, o PT apresentou-se na vida política do país como uma alternativa à esquerda do PMDB.

A proposta de criação de um novo partido já vinha sendo discutida desde 1976 por um grupo de intelectuais, inicialmente, e principalmente de São Paulo, que tentavam articular a formação de um partido socialista de tipo europeu, participavam deste movimento, entre outros, Francisco Weffort, José Álvaro Moisés, José Serra, Paul Singer, Fernando Henrique Cardoso, Almino Afonso, Mário Covas e Luís Carlos Bresser Pereira. Esses intelectuais pretendiam, na época, unir o novo sindicalismo brasileiro que estava nascendo no ABCD com o chamado “grupo autêntico” do MDB. O desenvolvimento do debate sobre a criação de um novo partido foi polarizado por divergências político-ideológicas que se manifestaram em duas tendências: uma privilegiava a atuação parlamentar e outra a atuação nos movimentos sociais. Após o Encontro do PT-SP de 18 de agosto de 1979, quando organizou-se uma comissão para elaborar uma proposta da plataforma do partido, ficou evidente a predominância da idéia de autonomia do Partido dos Trabalhadores com relação a presença dos parlamentares. Deste impasse resultou a saída do movimento pró-PT de Fernando Henrique Cardoso, Almino Afonso e do grupo que optou por manter-se no PMDB, buscando na atuação parlamentar o caminho para a democracia, enquanto a outra tendência aderiu a proposta de formação do partido dos trabalhadores, optando pelo engajamento no movimento social, popular e sindical como forma de participação no processo de democratização¹⁰⁶.

O PT destacou-se na arena política nacional por estabelecer-se predominantemente como organização voltada para o vínculo com a prática cotidiana dos movimentos sociais que lhe davam base, redimensionando o conflito político através da mobilização de segmentos ainda não-institucionalizados de oposição, condutores de novas questões para o debate da democratização. Desde os primórdios, o PT contou com significativo apoio de intelectuais, artistas e profissionais liberais bem como de líderes forjados no embates sindicais e urbanos.

¹⁰⁶ GADOTTI, Moacir; PEREIRA, Otaviano: *Pra que PT: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores*, São Paulo: Cortez, 1989.

Poucos são os parlamentares que ingressaram no PT no momento de sua criação e vários são os grupos e orientações ideológicas nele presentes: aí estão católicos que bebem nas águas da Teologia da Libertação, social-democratas radicais e grupos que seguem a tradição marxista-leninista. Alguns pautam-se nas várias versões trotskistas ou até maoístas e muitos são ideologicamente ecléticos. Outros trilham as misturas revolucionárias temperadas pela experiência da guerrilha. É forte a presença de grupos dissidentes do Partido Comunista Brasileiro, como também de um ideário socialista não comunista e anti-soviético, mas não anti-cubano, freqüentemente marcado por uma visão instrumental das instituições políticas e da própria democracia.

Para a formação do PT, entretanto, confluíram fundamentalmente três amplos grupos da sociedade civil sobre os quais se forjaram as bases sociais de sustentação política do partido naqueles anos iniciais: os sindicalistas; as comunidades de base e os movimentos populares ligados à Igreja Católica; e a esquerda que vivia na clandestinidade¹⁰⁷. Convergiram também para o PT parlamentares progressistas do PMDB, intelectuais, setores de classe média, estudantes, participantes e dirigentes de organizações populares, mas o tripé sindicalistas – cristãos progressistas – esquerda corresponde a um esquema que, embora simplificador, tem a vantagem de mostrar os eixos mais importantes em torno dos quais se constituiu a composição do partido.

Desta configuração interna diversificada procede a ruptura com os padrões de organização partidária conhecidos no país. As dificuldades que essa pluralidade de interesses e representações cruzadas criava para a consolidação de um projeto comum levaram o partido a assumir, internamente, uma dinâmica basista¹⁰⁸. O interesse do PT pela democracia direta não reside na circunstância de ela ter sido uma característica desta ou aquela força política em especial, desta perspectiva, o basismo foi um modo de operar pela e para a interação de um leque de forças políticas que vinham de atividade muito diferentes, mas que acreditavam comungar os mesmo conceitos – precisamente por ter sido um modo de operar, o basismo pode integrar em sua dinâmica sindicalistas, militantes de organizações revolucionárias e

¹⁰⁷ POMAR, Wladimir, *Introdução*, in: *Resoluções de Encontros e Congressos, Partido dos Trabalhadores*, Organização: Diretoria Nacional do PT / Secretaria Nacional de Formação Política e Fundação Perseu Abramo / Projeto Memória. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

¹⁰⁸ Segundo Novaes, “a referência ao basismo nomeia, sem nenhuma conotação valorativa, uma variante da prática política em que está presente o zelo pela participação nas decisões do maior número possível de quantos componham o universo dos representados”. NOVAES, Carlos Alberto Marques; *PT: dilemas da burocratização*, Novos Estudos CEBRAP, nº 35, março 1993, p.217-237, p.218.

outras modalidades de atividade política. Por outro lado, acrescenta Carlos Novaes, esta concepção participativa da democracia terminou por construir a identidade dos petistas, na medida em que ela conferia ao partido uma diferenciação da política institucional tradicional.

O PT surgiu, deste modo, sem uma ideologia precisa, sua prática refletia uma combinação entre a ideologia sindicalista de base, um democratismo radical e a Teologia da Libertação, com argumentos como que o socialismo petista não se confundia nem com o socialismo real nem com a social-democracia ou que o socialismo petista não se baseava em modelos pré-estabelecidos mas seria construído pelas massas, o que oportunamente aparentava uma saudável crítica a experiência do socialismo real, escondia uma indefinição quanto ao caráter e a identidade do partido. Os documentos do partido referem-se a um socialismo democrático como ideologia do PT, no entanto, mais do que isto, os documentos e discursos do partido evidenciam as ambigüidades de uma mistura inconsistente entre concepções socialistas e democráticas¹⁰⁹.

Por emergir da luta contra a ditadura, a democracia constituiu-se como o tema central do pensamento político petista durante os primeiros anos. O PT criticava as concepções que queriam restringir a democracia puramente aos procedimentos eleitorais, acusando o (P)MDB de arquitetar uma transição política sem que ocorresse qualquer alteração nas condições de vida dos trabalhadores. Para a classe trabalhadora, define Lula, “democracia significa barriga cheia, significa casa para morar, significa escola para estudar, significa liberdade e autonomia sindical, significa direito de greve”. De acordo com Keck, o fato de, durante a sua história, o MDB não ter dado grande atenção aos setores populares fora dos períodos eleitorais foi tão importante para a formação da cultura política dos fundadores do PT quanto a crítica ao populismo¹¹⁰.

“Não basta um programa que interesse aos trabalhadores pois todos os partidos têm um programa nesse sentido, mas até hoje não vi nenhum partido defender na prática esses interesses. A classe trabalhadora já está saturada desses partidos e o que é preciso é que aqueles que defendam os interesses dos trabalhadores sejam os maiores interessados, ou seja, os próprio trabalhadores que deverão compor a cúpula do partido”.¹¹¹

¹⁰⁹ AZEVEDO, Clóvis Bueno; *A estrela partida ao meio: ambigüidades do pensamento petista*, São Paulo: Entrelinhas, 1995.

¹¹⁰ KECK, Margaret E.; *A lógica da diferença: o PT na construção da democracia brasileira*, op.cit. p.102. A teoria do populismo, constituiu-se na principal referência para uma interpretação sobre os impasses e derrotas da democracia tal como foi praticada no período intermediário entre o Estado Novo e o regime militar.

¹¹¹ Discurso de Lula em setembro de 1979 retirado de KECK, Margaret E.; *A lógica da diferença*, op.cit.

O PT surgiu do compromisso de inserir os interesses populares no processo de construção da democracia brasileira. As linhas gerais da estratégia e da tática do PT estão contidas em seu Manifesto de lançamento e em seu Programa, publicados em 21 de outubro de 1980. Ali se diz que os “trabalhadores querem se organizar como força política autônoma” e que o PT deve ser capaz de “atuar não apenas nos momentos das eleições, mas, principalmente, no dia-a-dia de todos os trabalhadores, pois só assim será possível construir uma nova forma de democracia da sociedade em todos os níveis”. O Programa explicita que o PT “pretende chegar ao governo e a direção do estado para realizar uma política democrática, do ponto de vista dos trabalhadores, tanto no plano econômico, quanto no social”, para construir “um poder que avance no rumo de uma sociedade sem exploradores e explorados”¹¹².

O nexo entre estes diferentes segmentos da sociedade civil, como demonstra André Singer, cresceu da idéia de construir uma organização partidária própria da classe trabalhadora, baseada na aspiração por autonomia frente ao Estado e a classe política tradicional¹¹³. Com a abertura para um pluralismo partidário, o debate político sobre a transição deslocou-se da organização da sociedade civil para o campo da institucionalização democrática. A formação do PT introduziu sérias tensões no processo de democratização que já vinha ocorrendo desde meados dos anos 70. Não obstante, o fortalecimento da organização da sociedade civil ocorrido durante o período de distensão do regime militar envolveu um processo de diferenciação no interior da própria sociedade civil e, juntamente com ele, o reconhecimento de interesses e conflitos que escapavam a uma imagem dualística de oposição entre Estado e sociedade. Os vínculos costurados durante os anos 70 entre as diversas organizações da sociedade civil ao redor da Frente Democrática, embora ainda rudimentares, começavam a apontar uma trajetória de separação entre o político e o social. A partir da década de 1980, a transição brasileira revestiu-se de uma nítida duplicidade: cada avanço em seu percurso de liberalização das instituições políticas acarretava uma desarticulação ainda maior com as demandas sociais¹¹⁴.

¹¹² O Manifesto e o Programa foram encontrados na publicação comemorativa para os 20 anos do PT, *Resoluções de Encontros e Congressos, Partido dos Trabalhadores*, organizado pelo Diretório Nacional do PT.

¹¹³ SINGER, André; *O PT*, São Paulo: Publifolha, 2001.

¹¹⁴ Duas referências no campo da esquerda para a interpretação da dissociação entre política e social na Transição Democrática brasileira são WEFFORT, Francisco C.; *Qual democracia?*, São Paulo: Companhia das Letras, 1992; VIANNA, Luiz Werneck; *A Transição: Da constituinte à sucessão presidencial*, Rio de Janeiro : Revan, 1989.

Entretanto, no contexto político nacional imediatamente posterior a reformulação partidária manteve uma certa unidade em torno da política da frente democrática que vinha predominando entre as forças oposicionistas. Sem projetos políticos definidos, os diferentes partidos oposicionistas, PMDB, PT, PTB, PDT, articularam basicamente o mesmo discurso, centrado na construção do regime democrático e nas críticas ao estatismo exacerbado, a repressão e exclusão políticas dos anos de autoritarismo e ao modelo econômico vigente; em julho de 1981, líderes e presidentes do PMDB, PP, PTB e PT, reuniram-se em São Paulo para aprovarem uma declaração conjunta na qual apoiavam a proposta de eleições diretas, o direito de greve e de livre organização sindical, entre outras¹¹⁵. Com a aproximação do período de campanha política, ficou claro que a reorganização partidária, isolada, não seria capaz de garantir uma vitória do PDS sobre a frente oposicionista com uma margem suficientemente grande para assegurar o controle governamental sobre o Colégio Eleitoral que elegeria o próximo presidente. Portanto, em novembro de 1981, o governo mandou ao Congresso o “Pacote de novembro”, aprovado em janeiro do ano eleitoral, estabelecendo a vinculação do voto em uma única legenda para todos os cargos, o registro de chapas completas e a proibição de alianças entre os partidos.

As eleições de 1982 foram o primeiro teste da nova configuração político-partidária. As partes envolvidas encararam o momento como um passo decisivo na vida política do país, visto que, o eleitor teria que escolher, exceto a presidência da república, candidatos em todas as instâncias administrativas: Congresso Nacional, um terço do Senado, governadores, legislativos estaduais, prefeituras e câmaras de vereadores. Embora as eleições de 1982 não escolhessem diretamente o presidente do Brasil, elas forneceriam a correlação de forças para a eleição indireta, no Colégio Eleitoral, do sucessor de João Figueiredo.

A conjuntura de indefinição quando aos rumos da transição, sem dúvida, teve uma influência significativa sobre a estratégia das forças oposicionistas e sobre o eleitorado brasileiro. O argumento em favor da continuidade de uma perspectiva plebiscitária teve força quase irresistível. A incerteza quanto ao momento em que os militares iriam afastar-se do poder reforçava entre a sociedade a visão polarizada de que se tratava mais uma vez de um confronto entre “governo” e “oposição”. A campanha do “voto útil” no PMDB, com sua mensagem de que um voto de oposição para outro partido era um voto para o governo,

¹¹⁵ RODRIGUES, Marly; *A década de 80 – Brasil: quando a multidão voltou às praças*, 3ª ed., Editora Ática, São Paulo, 2001.

reforçou a polarização, tendo bastante êxito em convencer os simpatizantes de outros partidos, inclusive os do PT, de que, pelo menos nessa eleição, havia realmente apenas duas escolhas: a favor ou contra o regime militar. A interpretação plebiscitária da transição, fornecida pelo PMDB, enfatizava a importância de se manter uma leitura bipolar das eleições até o desfecho da mudança do regime, identificado com a ascensão de um candidato de oposição a Presidência da República¹¹⁶.

A política da frente democrática contra a ditadura, empreendida pelo maior partido da oposição, o PMDB, conseguiu relativa hegemonia entre as forças da sociedade civil, incorporando como frente eleitoral um conjunto diverso de movimentos e campanhas cujas implicações colocavam o regime em questão. Entretanto, dentro da definição peemedebista da situação, a criação do PT vinha dividir a oposição e fazer o jogo do regime militar. Embora para os outros partidos nessa disputa eleitoral a dimensão plebiscitária permanecesse a mais importante, o PT conduziu sua campanha orientado, não pelo sentimento de a favor ou contra, mas por uma concepção das eleições em que se tratava de uma disputa entre interesses diferentes num sistema partidário pluralista.

Decidido a diferenciar o PT dos demais partidos, o discurso eleitoral dos candidatos petistas sustentava que, essencialmente, não havia diferença entre o PMDB e o PDS, já que ambos eram partidos de elite, sem participação popular e sem qualquer razão para que dessem atenção às necessidades dos trabalhadores. Nesse sentido, o corte classista presente nos lemas da campanha – “Trabalhador vota em trabalhador”, “Vote no 3. O resto é burguês” – foi o mais acentuado pelo partido em seu discurso eleitoral, dado que era o elemento que mais o diferenciava de seus concorrentes, sobretudo o PMDB¹¹⁷. Constatada a permanência de visão uma plebiscitária do contexto, outro ponto do discurso petista foi afirmar que as eleições não trariam alterações substantivas na vida da população, devendo o partido voltar-se para a organização e difusão do programa do PT. A campanha petista dirigiu-se, portanto, no intuito de desqualificar a visão plebiscitária na opinião pública, visto que, enquanto as forças em confronto fossem identificadas como regime autoritário versus oposição democrática, seria difícil para o PT convencer grandes massas de pessoas a votar nele.

¹¹⁶ KECK, Margareth E.; *A lógica da diferença: o PT na construção da democracia brasileira*, op.cit.

¹¹⁷ Para a participação do PT nas eleições de 1982 ver MENEGUELLO, Rachel; *PT: a formação de um partido*, op.cit.

Em linhas gerais, os resultados eleitorais de 1982 demonstraram que as máquinas partidárias do PDS e do PMDB resistiram ao pluralismo de partidos emergido da reformulação partidária. Depois da apuração dos votos – doze governadores para o PDS, dez para o PMDB e um para o PDT – os militares confirmavam o controle do sistema político, assegurando a maioria governista no Colégio Eleitoral que escolheria o próximo presidente em 1985. As eleições não deixaram de favorecer as oposições, pois abriram a possibilidade de articulações políticas objetivando a realização de eleições diretas para presidente da república. Entretanto, pondera Vianna, pode-se igualmente constatar que, sobretudo a partir de 1982, quando as forças oposicionistas conquistaram governos estaduais, os avanços da Frente Democrática, longe de confirmarem aquela associação entre operadores políticos e sociais, já traziam em si o germe que levaria a coalizão que indicara os rumos para a superação do autoritarismo no país a conhecer o rompimento, antes mesmo que se pudesse dar por concluída a sua obra¹¹⁸.

O desempenho eleitoral do PT foi bastante inexpressivo, contudo, revelou que o voto petista concentrava-se em regiões altamente urbanizadas e industrializadas, à semelhança do ABC paulista onde surgiu o partido, mas que também esteve significativamente associado à organização de bases partidárias¹¹⁹. O domínio do cenário eleitoral conquistado pelo PMDB foi duramente sentido no PT, levando muitos militantes petista a se concentrarem em atividades não partidárias pelos próximos anos. Motivo pelo qual o PT dedicou pouca atenção à elaboração de uma estratégia institucional durante este período. O pensamento político petista entendia que a natureza conservadora do processo de transição exigia que se prestasse especial atenção à sociedade civil, construindo com o intenso engajamento de seus militantes no movimento sindical e popular a resistência contra a tentativa das elites conservadoras de limitarem o alcance das mudanças. Neste sentido, a organização da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983, e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em 1984, transmitiu a sociedade a noção de que a força de mobilização do PT estava aumentando.

No âmbito institucional, as eleições de 1982 abriram um período de convivência entre governadores da oposição e a presidência exercida pelo general João Figueiredo, entre os

¹¹⁸ VIANNA, L. W.; *A esquerda e os quinze anos da transição*, op. cit.

¹¹⁹ A nível federal, o PT elegeu oito deputados, sendo seis por São Paulo, um pelo Rio de Janeiro e um por Minas Gerais. A nível estadual, o PT elegeu em São Paulo nove deputados, dois no Rio de Janeiro e um em Minas Gerais. Finalmente, a nível municipal, o PT obteve duas prefeituras, em Diadema (SP) e Santa Quitéria (MA), e ainda elegeu 117 vereadores no país, dos quais 78 eram paulistas.

diversos partidos e organizações vinculados à oposição, a discussão sucessória polarizava-se da seguinte forma: negociar um candidato de origem oposicionista porém “aceitável” para os segmentos liberais vinculados ao regime, ou lutar pela mudança das regras do jogo sucessório mediante a introdução de eleições diretas para escolher o sucessor do presidente Figueiredo. Embora a possibilidade de mudança nas regras eleitorais contrariasse a lógica da situação, a tendência em favor de eleições diretas para o próximo pleito presidencial foi crescendo no interior da sociedade civil. A decisão sobre a forma de eleição do próximo presidente monopolizou a vida política do país a partir daquele momento, e no curto período entre 1983-1984 promoveu uma intensa aceleração do processo de desagregação do regime militar-autoritário¹²⁰.

A campanha por “diretas já” começou a ser organizada durante o ano de 1983 com a criação de um órgão suprapartidário, o Comitê Nacional Pró-Diretas, que visava articular uma campanha de massa para o retorno de eleição direta para a Presidência da República. O primeiro grande esforço coordenado foi um comício na cidade de São Paulo, em 27 de novembro de 1983, convocado por uma comissão que incluía PMDB, PT, PDT, CUT, CONCLAT, Comissão de Justiça e Paz da Igreja Católica, e outras inúmeras organizações da sociedade civil. A partir de 1984, os governadores de oposição decidiram dar força total a idéia de uma mobilização popular articulada com a apresentação no Congresso de uma emenda constitucional, elaborada pelo deputado do PMDB de Mato Grosso, Dante de Oliveira, propondo eleições direta para 1985. Inicialmente surgiram conflitos com o PT devido ao desejo deste em introduzir questões sócio-econômicas na campanha. No interior do movimento em favor da diretas mais uma vez se fez presente a disputa entre frente democrática e frente de esquerda: a primeira visava derrotar o regime numa ampla coligação com forças do centro político, incluindo, ainda os dissidentes do antigo regime; a segunda, derrubá-lo a partir de setores socialmente avançados, pondo em coincidência o objetivo da luta contra o regime e a conquista de um poder popular¹²¹. Para o PT, os objetivos extrapolavam a dimensão eleitoral, a campanha pelas eleições diretas destinava-se a combinar uma demanda

¹²⁰ SALLUM JR., B.; *Labirintos: dos generais à Nova República*. op. cit.

¹²¹ VIANNA, Luiz Werneck; *A Transição: Da constituinte à sucessão presidencial*, op.cit. p.33. A chave de leitura frente democrática / frente de esquerda proposta por Vianna para compreender as estratégias da esquerda para a superação do Regime Militar é particularmente interessante, pois permite abranger desde a dissidência dos grupos guerrilheiros de 68, a política do PCB na década de 1970 e os posicionamentos dos petistas nos anos 80. Para uma interpretação da esquerda brasileira na resistência ao regime militar ver VIANNA, L. W.; *A esquerda e os quinze anos da transição*, op. cit.

pela democratização das instituições com reivindicações de justiça social e econômica, todavia, à medida que a campanha se desenrolou, o partido ficou preso ao seu discurso unitário por “diretas”.

A campanha “Diretas-já” transformou-se, entre janeiro e abril de 1984, no maior movimento político de massas que o país vira nas últimas décadas, em grande medida, por ter conseguido agregar as insatisfações de diversos matizes contra o regime militar. Visando pressionar o governo federal e sua base congressista, o Comitê Nacional realizou diversos comícios nas capitais e principais cidades do Brasil, trazendo às ruas milhões de pessoas para exigir a aprovação de emenda constitucional que instituía eleições diretas para a sucessão do presidente Figueiredo. Além de a campanha envolver um grande conjunto de organizações da sociedade civil, as pesquisas mostravam que mais de 80% dos brasileiros eram a favor das eleições diretas, inclusive muitos membros do PDS. Naquele contexto de crise política e econômica a democracia era vista e apresentada como a saída para os problemas nacionais. Entretanto, no plenário do Congresso Nacional foi derrotado o maior movimento cívico da história política brasileira recente. O resultado final da votação foi decepcionante para o povo: a emenda Dante de Oliveira não conseguiu os 2/3 dos votos necessários à sua aprovação.

A maioria das organizações e movimentos que participavam do Comitê Nacional pretendiam manter a mobilização popular até que o governo concordasse em convocar eleições; para o PMDB, no entanto, a mobilização destinava-se apenas à votação do Congresso.

“Apesar das mobilizações, apesar da politização e da vontade de mudança manifestada nas praças e palanques, o movimentos sindical e popular, que poderia tornar vitoriosa a campanha das diretas, com paralisações e jornadas de protestos, não conseguiu intervir na campanha de forma independente e organizada, acabando por se diluir nos comícios e manifestações. Muito embora várias entidade da sociedade civil e do movimento popular e sindical – a CUT à frente – tivessem proposto uma paralisação cívica nacional, os setores conservadores do Comitê Nacional Pró-Diretas acabaram impondo à campanha controles e limites, que conduziram à conciliação”¹²².

Neste momento começaram a aparecer os primeiros indícios de uma conciliação entre oposição e governo para o desfecho da transição. No final da campanha ficou evidente a intenção das principais lideranças do PMDB de reduzir a influência do Comitê nas decisões

¹²² Texto aprovado no Encontro Nacional Extraordinário do PT (1985) em que o partido decide boicotar o Colégio Eleitoral.

políticas, com isso seria possível eliminar as opiniões mais radicais procedentes dos setores sindicais, do PT e de outras representações da sociedade civil, para concentrar esforços na construção de uma aliança entre as oposições e os dissidentes do PDS, admitindo a possibilidade de formação de um governo de *conciliação*¹²³.

A ampla manifestação de massa a favor do retorno das eleições diretas estimulou o fracionamento do PDS. Os governadores da “situação” propunham que o sucessor de Figueiredo fosse o ministro Mário Andreazza, enquanto parte do PDS ligada aos militares e apoiado por figuras como Golbery do Couto e Silva disputava a indicação do candidato a presidência com o nome de Paulo Maluf. A vitória de Maluf como candidato governista agravou a cisão do partido com a saída de José Sarney (presidente do PDS) e conseqüente consolidação da Frente Liberal, uma fração partidária liderada por Aureliano Chaves e Marco Maciel, que declarava-se favorável à candidatura de Tancredo Neves – então governador de Minas Gerais pelo PMDB.

As discussões dos grupo organizados da sociedade e do Comitê Pró-Diretas foram deixados de lado quando formalizou-se um acordo entre a Frente Liberal e o PMDB com o nome de *Aliança Democrática*. Os políticos da oposição aceitaram a permanência das eleições indiretas uma vez que firmado o acordo político da Aliança Democrática ficou garantido a eleição do candidato peemedebista no Colégio Eleitoral. O discurso dos partidários a um governo de conciliação argumentava que somente uma coalizão ampla e heterogênea composta inclusive de lideranças políticas que a muito pouco haviam abandonado o regime poderia derrubar os militares. A partir de 1984 a transição democrática passou a ser dirigida por uma aliança entre “moderados” da oposição e “liberalizantes” do regime militar, desvincilhando-se progressivamente dos personagens e temas provenientes da democracia social¹²⁴.

O PT tentou levar sozinho a campanha por eleições diretas porém o ímpeto já havia desaparecido, a energia dedicada a campanha foi transferindo-se pouco a pouco para Tancredo, que se transformou na grande esperança da democracia no Brasil. Revoltado com o que considerou uma traição do PMDB à campanha por eleições diretas, o PT negou-se a participar

¹²³ SADER, Emir; *A transição no Brasil: da ditadura à democracia?*, São Paulo: Atual, (Série história viva), 1990.

¹²⁴ VIANNA, Luiz Werneck; *A Transição: Da constituinte à sucessão presidencial*, op.cit.

da eleição de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, sendo o único partido a ficar de fora¹²⁵. A recusa petista em legitimar a eleição indireta de Tancredo Neves suscitou críticas de todas as partes, acirrando ainda mais a tensão entre as forças oposicionistas.

A parcela da esquerda que compunha a frente democrática e sua política de transição travou com o PT um profundo debate no interior do espectro político sobre a questão da democracia¹²⁶. Aqueles setores da esquerda que aderiram a estratégia da transição – progressistas do PMDB, PCB, PCdoB – avaliavam que o contexto da sociedade brasileira era inóspito à implementação de um regime democrático, sobressaindo a possibilidade de se consolidar o projeto de auto-reforma do regime militar.

“Equívoco pensar que ao PMDB cabe realizar as tarefas de uma etapa ‘liberal’, enquanto a esquerda acumula forças ‘classistas’ para intervir posteriormente no momento da ‘etapa’ socialista ... A transição se conclui em favor da democracia, ou não. Ela pode-se perverter numa auto-reforma do antigo regime, ainda vivo nas instituições, no próprio governo e principalmente no sistema de poder”¹²⁷.

Diante de tamanhas incertezas, a tarefa fundamental para consolidar definitivamente este processo de institucionalização da democracia política no Brasil era identificada pela estratégia da transição na elaboração de um novo pacto social¹²⁸. Somente uma nova constituição romperia com o regime militar e com o passado de modernização autoritária que caracterizou o país, portanto, estes setores da esquerda viam como necessário um razoável grau de entendimento e de acordo entre a esquerda e os liberais ao menos até a promulgação de uma nova constituição. Como fator relevante para o posicionamento destes segmentos da esquerda brasileira estava a concepção diferenciada, se tomada a partir da história do espectro político, que portavam da democracia: a democracia política não era entendida como neutra em relação ao social, tendo que implicava, como dimensões que se reforçam mutuamente, a democratização do Estado e de sua política econômica.

A recusa do PT em participar do Colégio Eleitoral, por entendê-lo ilegítimo e contra a vontade popular, tem suas raízes mais profundas na crítica a política de conciliação com os

¹²⁵ Esta posição intransigente provocou uma crise entre os deputados do PT, vários dos quais acreditavam que as circunstâncias obrigavam o partido a votar em Tancredo. A controvérsia decidiu-se pela expulsão de três deputados: Bete Mendes, José Eudes, e Airton Soares. KECK, Margareth E.; *A lógica da diferença*, op. cit. p.52

¹²⁶ Para um trabalho que sintetiza a discussão política e intelectual sobre esquerda e democracia no Brasil ver GARCIA, Marco Aurélio (org.); *As esquerdas e a democracia*, São Paulo: Paz e Terra, 1986.

¹²⁷ VIANNA, L.W.; *A esquerda do PMDB e a solução democrática da transição*, in: VIANNA, L.W.; *A Transição*, op. cit. p.28.

¹²⁸ VIANNA, L.W.; *A ruptura está na constituinte*, in: VIANNA, L.W.; *A Transição*, op. cit. p. 31-35.

grupos dominantes. Mediante o pensamento político petista, as mudanças na história brasileira caracterizaram-se como uma sucessão de pactos entre elites que limitaram a intervenção da sociedade civil na política, desta forma, a sociedade brasileira sofreu o peso de uma cultura política autoritária que incorria, freqüentemente, na exclusão das camadas populares¹²⁹. Para o PT, portanto, conciliação com os grupos dominantes é sinônimo de deixar de fora os interesses sociais. Na avaliação dos petistas, a questão da democracia já havia, antes mesmo de terminada a transição, se tornado componente central na vida política brasileira recente. Não sendo meramente uma questão de conjuntura histórica ou política, mas um fenômeno com bases sociais, a democratização do país aparece aos olhos dos petistas como um processo irreversível¹³⁰.

“Nós todos acreditamos que caminhamos para a democracia por várias razões. Uma delas, porém, é fundamental. É a razão da vontade: é para lá mesmo que nós queremos caminhar”¹³¹.

Dentro desta compreensão do momento, o sentido da luta política de um partido dos trabalhadores deveria orientar-se para a disputa da concepção e da forma que assumiria este regime democrático nascente¹³². A vitória da Aliança Democrática conferiria um desfecho conservador à transição, que significava o restabelecimento da democracia política sem alterações no plano das estruturas sociais do país, implicando sérios obstáculos à própria efetivação do regime democrático. O posicionamento dos petistas no desfecho da transição confirmava uma concepção social da democracia: se a passagem da ditadura a uma democracia política viesse sem mudanças nas estruturas sociais ela se apresentaria como uma solução formal, sem relevância em termos substantivos para a sociedade. Era a prevalência do social sobre o institucional o fundamento da cultura política petista que sustentava a estratégia da ruptura como desfecho para a transição

Estas concepções assumidas pelo PT levaram o partido a não pactuar com a “transição com Tancredo”, acarretando em certo isolamento político durante o ano de 1985, tanto no que refere-se ao quadro político-institucional, sendo o único partido de oposição a não participar

¹²⁹ SADER, Emir; *A transição no Brasil: da ditadura à democracia?*, São Paulo: Atual, (Série história viva), 1990.

¹³⁰ WEFFORT, Francisco C.; *Por que democracia?*, in: STEPAN, Alfred (org.); *Democratizando o Brasil*, tradução Ana Luiza Pinheiro, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

¹³¹ WEFFORT, Francisco C.; *Por que democracia?*, op. cit. p.502.

¹³² GARCIA, Marco Aurélio (org.); *As esquerdas e a democracia*, São Paulo: Paz e Terra, 1986.

do Colégio Eleitoral que simbolizou a derrocada do regime militar, quanto na relação com suas bases sociais, visto que a população comparecia em massa aos comícios de Tancredo.

A vitória esmagadora de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral apareceu como a superação pacífica e consensual do autoritarismo no Brasil. No início de 1985, Tancredo recebeu de Ulysses Guimarães um plano de governo intitulado “*A Nova República*”, no qual estavam incluídas sugestões como eleições diretas em 1985 nas capitais e nas áreas de Segurança, convocação da Constituinte em 1986, congelamento de preços da cesta básica e do transporte e negociação da dívida externa. O programa da Nova República procuraria operar uma associação entre liberdade e igualdade inédita na história republicana brasileira. Entretanto, a composição do ministério de Tancredo atendia a negociações com forças políticas que o apoiaram, combinando políticos de oposição sistemática a ditadura com outros recém saídos do regime militar. No geral, a formação do governo da transição ficou muito mais próxima da velha república.

A solução “conciliatória”, centrada apenas numa mudança de quadros dirigentes, configurou a Nova República como uma reatualização/prorrogação do pacto desenvolvimentista que predominava de longa data na política brasileira. Frente ao continuísmo que caracterizava o governo de transição, sensação agravada pela morte de Tancredo e posse de José Sarney, supunha-se que a conclusão da transição política incorreria num retorno ao regime democrático anterior a 1964. A convocação da Assembléia Nacional Constituinte, entretanto, alavancou um processo de reestruturação no padrão de dominação do Estado brasileiro. A Nova República, mesmo condicionada pela crise econômica e pela tutela dos militares, acabou por se mostrar um arranjo político que permitiu a expansão dos impasses que o pacto desenvolvimentista inicialmente bloqueara, como a democracia política e o liberalismo econômico¹³³.

As eleições de 1986 escolheram os deputados e senadores que comporiam, ao mesmo tempo, o Congresso e a Assembléia Nacional Constituinte. A popularidade da política econômica do governo Sarney, simbolizada pelo Plano Cruzado, possibilitou ao PMDB e outros partidos do governo obter uma grande vitória político-eleitoral naquele pleito, elegendo todos os governadores e obtendo maioria no Congresso investido ao mesmo tempo das funções de Assembléia Constituinte. Lançado num momento de profunda crise econômica, o

¹³³ SALLUM JR., B.; *Labirintos: dos generais à Nova República*. op. cit. p.115.

Plano Cruzado visava, ao mesmo tempo, combater a inflação, canalizar recursos da esfera especulativa para a produtiva e iniciar um processo de redistribuição de renda. A euforia provocada pelos resultados positivos do novo plano fez com que o povo se sentisse com o poder de interferir na economia. Não havia passado uma semana das eleições de novembro de 1986, o governo baixou por decreto um Plano Cruzado II, uma readequação do primeiro que fazia cair mais duramente os reajustes inflacionários sobre os assalariados, constituindo-se abertamente numa punhalada no eleitorado que majoritariamente havia apoiado a linha de ação original do Plano. Desta forma, a nova Constituição apresenta-se fundamentalmente como a expressão política de uma correlação de forças, resultante da aliança entre “moderados” da oposição e “liberalizantes” do regime militar, que dirigiu a transição a partir de 1984¹³⁴.

Os deputados petista foram muito ativos na Assembléia Constituinte (1986-1988), apresentando artigos e emendas e negociando apoio com deputados de outros partidos. Embora dessem especial atenção às partes da Constituição que tratavam dos direitos dos trabalhadores e da reforma agrária, foram atuantes também em outras áreas. A inclusão de pequenos avanços para as classes trabalhadores se fizeram sempre sob intensa pressão da bancada de esquerda e no máximo da concessão dos políticos de centro e direita. O PT foi também um elemento importante na coalizão que abriu o processo de elaboração da nova Constituição às iniciativas populares, através de uma alteração das regras internas da Assembléia Constituinte que possibilitava as emendas populares (desde que estas fossem patrocinadas por pelo menos três entidades legalmente constituídas e assinadas por pelo menos trinta mil eleitores). Isso provocou um amplo processo de mobilização popular, da qual participou uma diversificada gama de movimentos sociais, sindicatos e outras organizações da sociedade civil.

O processo de elaboração da Constituição forjou um novo pacto político para o Brasil centrado na hegemonia de uma concepção de democracia que preconiza maior protagonismo da sociedade civil. Durante a vigência do pacto nacional-desenvolvimentista, iniciada nos anos 30, a relação entre Estado e sociedade havia se caracterizado por forte predomínio do Estado na ordenação da economia, da política, da cultura e do social, por isso, a nova carta constitucional, resultante de uma correlação de forças políticas e culturais configurada a partir

¹³⁴ WEFFORT, Francisco C.; *Construção da democracia e crise da comunidade nacional*, in: WEFFORT, Francisco C.; *Qual democracia?*, São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

do processo de Transição Democrática (1974-1989), ao estabelecer um novo padrão de dominação para o Estado brasileiro, fundado na primazia do privado sobre o público, rompe com seu passado de modernização autoritária, plantando as sementes para uma possível associação entre a “defesa da liberdade política” e “defesa da igualdade social”.

Não há dúvida que a nova ordem institucional promoveu uma ampliação dos direitos sociais e políticos individuais. Os direitos políticos agora incluíam a liberdade de se organizar partidos políticos e o de utilizar os meios de comunicação em campanhas eleitorais. Os direitos sociais também foram estendidos, com a equiparação dos direitos dos trabalhadores rurais aos dos trabalhadores urbanos e, pela primeira vez na Constituição brasileira, o irrestrito direito de greve para os trabalhadores. Criando, portanto, a despeito do caráter conservador da transição, condições necessárias para uma democratização do público com seus numerosos instrumentos de intervenção na economia e no social. O amplo processo constituinte (1986-88) e o sufrágio universal rompem com a marca de modernização sem participação da história política brasileira, e com isso, a classe burguesa num movimento hegemônico de conversão de outras classes e grupos sociais aos seus valores, forja sua nova forma de dominação: a sociedade civil¹³⁵.

A sociedade civil, reivindicada como limite contra o Estado, durante a Nova República se aburguesa e ganha uma liderança empresarial. Não foi possível chegar a um democracia social, avalia o pensamento petista, a nova carta define instituições políticas cujas características pressupõem uma ordem política democrático liberal, em que as questões sociais foram acrescentadas a margem na nova ordem institucional. Weffort utiliza o conceito de “sistema dual” para definir a nova ordem político-institucional brasileira:

“Em que consiste este ‘sistema dual’ brasileiro? Para aqueles que estão dentro – isto é, para os grupo social economicamente dominante, assim como para outros segmentos organizados da sociedade -, há um regime político competitivo ... Para os que ficam de fora, para os marginalizados que são muito pobres e incapazes de se organizar, resta apenas tornarem-se objeto de manipulação política ... Não são marginalizados por nenhum tipo de restrição institucional, mas pelas próprias condições sociais, políticas e culturais em que vivem e que os transformam em massas amorfas”¹³⁶.

¹³⁵ VIANNA, L.W.; *A Transição*, op. cit. p.11.

¹³⁶ WEFFORT, Francisco C.; *Construção da democracia e crise da comunidade nacional*, in: WEFFORT, Francisco C.; *Qual democracia?*, São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p.23.

Para o pensamento petista, era na articulação de fatores políticos promissores com estrutura social precária que consistia o problema a consolidação do regime democrático ao final do processo de transição. Mesmo com esta institucionalização da sociedade civil, o consenso quanto ao regime democrático evidenciava grande fragilidade na sociedade, encarnada nas parcelas mais miseráveis da população, que, vivendo a incerteza quanto ao amanhã, estavam sendo lesadas nas suas condições básicas de exercício cidadão.

Essas mudanças políticas ocorridas durante o período da transição (1974-89) encontraram, assim, um limite bem claro nos efeitos das desigualdades típicas da sociedade brasileira, nas conseqüências do caráter incompleto do processo de modernização e nos resultados da ação claramente insuficiente das lideranças políticas que comandaram a democratização do país. Esses fatores não impediram que as transformações político-culturais se desencadeassem, mas dificultaram sensivelmente a sua generalização na sociedade e enfraqueceram componentes importantes da cultura democrática em formação no país, distanciando os segmentos mais pobres da população das atividades políticas relevantes¹³⁷.

No entanto, antes que a Constituição estivesse concluída o povo já havia se desencantado com o governo Sarney e com os rumos assumidos pela transição política. Os anos de 1987 e 1988 foram, portanto, de desagregação da Aliança Democrática. O principal assunto na opinião pública passou da democracia política para a crise econômica: a recessão, o desemprego, a inflação e a queda dos salários; planos econômicos e ministros se sucederam sem que conseguissem controlar a queda do poder de compra dos salários. O fracasso do governo de transição alavancou uma nova configuração das identidades políticas. A falência da lógica plebiscitária que predominou na opinião pública durante o processo de transição, originou, em 1988, o momento de explosão das novas relações políticas que caracterizariam o Brasil contemporâneo.

As eleições de 1988 marcaram a crise definitiva dos partidos gestantes da Nova República, o PMDB e o PFL. O voto popular se dirigiu para os partidos que, de alguma forma, representavam, a seus olhos, protesto e oposição ao governo Sarney. Este voto de insatisfação recaiu principalmente sobre o PT, único partido identificado pelo público de massa como um partido diferenciado. Por mais fraco que tenha sido o desempenho do PT como ator institucional na primeira metade da década de 1980, o partido constituiu-se num importante

¹³⁷MOISÉS, José Álvaro; *Os brasileiros e a democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática*, Editora Ática S.A. : São Paulo, 1995. p.127.

organizador de um espaço de oposição na sociedade civil. Por causa disso, à medida que o PMDB foi, cada vez mais, se tornando “situação”, o PT transformou-se no principal herdeiro da bandeira da oposição¹³⁸. Passando a utilizar-se progressivamente da via eleitoral para crescer no cenário político-institucional do país.

Como resultado disso, o PT viu-se rapidamente projetado à cena principal da luta política, esta projeção não foi simplesmente resultado do fortalecimento do PT ou da desarticulação da então chamada Aliança Democrática (PMDB-PFL), mas uma combinação de ambos: uma combinação de crise econômica, ocasião propícia para gerar sentimentos de insatisfação e de mudança, com a emergência de novos padrões político-culturais no país¹³⁹. Foi neste contexto que se realizaram as eleições para prefeitos e vereadores em novembro de 1988, a partir da qual emergiu uma nova configuração para a esquerda brasileira: o PT – partido originado da confluência de organizações da sociedade civil surgidas durante o regime militar – passa a hegemonizar o espectro político, até então dominado pelo PDT – partido ligado a figura de Leonel Brizola cuja trajetória remonta ao período anterior a 1964.

O papel central assumido pelo PT na disputa eleitoral, sendo identificado como a alternativa da mudança, confirma-se nas eleições presidenciais de 1989, quando Lula vai para o segundo turno como o candidato da esquerda. Interessante notar como que os políticos associados a transição ou a experiência democrática anterior a 64 passaram a partir dos anos 90 para o segundo plano da disputa política. O que atesta uma nova correlação de forças para a política brasileira, centrada na hegemonia de atores fundamentam sua cultura política pelo binômio democracia e sociedade civil. O significado da polarização eleitoral de 1989, segundo Sallum Jr., não deve ser obscurecido por questões momentâneas, ele representa essencialmente o rompimento com o padrão nacional-desenvolvimentista de modernização: Collor representava a abertura para o exterior e Lula a quebra dos padrões de exclusão social¹⁴⁰.

O fracasso da Nova República (1985-1989) em superar a crise do nacional-desenvolvimentismo no Brasil ocasionou a ascensão para o primeiro plano da vida política do país de novos atores políticos surgidos durante o processo de Transição Democrática. Sem sombra de dúvidas, esta nova sociedade civil caracterizava-se por uma cultura política que em muitos sentidos desagregava “Era Vargas”. Ainda que realizando-se de formas políticas

¹³⁸ Margareth E.; *A lógica da diferença*, op. cit. p.254.

¹³⁹ SADER, Emir; *Governar para todos: uma avaliação da gestão Luiza Erundina*, Editora Página Aberta Ltda; São Paulo, 1992.

¹⁴⁰ SALLUM JR., B.; *Labirintos: dos generais à Nova República*. op. cit. p.199.

distintas, nessa trajetória da Transição Democrática há um eixo norteador que pode ser encarado como um “projeto” que quer remodelar e retificar a trajetória do país, aprofundando a modernização de sua sociedade e aproximando-a de experiências e padrões típicos daqueles vigentes em países considerados mais desenvolvidos. No entendimento destes atores tal ruptura é identificada como se após décadas de prevalência do Estado sobre a sociedade e da razão política sobre os interesses privados, se pudesse, enfim, considerar que um ethos efetivamente identificado com os interesses modernos emergira no país como alternativa civilizatória a seus dilemas¹⁴¹.

¹⁴¹ LAUERTA, Milton; *Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil*, op. cit. p.21.

Capítulo III

Partido dos Trabalhadores e o Programa MOVA-SP

Um estudo que versa sobre a cultura política petista tenta, por princípio, explicar o comportamento dos petistas, seus posicionamentos ideológicos e a atuação política do partido. O Programa MOVA-SP (1989-1992) caracteriza-se, para tanto, como um objeto de ricas prerrogativas para a compreensão da cultura política petista devido a ampla representatividade que o programa assumiu nas bases do partido, principalmente entre os militantes dos movimentos sociais, mas também entre as lideranças, tornando-se reconhecido como uma política pública típica do Partido dos Trabalhadores. O projeto MOVA se espalhou por diversos municípios em todo o Brasil na área da alfabetização de jovens e adultos, chegando até mesmo a ser implementado em nível estadual, no Rio Grande do Sul, e compor o programa de governo federal do PT, inspirados, todos, na experiência inicial do MOVA-SP.

Esta identificação do Programa MOVA-SP com os rudimentos do PT aumenta a relevância do objeto para os interesses da pesquisa, pois permite investigar, em prática, o caráter da política de governo petista. A tendência de definir a cultura política petista como fruto de um processo de rompimento com os preceitos que embasaram a esquerda durante a maior parte do século XX é significativa entre as interpretações da literatura política que aborda o PT. Esta renovação, termos em que foi denominado este movimento, passava pelo desafio de incorporar a “democracia como um valor universal” no pensamento e na política da esquerda¹⁴². Poder-se-ia afirmar, então, que o Programa MOVA-SP é a manifestação concreta de um processo de renovação político e intelectual da esquerda que o PT, em tese, representava.

Este amplo movimento de renovação político-teórico que, desde o início dos anos 1970, afetou as concepções da esquerda na América Latina, fez surgir uma nova cultura política. Para uma parcela significativa da esquerda, a luta contra os Estados autoritários se desdobrou numa luta contra todas as formas de autoritarismo e reforçou a recusa das análises

¹⁴² O debate sobre esquerda e democracia no Brasil tem como principais interlocutores, entre outros, Carlos Nelson Coutinho (*A democracia como valor universal*), Francisco Weffort (*Por que democracia?*), Marco Aurélio Garcia (*As esquerdas e a democracia*), Marco Aurélio Nogueira (*Gramsci, a questão democrática e a esquerda no Brasil*), Jorge Castañeda (*A Utopia desarmada*), Evelina Dagnino (*Cultura, cidadania e democracia: a transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana*).

deterministas da política. Até a inflexão produzida pela renovação, o pensamento político da esquerda esteve subordinado a algumas premissas básicas derivadas do marxismo clássico: a separação entre infra-estrutura e superestrutura, a determinação da superestrutura pela infra-estrutura econômica e a concepção do terreno da cultura como reflexo ou imagem invertida da realidade foram alguns dos princípios constitutivos do pensamento de esquerda. Sob esta forte influência do estruturalismo marxista, o Estado foi concebido como uma condensação das relações de poder e como o locus específico da dominação capitalista na sociedade. Como se fosse o centro privilegiado de transformação da sociedade e, portanto, da atenção na análise da política, o Estado foi considerado a arena decisiva das relações de poder, o único lugar e alvo relevante da luta política, como que se o poder estivesse circunscrito aos limites do Estado, no que veio a ser conhecido como uma visão “estatista” da política¹⁴³.

A cultura política brasileira reforçava esta interpretação estatista da política hegemônica na esquerda, uma vez que a concepção nacional-desenvolvimentista de um Estado forte e intervencionista, visto como historicamente ligado à construção da nação e como agente principal de transformação social, estava no centro de todas as versões – conservadoras e progressistas – dos projetos político-partidários do país: enquanto, por um lado, a sociedade era entendida essencialmente como um ente amorfo e estático, dotada de uma espécie de incapacidade para organizar-se e, portanto, para definir o sentido de sua interação com a sociedade política; o Estado, por sua parte, desfrutaria de um alto grau de intervenção com relativa autonomia aos interesses sociais. Todavia, o regime autoritário imposto pelos militares com o golpe de 1964 fechou, para muitos elementos da sociedade, o escasso espaço que antes havia no âmbito do Estado, parlamentos e partidos foram abolidos, enquanto os sindicatos, as ligas camponesas e os agrupamentos estudantis e universitários desapareciam, tornavam-se impotentes ou ilegais. As únicas outras formas de organização disponíveis situavam-se, na aparência ou por definição, “fora do Estado”.

Como, na América Latina, muitas formas de organização da sociedade tradicionalmente ocorreram em função do Estado – patrocinadas por ele ou promovidas diretamente através dele –, a idéia de organização desvinculada do Estado foi, durante muitos anos, inovadora ou anatemizada. No entanto, a repressão do regime militar brasileiro,

¹⁴³ Para estatismo na cultura política da esquerda latino-americana ver DAGNINO, Evelina; *Cultura, cidadania e democracia: a transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana*, in: ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (org.); *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*, Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

deixando pouco espaço para as organizações tradicionais, como partidos e sindicatos, fez com que, da luta contra a ditadura, florescessem inúmeras organizações e grupos sociais de base marcados pela idéia de autonomia frente ao Estado e aos partidos políticos. Os chamados movimentos sociais apresentavam como uma de suas principais características o feito de atuarem diretamente na sociedade, procurando alterar a base das relações de poder vigente, o que acarretava mudanças quanto a própria noção de poder, não mais entendido como uma instituição, mas como uma relação política e cultural difusa pela sociedade.

O fortalecimento da sociedade civil passou a ser considerado fundamental para a derrota do regime militar e construção de uma democracia mais estável. Era necessário engrandecer a sociedade civil para contrabalancear o pesadelo que havia se tornado o anseio por um Estado forte. Esta visão generalizou-se na cultura política brasileira reforçada, ainda, pelo fato de que a crítica ao Estado autoritário levou a uma crítica de todas as concepções estatistas da política. Havia um consenso em torno da utilidade do Estado como instrumento de democratização da economia e da sociedade que, a partir do período de terror (1968-1974), começou a entrar em crise, liberais e esquerdas, de todos os matizes, uniram-se numa nova exaltação, agora, da sociedade civil. Para a esquerda brasileira, afirma Weffort, o processo de aceitação da democracia não apenas sob um ponto de vista tático, ocorreu inseparavelmente da “descoberta da sociedade civil” como espaço de atuação política¹⁴⁴.

A criação do Partido do Trabalhadores é consequência do fortalecimento deste novo conjunto de orientações e organizações políticas que surgiram durante a década de 1970 na sociedade civil brasileira.

“A idéia do Partido dos Trabalhadores surgiu com o avanço e fortalecimento desse novo e amplo movimento social que, hoje, se estende, das fábricas aos bairros, dos sindicatos às Comunidades Eclesiais de Base; dos movimentos contra a carestia às associações profissionais; do movimento dos negros ao movimento das mulheres, e ainda outros que lutam pelos direitos das populações indígenas.”¹⁴⁵

¹⁴⁴ WEFFORT, Francisco; *Por que democracia?*, in: STEPAN, Alfred (org.); *Democratizando o Brasil*, trad. Ana Luiza Pinheiro, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

¹⁴⁵ *Declaração política*, in: *Resoluções de Encontros e Congressos, Partido dos Trabalhadores*, Organização: Diretoria Nacional do PT / Secretaria Nacional de Formação Política e Fundação Perseu Abramo / Projeto Memória. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

O surgimento do PT, congregando os movimentos sociais vinculados à classe trabalhadora como sua principal fonte de sustentação, propunha uma nova forma de ação por parte da esquerda brasileira. Para o PT, a visão das esquerdas de cinquenta anos atrás, de que “tomar o poder” era o objetivo primeiro do partido, era incorreta. O poder não é um objeto que se toma, é uma correlação de forças entre classes sociais em luta: fazer a revolução não é tomar o aparelho do Estado, é sim realizar um amplo trabalho educativo da sociedade. No ideário petista, somente o controle político da sociedade civil, altamente organizada, sobre o Estado, pode garantir as conquistas democrática e o socialismo¹⁴⁶. Daí que, o sentido atribuído a militância petista, via de regra, orientava-se pelas concepções de educação popular herdadas dos movimentos sociais, em outras palavras, dirigia-se para a conscientização e organização da sociedade.

Neste sentido, um governo do PT deveria promover canais de participação popular que viabilizassem o exercício direto do poder pelos movimentos sociais. A experiência do *Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos da Cidade de São Paulo*, MOVA-SP (1989-1992), como de toda a gestão petista de Luiza Erundina, foi orientada por esta cultura política da participação popular como estratégia de construção do socialismo petista. Sem recusar o papel e a presença indispensável do Estado, a proposta de participação popular, desenvolvida no contexto do governo democrático-popular de Erundina, buscou construir uma ação compartilhada com atores da sociedade civil na tentativa de soluções conjuntas para os problemas. A originalidade MOVA-SP na história política brasileira reside exatamente numa nova forma de articulação entre Estado e sociedade civil, fundada na co-gestão do público, através de uma parceria entre diversos movimentos organizados da cidade de São Paulo e a administração municipal do PT. Por estes motivos, a experiência do programa MOVA-SP e do governo de Luiza Erundina constituem-se em momento emblemático na história do partido, férteis para o estudo da cultura política petista, que, por sua vez, é fundamental para a compreensão da esquerda brasileira contemporânea.

¹⁴⁶ GADOTTI, Moacir; PEREIRA, Otaviano: *Pra que PT: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores*, São Paulo: Cortez, 1989, p. 25.

Cultura e política no Partido dos Trabalhadores

Sob a origem do Partido dos Trabalhadores exerceu influência fundamental as transformações ocorridas no movimento sindical dos últimos anos da década de 70. É freqüente na literatura que trata do PT explicar o surgimento do partido a partir da história do movimento sindical. As greves de 1978 e 1979, deflagradas pelo novo sindicalismo, articularam reivindicações políticas e sociais comuns a diversas categorias de trabalhadores urbanos e as introduziram no processo de transição política pelo qual o país atravessava, de forma que, a organização do PT erigiu-se como resultado da confluência de forças da sociedade civil mobilizadas fora do campo político-partidário sob a liderança do novo sindicalismo.

Após três anos de articulações (1978-1980), a sensação entre as lideranças sindicais era de fracasso da estratégia grevista-reivindicativa de massas empregada pelo novo sindicalismo, pois a estrutura sindical, as formas de negociação e o sistema de relações trabalhistas, pontos-chave na pauta de reivindicações do movimento operário, não haviam se alterado, ainda que seu funcionamento na prática houvesse flexibilizado, não ocorreram mudanças institucionais. Era nítido nas falas dos líderes sindicais o desgaste da arena político-sindical como palco das lutas reivindicativas dos setores organizados da classe trabalhadora, os dirigentes sindicais que defendiam a formação de um partido dos trabalhadores, afirmava Lula¹⁴⁷, chegaram a esta conclusão de que deviam “participar politicamente” porque, dentro da atual estrutura sindical, já haviam tentado fazer de tudo para melhorar a situação dos trabalhadores e não conseguiram. A reforma partidária foi a única resposta que o regime militar deu as diferentes reivindicações da sociedade, nesse sentido, a direção tomada pelo novo sindicalismo indicava o âmbito político-partidário como a nova estratégia do movimento operário.

A idéia de se criar um novo partido já era discutida por alguns setores da sociedade civil anteriormente a explosão do novo sindicalismo, todavia, o aparecimento de um movimento sindical combativo deu um grande impulso a questão da formação de um partido com base popular. Estimulados pelas greves e pela expectativa crescente de uma reforma partidária, iniciativas diversas despontaram no decorrer de 1978 com a intenção de articular um novo partido: políticos e intelectuais afluíram ao sindicato de São Bernardo, grupos

¹⁴⁷ Lula sem censura. “... e aí a peãozada partiu pro pau.” Edição e apresentação Altino Dantas Júnior, 4ª ed., Editora Vozes Ltda, Petrópolis, 1982.

clandestinos de esquerda com inspirações doutrinárias diversas presentes no meio sindical levantaram a palavra de ordem “Por um partido dos trabalhadores”, mesmo o grupo dos “autênticos”, inicialmente contrários, começaram a pensar na formação de um partido. Durante a maior parte de 1978 e início de 1979 discutiu-se entre organizações da sociedade civil a possibilidade de se lançar um partido político, apesar de divergentes quanto ao momento e ao tipo de partido que deveria ser organizado, a quase totalidade dos líderes sindicais, intelectuais e políticos envolvidos no processo de formação do novo partido compartilhavam o entendimento de que era preciso uma organização de tipo partidária para promover o desenvolvimento da luta dos trabalhadores.

O motivo que levava diversas organizações da sociedade civil no final dos anos 70 a ingressarem na formação de um novo partido era decorrente da discordância em relação a política de democratização do país, em especial, do entendimento de que não viam os interesses sociais representados no encaminhamento que estava sendo dado a transição política brasileira. Entre as razões que estes segmentos da sociedade civil alegavam para a criação de um novo partido estava a crítica que recaía sobre o (P)MDB, aos olhos destas organizações, um partido dominado pelas elites política e econômica do país que arquitetava realizar a transição do regime militar para uma democracia liberal sem que ocorresse qualquer alteração nas condições de vida dos pobres e trabalhadores. Sensação agravada na ocasião das greves de 1979, quando o partido da oposição, MDB, não se manifestou oficialmente em apoio a greve dos trabalhadores, o que cindiu ainda mais a ligação dos movimentos sindicais e populares com a representação institucional existente¹⁴⁸.

A proposta de um partido dos trabalhadores foi oficialmente apresentada, pela primeira vez, no Encontro de Metalúrgicos do Estado de São Paulo, realizado em Lins, São Paulo, em janeiro de 1979, por um grupo ligado ao Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, em que pesava forte influência da organização de esquerda Convergência Socialista¹⁴⁹. A resolução desse encontro, que ficou conhecida como a tese de “Santo André-Lins”, conclamava os trabalhadores a superarem sua marginalização, unindo-se para formar um novo partido marcado pela “democracia interna” e por uma política não “eleitoreira” mas que “organize e

¹⁴⁸ MENEGUELLO, Rachel; *PT: a formação de um partido, 1979-1982*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. KECK, Margaret E.; *A lógica da diferença: o PT na construção da democracia brasileira*, São Paulo : Ática, 1991.

¹⁴⁹ O texto de André Singer, *O PT*, atribui importante relevância aos grupos trotskistas na origem do PT, principalmente a figura de Paulo Skoromov, do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André.

mobilize todos os trabalhadores na luta por suas reivindicações”. Essa mesma resolução pedia aos metalúrgicos que lançassem esse processo em nível nacional¹⁵⁰.

Visando acelerar o processo de fundação do PT, a Comissão Nacional Provisória esboçou uma *Carta de Princípios* e a distribuiu nas comemorações do 1º de maio de 1979 nas grandes cidades de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Sul e Ceará. Esta data pode ser considerada o ponto de partida público, extramuros, do movimento pró-formação do PT; muitos líderes sindicais e movimentos populares haviam encampado a idéia, houve “lançamentos” do PT em várias reuniões de organizações da sociedade civil em diversos pontos do país. O conteúdo da Carta denunciava 1. a política conciliadora da transição entre “o governo e os patrões”, 2. descartava o MDB como um canal de representação dos trabalhadores, por ser controlado pelas elites do país, e 3. propõe a formação de um partido dos trabalhadores “comprometido e empenhado com a tarefa de colocar os interesses populares na cena política”¹⁵¹.

A intenção declarada da comissão era, em seguida recolher sugestões das bases sindicais para depois, planejava, registrar o PT no tribunal eleitoral em 25 de maio. Muitos líderes sindicais e outros que se mostravam favoráveis a idéia de um partido dos trabalhadores argumentavam que o comitê estava andando depressa demais, e estava violando o acordo segundo o qual se devia discutir a proposta do partido com as bases sindicais antes de se fazer qualquer coisa com relação a sua implementação – o que suscitou críticas de vanguardismo à comissão.

Apesar da proposta de criação de um novo partido circular amplamente entre as organizações populares, ela seguiu, fundamentalmente, um caminho por dentro do movimento operário como garantia de uma base de massa para o PT¹⁵². Como deliberado pelos metalúrgicos paulista, a formação de um partido dos trabalhadores entrou mais uma vez em discussão no Encontro Nacional dos Metalúrgicos, realizado em Poços de Caldas (MG), em

¹⁵⁰ A edição comemorativa dos 20 anos do PT, que reúne as *Resoluções de Encontros e Congressos*, apresenta a “tese de Santo André-Lins” como o primeiro documento da coletânea, significa que é entendido pelo pensamento político petista como o princípio da história (ou da pré-história) do PT.

¹⁵¹ *Carta de princípios*, in: *Resoluções de Encontros e Congressos, Partido dos Trabalhadores*, Organização: Diretoria Nacional do PT / Secretaria Nacional de Formação Política e Fundação Perseu Abramo / Projeto Memória. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

¹⁵² KECK, Margaret E.; *A lógica da diferença*, op. cit. A autora analisa a formação do PT a partir dos seguintes elementos: a existência de lideranças nacionalmente conhecidas, interessadas na sua criação; uma base de massa capaz de responder à idéia do partido; a atividade de um setor da esquerda organizada engajada na divulgação dessa idéia; e, finalmente, a boa vontade de alguns membros do MDB no Legislativo que se juntaram a esse esforço. P.76.

junho de 1979, onde foi votada uma resolução semelhante à Lins. Os delegados participantes do encontro discordavam quanto ao momento certo de se lançar um partido, mas concordavam que a proposta deveria ser discutida pelas bases; Lula era um dos que achavam que aquele não era o momento. Naquela ocasião ainda estavam ocorrendo importantes negociações que repercutiriam no caráter a ser adotado pelo novo partido, uma série de reuniões entre líderes sindicais, intelectuais e políticos do MDB, visavam encontrar um terreno comum para um partido político que defendesse os interesses populares, os encontros constituíam uma tentativa, por parte de alguns políticos, de buscar um entendimento entre a tendência popular do MDB e os sindicalistas na formação de um novo partido¹⁵³.

Após o encontro do movimento Pró-PT com políticos do MDB em 18 de agosto de 1979, quando organizou-se uma comissão formada por Fernando Henrique Cardoso, Almino Afonso, Francisco Weffort e Roque da Silva para a elaboração de uma plataforma comum, ficou evidente a existência de profundas divergências políticas e ideológicas entre as partes, uma tendência privilegiava a atuação parlamentar como estratégia para o novo partido, enquanto outra tendência focava o engajamento do partido nos movimentos sociais. Daquele impasse, onde se confirmou a predominância da idéia de autonomia do Partido dos Trabalhadores com relação à presença dos parlamentares, resultaram as saídas de Fernando Henrique Cardoso e Almino Afonso do processo de formação do PT e o fortalecimento dos setores intelectuais envolvidos desde o início nas discussões sobre o partido popular, com destaque para Francisco Weffort na evolução dos trabalhos de organização do PT¹⁵⁴.

Esta cisão nas trajetórias de Fernando Henrique Cardoso e Francisco Weffort é entendida por Milton Lauerta como expressão de duas interpretações do Brasil distintas que representam, no campo das idéias, o debate principal a respeito do processo de democratização do país, polarizado entre as concepções de democracia política e democracia substantiva que norteavam boa parte do pensamento político da época. Ambas as interpretações faziam parte de uma mesma matriz intelectual caracterizada pela negação dos princípios que deram origem a “era Vargas”, criticavam o estatismo, portanto, e concordavam que a nascente democracia

¹⁵³ Diversos trabalhos apontam para a importância da tríade sindicalistas, intelectuais e políticos, personificada por Lula, Fernando Henrique Cardoso e Almino Afonso, na evolução do movimento pela formação do PT e na definição do seu perfil. Lula aparece como a mais importante liderança do novo sindicalismo; Fernando Henrique Cardoso, importante intelectual da época; e Almino Afonso destacou-se como importante político do período anterior ao golpe de 1964, então retornado do exílio. MENEGUELLO, Rachel; *PT: a formação de um partido*, op.cit. p. 57.

¹⁵⁴ MENEGUELLO, Rachel; *PT: a formação de um partido*, op. cit.

brasileira deveria ter um enraizamento maior na sociedade civil, Fernando Henrique Cardoso, entretanto, entendia que o principal caminho para isso era o fortalecimento do sistema partidário brasileiro, tese que muito inspirava o pensamento político emedebista, enquanto Weffort apoiado em sua teoria do populismo, de grande repercussão no pensamento petista, enxergava nos movimentos sociais os agentes que poderiam democratizar a sociedade brasileira¹⁵⁵.

Do debate ocorrido durante o processo de organização do PT, surgiu um partido que propunha representar os interesses dos trabalhadores e pobres na vida institucional do Brasil, porém, com o eixo da sua estratégia de poder e plataforma política girando em torno dos movimentos sociais. O PT pretendia ascender as instituições não através de negociações palacianas, mas por um movimento de baixo para cima, construído através da “conscientização” e “organização” das camadas populares. Esta concepção de relação pedagógica do partido com suas bases, conhecida como educação popular ou trabalho de base, foi herdada de sua descendência dos movimentos sociais, em que organizar e conscientizar constituiria o sentido primeiro da prática política¹⁵⁶. Esta associação do PT com “o avanço e o fortalecimento desse novo e amplo movimento social” está fortemente acentuado nos documentos elaborados pelo partido com o intuito de que fossem discutidos nos núcleos de militantes, como preparatórios para a fundação do partido¹⁵⁷.

A fundação do PT ocorreu em 10 de fevereiro de 1980, em reunião no Colégio Sion, em São Paulo; historicamente, o acontecimento significava o surgimento de um partido que, política e ideologicamente, não se enquadrava na tradição partidária brasileira, classificada na cultura política petista como elitista e estatista. Certo que o PT surge sem uma ideologia precisa, mas esta postura é decorrente da própria concepção de partido democrático que o PT se propõe a ser: um partido aberto a participação das massas não pode ter vanguardas, nem teorias, ou livro sagrado, ele é simplesmente o partido dos trabalhadores, guia-se por sua prática, não segue doutrinas. A partir do prisma que a cultura política petista coloca, manifesta-se uma concepção da política como representação dos interesses, em outras

¹⁵⁵ LAUERTA, Milton, *Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil*, texto retirado do site: www.gramscieobrasil.com.br

¹⁵⁶ A discussão sobre educação popular no Brasil tem como principal referência os trabalhos de Paulo Freire.

¹⁵⁷ *A Declaração política e a Plataforma política*, divulgados entre outubro de 1979 e janeiro de 1980, são os documentos preparatórios para a fundação do PT.

palavras, uma atuação política moderna por parte da esquerda, ela teria de ser fiel não a teorias ou doutrinas mas ao conjunto de interesses das bases.

“Nosso partido é diferente porque é democrático: nele quem manda são as bases [...] É diferente porque respeita e defende a autonomia das organizações populares, garantia maior de sua existência como partido dos trabalhadores”¹⁵⁸

Sua origem essencialmente ligada a um contexto de luta contra a ditadura militar fez com que a reflexão sobre democracia ocupasse posição de destaque no pensamento político petista dos primeiros tempos. Na leitura da história do Brasil realizada pela cultura política petista, os conflitos e desigualdades sociais são percebidos e pensados como produto de práticas elitistas e autoritárias predominantes na política brasileira. Desta maneira, a solução das malezas do país é concebida como atrelada a uma política capaz de aproximar os interesses sociais das instituições democráticas. A concepção petista da democracia não diferia muitos dos ideais de igualdade e justiça social, este sentido, o recurso as formas de democracia direta característico da cultura política petista apresenta-se como proposta estratégica de aproximação entre interesses e instituições¹⁵⁹.

Desde antes a sua fundação, a dinâmica interna do PT compreendeu uma enraizada disputa entre as facções moderadas e radicais do partido. Isso dificultou, durante muito tempo, uma definição mais precisa do seu caráter. Tal dinâmica é compreendida no momento inicial de formação do PT, pelo debate sobre a mobilização ou não de esforços em direção a institucionalização do partido, que consistiria em cumprir os requisitos exigidos pela legislação partidária para a obtenção do registro que permite participar do processo eleitoral. De um lado, situavam-se os sindicalistas, os intelectuais, os parlamentares e boa parte dos elementos ligados aos movimentos populares urbanos, unidos em torno da concepção do PT como sujeito legítimo de representação que devia inserir-se efetivamente no quadro político-institucional; compartilhavam, portanto, o entendimento do partido como um instrumento para enviar trabalhadores ao Legislativo e ao Executivo. O bloco dos radicais compôs-se de maior parte dos grupos de esquerda, tais grupos mobilizavam-se em torno da transformação do PT

¹⁵⁸ *Programa do PT*, in: *Resoluções de Encontros e Congressos, Partido dos Trabalhadores*, op. cit.

¹⁵⁹ MENEGUELLO, Rachel; *PT: a formação de um partido*, op. cit. AZEVEDO, Clovis Bueno; *A estrela partida ao meio*, São Paulo: Entrelinhas, 1995.

em partido revolucionário marxista-leninista, deslocando para o segundo plano ou mesmo condenando o processo de institucionalização partidária.

As formas que a democracia direta assumiu na vida do partido também foram cercadas de muita disputa, durante o processo de formação do PT a principal delas deu-se sobre a questão do papel que os núcleos de base teriam dentro da estrutura partidária petista. Em linhas gerais, o perfil dos núcleos de base procurava traduzir a essência da atividade partidária petista: uma atividade permanente, com reuniões regulares, fundada na militância de seus membros, e que dá preferência às ligações com os movimentos sociais frente às atividades especificamente eleitorais. Os núcleos seriam as organizações locais do partido, lugar estratégico da articulação do PT com os movimentos sociais e para onde se direcionaria, segundo os documentos, a atuação político-partidária dos petistas. Entretanto, havia considerável desacordo interno sobre o significado deste e de outros instrumentos da democracia direta; para alguns, eles deviam ser órgãos embrionários de um poder dual; para outros, eram um mecanismo para ampliar a participação popular nas tomadas de decisões. As tendências internas dividiam-se entre se o papel dos núcleos seriam consultivos ou deliberativos: o grupo dos moderados centravam-se na concepção do PT como um “partido para eleger” defendiam com mais fervor a luta institucional, enquanto os grupos de esquerda tentavam contrabalançar a ênfase pragmática na busca do sufrágio com a insistência no papel dos movimentos sociais e na importância de núcleos deliberativos para a construção do “poder popular”¹⁶⁰. Porém, a análise da composição dos órgãos internos de direção do PT indica que o grupo sindicalista manteve-se majoritário no partido desde antes a fundação. O significativo papel das lideranças sindicais no processo de formação do PT levou a que o perfil interno do partido traduzisse sua influência.

Obtido o registro partidário provisório, o processo de institucionalização do PT voltou-se para a campanha eleitoral de 1982. Em sua primeira abordagem da atividade eleitoral, o PT definia as eleições como “uma etapa de aprendizado, de acúmulo de forças, de propaganda em torno de um programa de transformações, de conquista de espaço mais amplo para o fortalecimento da organização política dos trabalhadores”, apresentava, portanto, um certo entendimento instrumental das eleições, úteis a organização do partido¹⁶¹. Durante os

¹⁶⁰ SINGER, André; *O PT*, São Paulo: Publifolha, 2001.

¹⁶¹ *Carta Eleitoral*, in: *Resoluções de Encontros e Congressos, Partido dos Trabalhadores*, Organização: Diretório Nacional do PT / Secretaria Nacional de Formação Política e Fundação Perseu Abramo / Projeto Memória. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

primeiros anos, predominou na cultura política petista forte influência de premissas oriundas dos movimentos sociais, a crítica a democracia representativa conferia continuidade aparente à aversão que as forças que deram origem ao PT devotavam à chamada política partidária institucional¹⁶². Apesar de os documentos petistas afirmarem que as eleições não se caracterizariam como o foco principal da política do partido, reiterando junto a seu compromisso com os movimentos sociais sua posição anti-institucional, haviam grandes expectativas quanto aos resultados das eleições de 1982, visto que, empenhou grande esforço, particularmente em São Paulo, para ganhar o pleito. A abrangência destas restrições ao voto no interior do PT resultou um descompasso entre a prática do partido – fortemente volta para as urnas – e o discurso interno – que refletia as dúvidas sobre o peso a ser conferido ao sufrágio universal¹⁶³.

O traço classista foi, sem dúvida, o ponto discursivo mais acentuado pelo PT, dado que este era o elemento que mais nitidamente o diferenciava de seus concorrentes, sobretudo do PMDB. Eleições enquanto tática a fim de construir um poder para atingir o socialismo, as plataformas da campanha denotam não só uma concepção instrumental da democracia, como também a idéia de que as eleições poderiam desviar o PT de sua proposta socialista. O PT radicaliza a campanha eleitoral numa visão classista da sociedade brasileira, expressa nos slogans “Vote 3, que o resto é burguês” ou “Trabalhador vota em trabalhador”, “PT: um partido sem patrões”, “confie em você, vote PT”. A proposta declarada era “colocar a classe trabalhadora para mandar”, por outro lado, o classismo petista limitou o público interlocutor do partido, distanciando-se de um discurso que incorporasse aspirações e interesses das camadas médias, a opção eleitoral pelo PT aparecia fundada numa leitura de classes da realidade brasileira.

Para a análise dos fatores que influenciaram na distribuição da votação petista em 1982, Raquel Meneguello relaciona dois conjuntos de fatores como de primeira importância. O primeiro deles refere-se a fatores estruturais sócio-econômicos, que aborda a associação entre o voto do PT com os índices de urbanização e industrialização dos municípios; o segundo conjunto é composto de fatores políticos, e aborda a associação entre o voto do PT com o grau de organização partidária. Através de comprovação estatística, a autora demonstra

¹⁶² NOVAES, Carlos Alberto Marques; *PT: dilemas da burocratização*, in: *Novos Estudos Cebrap*, nº 35, março 1993, p. 217-237.

¹⁶³ SINGER, André; *O PT*, São Paulo: Publifolha, 2001. p.49

que o voto petista no Estado de São Paulo concentrou-se em regiões altamente urbanizadas e industrializadas, à semelhança da região do ABC paulista, onde surgiu o PT; mas verifica também que o desempenho eleitoral do PT no numerosos municípios do país esteve associado, sobretudo, à organização das bases partidárias¹⁶⁴.

A ocasião das eleições evidenciou a inconsistência da proposta política petista que procurava articular as lutas dos movimentos sociais com a participação nas instituições. De acordo com o estatuto do partido, os núcleos seriam as instâncias de articulação com os movimentos sociais, deveriam ser o lugar primordial da ação política dos militantes do partido, reforçando os vínculos do PT com o movimento sindical e popular. A organização do partido alicerçada nos núcleos tinha por objetivo constituir uma garantia de que no PT as decisões seriam tomadas democraticamente, com base na participação de seus membros. Os núcleos de base representavam o instrumento elaborado pelo pensamento político petista para interagir com o movimento social e fazer deste um “poder popular” capaz de levar a sociedade brasileira ao socialismo petista¹⁶⁵.

A medida que o PT foi aprofundando sua participação nas instituições, o processo de organização dos núcleos não conseguiu acompanhar a necessidade de filiação em massa dos novos membros. A institucionalização do partido estava condicionada ao cumprimento de certas exigências, entre as quais estava a de possuir um quadro de filiados e atingir um índice de votação, o meio encontrado pelo PT para intensificar a campanha eleitoral e cumprir a legislação partidária foi através da atuação do núcleos de base. O projeto inicial de filiação tinha em vista um processo orgânico de conscientização gradual dos trabalhadores, juntamente com o crescimento dos movimentos da sociedade civil e a constituição do partido com base na participação em massa de seus membros. Todavia, o desejo de institucionalização imediata do PT, decorrente da concepção de um “partido para eleger”, fez com que o peculiar instrumento do partido para atuar nos movimentos sociais se direcionasse para fins de legalização do partido, sendo transformados em comitês eleitorais¹⁶⁶.

O que fora proposto pelo partido, até então, e que de certa forma o distinguia dos outros partidos, não foi seguido no decorrer de sua atuação política, pois o partido mobilizou

¹⁶⁴ MENEGUELLO, Rachel; *PT: a formação de um partido*, op. cit.

¹⁶⁵ BRANDÃO, Marco Antonio; *O socialismo democrático do Partido dos Trabalhadores; a história de uma utopia (1979-1994)*, Anablume; Fapesp, São Paulo, 2003.

¹⁶⁶ KECK, Margaret E.; *A lógica da diferença: o PT na construção da democracia brasileira*, São Paulo : Ática, 1991.

suas bases para a disputa das eleições, colocando num segundo plano a luta dos movimentos sociais. Essa mudança de estratégia gerou respostas imediatas de setores dentro do partido que não concordavam com os rumos tomados, críticas internas acusaram o partido de abandonar o movimento social em favor de conquistas eleitorais. A desilusão do partido com os resultados eleitorais de 1982 criou o contexto de suas ações posteriores: o movimento de retorno às origens do partido e a formação da Articulação foram tentativas de consolidar a direção do PT nas mãos dos líderes do movimento operário.

O fracasso do PT nas eleições de 1982, que não conseguiu cumprir nem as exigências legais, revigorou, dentro do partido, as correntes descrentes da luta institucional que preferiam concentrar esforços na organização dos trabalhadores. A maior parte das explicações internas para o fraco desempenho eleitoral do partido referiam-se ao nível de organização – tanto do partido quanto da população – como demasiadamente pequeno para garantir um êxito eleitoral, a parcela do PT mais presente nos movimentos sociais interpretavam os resultados das eleições como indicadores, em primeiro lugar, e acima de tudo, da necessidade de estimular a organização autônoma da sociedade civil, a solução era voltar às origens do partido, promovendo a organização e a mobilização popular; não é por acaso que boa parte da militância petista esteve envolvida na criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983, e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em 1984.

Em resposta a pressão anti-institucional da ala esquerda do partido, os moderados, diante dos resultados das eleições de 1982, avaliando que o desânimo dos militantes era porque esperavam melhor desempenho do PT nas urnas, resolveram criar a “Articulação dos 113”, uma maneira de organizar os independentes e que “tinham uma só camisa”. A formação da Articulação representava um esforço por parte de alguns setores da militância para impor uma visão majoritária da natureza e dos objetivos do PT.

A “Articulação dos 113” surgiu em 1983, reunindo sindicalistas autênticos, intelectuais, setores cristãos e militantes de esquerda, que formaram uma chapa com o objetivo de disputar a direção do partido no estado de São Paulo. Segundo as propostas da Articulação, divulgada à época de seu surgimento, o partido vivia uma crise relacionada a resultados eleitorais, divergências internas, falta de propostas, desmobilização das bases, etc., cujo enfrentamento demandaria a superação de duas tendências que então se verificam no partido: “uma tendência reúne os companheiros que não dão muito peso ao que o PT representa de

novo na história das lutas sociais e políticas do Brasil. Sem dizer claramente, colocam em questão, muitas vezes, a própria necessidade de um partido como o PT; dissolvem a proposta original do PT num projeto de frente oposicionista sob hegemonia liberal como o MDB; dão preferência a ação política institucional-parlamentar e não reconhecem a capacidade que os trabalhadores têm de fazer política por suas próprias organizações...”. A outra tendência é formada pelos companheiros que entendem a autonomia política dos trabalhadores em termos abstratos... encerram-se, assim, na maior parte das vezes, numa proposta estreita, vanguardista e tradicional de ‘partido da classe operária’... alguns chegam a condenar a luta político-parlamentar como uma ‘traição aos trabalhadores’¹⁶⁷.

Como proposta para um plano de ação partidária que pudesse superar a desmotivação do partido, o manifesto postula três frentes para a atuação partidária: a sindical, a popular e a institucional. Participar dos movimentos sindicais e populares já era a tônica do PT, a ênfase observada na prática política da Articulação era pela ampliação da participação nas instituições. As diretrizes políticas lançadas em 1983 pela Articulação apontavam para a necessidade de elaborar propostas capazes de atrair setores sociais que até então haviam se mostrado “desconfiados” em relação à atuação do PT, sobretudo os setores urbanos de classe média, tratava-se, portanto, de implementar uma política de expansão da base social do partido.

Apesar de nomes importantes da literatura que trata do PT, como Margareth Keck, afirmarem que o Movimento Diretas-já aproximou o PT das instituições, a seqüência dos acontecimentos confirmam que a avaliação interna da participação petista nas Diretas parece ter sido negativa. O desfecho da campanha, com a derrota da emenda Dante de Oliveira, e o desentendimento do PT com os outros partidos que voltaram-se para uma saída negociada com o militares, sendo o único partido a não participar da eleição de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, fatos que em seus desfechos levaram o PT a ficar isolado no cenário político durante o ano de 1985¹⁶⁸. Embora o partido não tenha conseguido formular uma estratégia institucional clara nesse período, isso não significa que ficou à beira da morte; seus militantes consolidaram

¹⁶⁷ AZEVEDO, Clovis Bueno; *A estrela partida ao meio*, São Paulo: Entrelinhas, 1995, p.83.

¹⁶⁸ Meneguello periodiza a trajetória do PT durante os anos 80 em dois momentos: o primeiro começa com a reavaliação das estratégias do partido, em função do fracasso eleitoral de 1982, e culminam em certo isolamento político, provocado pela recusa em participar do Colégio Eleitoral que elegeu Tancredo Neves. O segundo momento configura um marco na atuação político-partidária do PT e se caracteriza pela mudança de estratégia eleitoral e atuação institucional, a ampliação de sua capacidade de representação, culminando na vitória de 1988 em grandes centros urbanos. MENEGUELLO, Rachel; *PT: a formação de um partido*, op. cit., p.197.

uma presença significativa em uma série de movimentos sociais e o setor do movimento operário associado ao PT cresceu rapidamente. Em meados de 1985, a dificuldade de encontrar uma maneira de unir a ação institucional à ação no plano social causava uma ampla crise de identidade no partido. As eleições para a prefeitura das capitais em 1985 eram consideradas como o grande teste da viabilidade eleitoral do partido.

Para as eleições de 1985, o PT recolocou-se como alternativa de poder, mas sob uma estratégia diferenciada. A tarefa de construção de um partido de massas, levada a frente pela Articulação, traduziu-se através de um programa de unificação de amplos interesses sociais e por uma nova forma de condução da imagem do partido¹⁶⁹. Inicialmente combatida por parte das bases partidárias, o PT veiculou sua imagem em 85 através de uma propaganda eleitoral aberta, dirigida a amplos setores sociais, inclusive os setores de classe média anteriormente distantes do partido. Os candidatos mostravam um perfil mais voltado aos padrões de confiabilidade que caracterizam os anseios das camadas médias, as plataformas de campanha são mais amplas e o programa na televisão é, sobretudo, bem-humorado. Se com isto o PT teve o custo político de atenuar a ênfase em seu conteúdo programático, por outro lado estendeu sua capacidade eleitoral¹⁷⁰.

As eleições de 1985 marcam o início do processo de crescimento eleitoral do PT que o levaria, ao final dos anos 80, a ser o partido hegemônico no campo da esquerda brasileira. Os resultados de 85 são importantes porque suprimiram as dúvidas quanto à viabilidade eleitoral da sigla. Com o sucesso eleitoral nas capitais obtido através do emprego de uma política de massas, o PT conseguiu captar votos onde não estava tão organizado, ou seja, aumentou-se o apelo propriamente eleitoral, aquele que não depende do contato direto com a militância. Ao usar os meios de comunicação de massa orientado por uma política de expansão da representatividade do partido, o estilo de 1985 tornou-se um protótipo para as campanhas futuras. As eleições para as prefeituras em 1985 prenunciaram uma nova era tanto para as relações do PT com outras forças políticas no Brasil quanto para a vida interna do partido. O anúncio, depois das eleições, de uma grande campanha de filiação, destinada a trazer para o partido um número significativo dos seus eleitores, era um sinal de que a fase da construção

¹⁶⁹ MENEGUELLO, Rachel; *PT: a formação de um partido*, op. cit., p. 199.

¹⁷⁰ Francisco de Oliveira, intelectual petista, em 1986, já denunciava a adequação do PT ao “padrão Globo de qualidade”. OLIVEIRA, Francisco de; *Qual é a do PT?*, in: SADER, Emir (org.); *E agora, PT? Caráter e identidade*, Brasiliense, São Paulo, 1986.

dos movimentos sociais poderia dar lugar a uma concentração maior de esforços na construção do partido¹⁷¹.

Os resultados eleitorais de 1986 também acusavam o incremento eleitoral do partido e revelavam que seu crescimento era menos vinculado à presença local das bases organizacionais partidárias que em 1982, apontando, portanto, que o alcance da proposta petista devia-se a uma nova performance.

A questão era elaborada da seguinte maneira por intelectuais da Articulação. Ao nascer colado aos movimentos sociais, o PT teve o grande mérito de romper com um método político tradicional que sempre circunscreveu a política ao terreno das instituições. Não obstante, a origem social do PT, sua “novidade”, poderia converter-se em um obstáculo ao seu desenvolvimento como partido se ela for uma limitação à capacidade do PT de se apresentar como alternativa socialista concreta e viável de mudança da sociedade, o que implicaria em atar-se a luta institucional e, em especial, a democracia representativa. Sendo assim, o partido deveria superar a estreiteza de sua cultura política inicial, reconhecendo que não adianta apenas organizar os movimentos e os interesses, para ingressar numa nova fase da sua história como um partido de massas, obstinado a chegar ao governo através da busca de votos¹⁷².

O bom desempenho da política de massas empregada nos períodos eleitorais reforça a Articulação nos órgãos de direção e enquanto cultura política do partido. Para parte da base petista tais resultados pareciam indicar que era acertada a estratégia de ampliação da imagem e proposta do partido como fundamental na construção de uma organização ampla e popular. Dentro do partido, contudo, esta questão foi permeada pela divisão de grupos em torno de duas principais concepções de estratégia de poder. De um lado, os setores considerados mais à esquerda, compostos sobretudo pelos partidos clandestinos abrigados no PT, posicionavam-se contra a democracia representativa como via para o socialismo. De outro lado, os setores mais moderados, agrupados na tendência Articulação, colocavam a democracia como valor inquestionável e traduziam sua posição numa linguagem mais “suave” de campanha¹⁷³.

¹⁷¹ KOWARICK, Lúcio; SINGER, André; *A experiência do Partido dos Trabalhadores na prefeitura de São Paulo*, in: *Novos Estudos Cebrap*, nº 35, março 1993, p.195-216.

¹⁷² MOISÈS, José Álvaro; *Partido de massas: democrático e socialista*, in: SADER, Emir (org.); *E agora, PT? Caráter e identidade*, Brasiliense, São Paulo, 1986. Se tomada em seu contexto, esta obra representa um debate, protagonizado por intelectuais e políticos petistas, sobre os rumos que o PT deveria assumir para superar os impasses que o caracterizou durante a primeira metade da década de 1980.

¹⁷³ SINGER, André; *O PT*, São Paulo: Publifolha, 2001.

Essas posições da Articulação foram formalizadas no programa político e organizacional aprovado no V Encontro Nacional do PT, em dezembro de 1987. As afirmações categóricas sobre questões essenciais da vida partidária petista pareciam dar por resolvido a discussão a respeito do caráter indefinido do partido. Nessa convenção, que lideranças petistas denominaram *O Encontro do Crescimento*, os delegados participantes abordaram os problemas atinentes a relação do partido com os movimentos sociais, a política de alianças do PT, a democracia interna do partido e a construção do partido como força política relevante no cenário institucional do país.

A análise de conjuntura realizada no encontro traçava um cenário de reativação do movimento democrático por ocasião da Constituinte, mas a pujança dos movimentos sindical e popular já não era a mesma da primeira metade dos anos 80. As atenções petistas voltaram-se para a participação nas instituições, o sucesso do partido nas eleições para prefeito nas capitais e a participação nas debates da Assembléia Constituinte – que consagraram Lula como o deputado federal mais votado do país nas eleições de 1986 – reforçaram, para muitos petistas, uma consciência cada vez maior da necessidade de uma estratégia política mais ampla, que não se limitasse a fortalecer os movimentos e organizações da sociedade civil. Nesse contexto político-cultural, os resultados da política de massas empreendida pelas lideranças petistas possibilitaram que as posições da Articulação se tornassem hegemônicas no partido, no sentido mesmo de serem incorporadas como cultura política do petismo.

A resolução do encontro demonstra que o partido recebeu com aptidão as exigências postas pela competição no terreno da “grande política” e reviu suas posições com respeito aos chamados movimentos.

“ ... na ‘cultura política petista’ passamos muitas vezes a idéia (incorreta) de que o PT deve ser o reflexo dos movimentos sociais, representante desses movimentos no plano político – o que termina significando representante no plano institucional e parlamentar.¹⁷⁴

A ruptura com o discurso inicial era explícita, o PT, que afirmava não poder dirigir as lutas dos movimentos sociais pois assim estaria desrespeitando a sua autonomia, na resolução do V Encontro parece disposto a rever em profundidade seus pressupostos quando confirma a

¹⁷⁴ *V Encontro*, in: *Resoluções de Encontros e Congressos, Partido dos Trabalhadores*, Organização: Diretório Nacional do PT / Secretaria Nacional de Formação Política e Fundação Perseu Abramo / Projeto Memória. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

supremacia da luta institucional na política petista: O PT “terá de se tornar o dirigente político dos trabalhadores, articulando nossa atuação de luta sindical e popular com a construção partidária e nossa estratégia de luta pelo poder”. Significa que os petistas deveriam levar para dentro dos movimentos sindical e popular as propostas previamente debatidas nas instâncias do partido. O PT dava passos cada vez mais claros na direção de uma opção pela luta institucional e pela democracia representativa como vontade expressa da maioria. Foi a partir de um compromisso com a conquista da maioria que o PT enveredou pelo caminho institucional e sua forma de acesso ao poder – as eleições¹⁷⁵.

Nos primeiros tempos, o partido tendia a considerar-se porta-voz político do movimento organizado dos trabalhadores, essa visão limitava sua capacidade de agregar setores diversos da sociedade brasileira insatisfeitos com o status quo ou de realizar uma política de alianças que o levasse ao poder, restringindo sua capacidade de tomar iniciativas que fossem além do que faziam nos sindicatos. Criados em consonância com o desejo de construir um partido que não atuasse somente nos períodos eleitorais, os núcleos ideais parecem não resistir ao progressivo gosto do PT pela busca de votos. Com a existência precária dos núcleos de base, forma de ação alternativa encontrada pelo partido para distingui-lo dos demais partidos, o PT atuava semelhante a todos os outros partidos, pela via da democracia representativa, disputando eleições, tentando conquistar votos para ocupar cargos no Legislativo e no Executivo.

O processo de consolidação destas posturas coincide com, e em larga medida empreende, a tentativa de dotar o PT de uma estrutura partidária que desse por resolvido o caráter do partido. No âmbito interno, a formação que chamou para si a tarefa de desencadear a estruturação da vida partidária teve por base os militantes que chegaram ao PT através de vínculos institucionais anteriores. Embora o PT tivesse nascido longe do Estado e das classes empresariais, surgiu a partir de duas instituições sólidas da sociedade brasileira, a Igreja e a estrutura sindical oficial. Essa experiência institucional pregressa teve um papel importante no processo de constituição do PT como partido legal eleitoral¹⁷⁶. Contrapondo-se às demais correntes internas, a tendência denominada Articulação tem sua vértebra central constituída pelas militância sindicais e da Igreja, às quais se reuniu um contingente de ex-militantes de

¹⁷⁵ SADER, Emir; *Governar para todos: uma avaliação da gestão Luiza Erundina*, Editora Página Aberta Ltda; São Paulo, 1992.

¹⁷⁶ NOVAES, Carlos Alberto Marques; *PT: dilemas da burocratização*, in: *Novos Estudos Cebrap*, nº 35, março 1993, p. 217-237.

organizações revolucionárias. Essa união formou a maioria da representação nos Encontros nacionais desde 1983, gerando força necessária à ocupação dos postos-chaves da direção do PT.

A partir do momento em que a Articulação hegemoniza a direção do partido, a mudança que se percebe na atuação do PT é o crescimento gradativo de uma política de massas apoiada no aumento do apelo eleitoral¹⁷⁷. Tal como aponta Rachel Meneguello, a trajetória do Partido dos Trabalhadores entre 1983 e 1988 pode ser contada com base nestas mudanças, que apontam para a aceitação da democracia representativa como método de vinculação das demandas sociais as instituições políticas.

Governo democrático-popular e Programa MOVA-SP (1989-1992)

Quando em 15 de novembro de 1988 o Partido dos Trabalhadores ganhou as eleições municipais, elegendo Luiza Erundina como prefeita de São Paulo, em grande medida, o triunfo não apanhou o partido de surpresa, ainda porque tinha se empenhado muito para este feito. A tese aprovada pelo V Encontro Nacional do PT (1987) afirmava, no trecho que se refere a análise da conjuntura política, que o momento de crise diante do qual se encontrava o governo da transição, colocava na ordem do dia a possibilidade de o PT, através de um programa “democrático-popular”, conquistar o governo de diversos municípios.

A análise petista do contexto se demonstrou acertada. O fracasso do governo Sarney levou a uma desintegração do principal agente partidário da transição, o PMDB, como resultado, o PT viu-se rapidamente projetado à cena principal da luta política por ser o único partido identificado pela opinião pública como de oposição. Valendo-se, portanto, tal qual havia feito o (P)MDB, da polarização situação/oposição para crescer no quadro eleitoral. A crise econômica, porém, não é suficiente para explicar as vitórias do PT nas eleições de 1988, estas deviam-se também a forma de inserção política assumida pelo partido: o discurso leve e, ao mesmo tempo, associado aos movimentos reivindicativos proporcionou uma ampla receptividade da proposta petista. Somente a combinação entre a desarticulação da Aliança

¹⁷⁷ Diversos trabalhos sobre o PT apontam trajetória semelhante para o partido durante os anos 80. Ver KOWARICK e SINGER, NOVAES, MENEGUELLO, KECK.

Democrática (PMDB-PFL) e o fortalecimento político-eleitoral do PT podem, afirma Emir Sader, oferecer uma compreensão para o triunfo de Luiza Erundina em São Paulo¹⁷⁸.

Entretanto, internamente à vida partidária petista, a candidatura de Luiza Erundina foi interpretada como uma vitória das bases do partido e das tendências minoritárias e mais radicais. Apoiada pelas tendências internas do PT então denominadas “Poder Popular e Socialismo”, “PT na Capital” e por vários grupos trotskistas, Luiza Erundina, militante emergida dos movimentos de luta por moradia, derrota nas prévias do partido, em um típico episódio petista, Plínio de Arruda Sampaio, nome indicado pela Articulação – força hegemônica nos órgãos de direção municipal, estadual e federal do PT¹⁷⁹. O sentimento das bases petistas de que era necessário mudanças mais radicais predominou sobre a aparente maior viabilidade eleitoral da candidatura Plínio de Arruda Sampaio.

No que se refere a estratégia política representada no dois candidatos, o entendimento da participação popular foi um componente crucial para a diferenciação dos postulantes: enquanto Plínio reservava um papel consultivo aos conselhos populares, Erundina propunha que eles tivessem um caráter deliberativo. Ao considerar seu papel como consultivo, Plínio buscava inserir os conselhos populares na institucionalidade vigente, ampliando sua representatividade social e sua dimensão democrática.; Luiza Erundina, ao propor-lhes um caráter deliberativo – e este era um ítem decisivo para que ela obtivesse o apoio das tendências políticas mais radicalizadas do PT – , privilegiava a acumulação de forças alternativas às estruturas de poder vigente, objetivando o fortalecimento de um “poder popular”¹⁸⁰.

Em pleno processo de consolidação da atuação institucional como orientação partidária, a escolha de Luiza Erundina como candidata do PT na capital paulista imprimiu, portanto, ao programa de governo petista local um comprometimento maior com uma política fundada nos movimentos sociais do que o corrente no partido. Tal compromisso era identificado pela cultura política daquelas organizações da esquerda petista com a abertura de canais de participação direta da população nas esferas do poder estatal. Segundo as concepções que alimentaram a candidatura Erundina, as formas de democracia direta são apresentadas como solução, do ponto de vista dos trabalhadores e pobres, para os impasses da

¹⁷⁸ SADER, Emir; *Governar para todos: uma avaliação da gestão Luiza Erundina*, Editora Página Aberta Ltda; São Paulo, 1992. p.16.

¹⁷⁹ KOWARICK, Lúcio; SINGER, André; *A experiência do Partido dos Trabalhadores na prefeitura de São Paulo*, in: Novos Estudos Cebrap, nº 35, março 1993, p.195-216.

¹⁸⁰ SADER, Emir; *Governar para todos: uma avaliação da gestão Luiza Erundina*, op. cit.

democracia representativa. Pelo diagnóstico da ala esquerda, havendo a transição política encerrado num regime liberal que manteve intacta a estrutura econômica e social do país, a democracia brasileira sofria de um problema de nascença que incorre na distorção da representação¹⁸¹. A pobreza, a corrupção, a desinformação e outros problemas estruturais da sociedade brasileira constituem-se em obstáculos para que os interesses da população, ou aos menos da maioria, sejam contemplados pelo poder público, por isso, o recurso a práticas participativas na gestão do Estado apresenta-se para a esquerda petista como a única forma política que permite aos interesses sociais penetrarem nas instituições públicas.

A forma de democracia direta proposta por um governo petista é denominada de conselhos populares. No texto do 4º Encontro Municipal do PT de São Paulo, realizado em maio de 1989, já na administração de Erundina, os conselhos populares são assim conceituados pelo partido:

“Os *conselhos populares* são formas de poder popular baseados na *democracia direta*, visando a organização popular para a condução das lutas em diferentes âmbitos (municipal, estadual e nacional) e uma forma de representação política da população organizada.”¹⁸²

Além de um método para incorporar as demandas da sociedade, a administração de Erundina entende os conselhos como uma prática que alavancaria o fortalecimento de um poder popular independente às instituições representativas da democracia burguesa. Frente ao colapso da democracia representativa, os conselhos são não só a forma de autogoverno da população, como o germe de uma nova relação ente a sociedade civil e o Estado, rumo ao socialismo democrático. No plano ideológico das organizações de esquerda que se abrigaram sob a candidatura Erundina, as práticas participativas levariam a um tipo de relacionamento entre Estado e sociedade civil que seria a ante-sala do socialismo democrático, visto que, apenas o controle político da sociedade civil, altamente organizada, sobre o Estado, poderia garantir a construção de um socialismo democrático¹⁸³.

¹⁸¹ GADOTTI, Moacir e PEREIRA, Otaviano; *Pra que PT: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores*, São Paulo: Cortez, 1989.

¹⁸² Documento do 4º Encontro Municipal do PT-SP, in: GADOTTI, Moacir e PEREIRA, Otaviano; *Pra que PT: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores*, São Paulo: Cortez, 1989.

¹⁸³ Para a relação entre movimentos sociais e socialismo democrático na cultura política petista ver GADOTTI, Moacir; *Estado e educação popular: bases para uma educação pública e popular*, in: GADOTTI, M. e TORRES, Carlos A.; *Estado e educação popular na América Latina*, (Série “Educação Internacional do IPF”), Campinas-SP: Papyrus, 1992; PONTUAL, Pedro de Carvalho; *Desafios pedagógicos na construção de uma relação de parceria entre movimentos populares e o Governo Municipal da Cidade de São Paulo na gestão de*

Na estratégia petista, os conselhos populares constituiriam-se em espaços nos quais os movimentos sociais conseguiriam hegemonizar a representação da população, portanto, destinados a fortalecer a organização popular. Sob a direção dos movimentos sociais, a participação assumiria o caráter de um processo educativo que desenvolveria a consciência de cidadania da população para que esta desempenhasse efetivamente o seu papel de sujeito da transformação da cidade. Chamados a participar das decisões, os conselhos engendraria uma dinâmica cultural que ruidaria as identidades políticas autoritárias, para promover uma nova concepção de cidadania calcada no homem como sujeito de sua história, que reforçaria as bases sociais do PT por ser o único partido identificado com esta nova concepção de cidadania¹⁸⁴.

Neste sentido, a participação popular era a marca que o governo petista queria imprimir a sua administração em São Paulo. O caráter “democrático-popular” da gestão Erundina definia-se justamente pelo empenho na criação de canais efetivos de participação direta da população em todos os setores do Estado para, a partir das reivindicações populares, estabelecer as prioridades do governo¹⁸⁵. O conceito de participação popular na administração da capital paulista foi parte essencial da estratégia de governo como forma de introduzir os interesses da população excluída no processo de gestão; como também pressupõe que o exercício do poder popular, através da ruptura na relação representado/representante, mine o poder conquistado pelas elites políticas na base de relações clientelísticas, reforçando o processo de organização popular. O programa democrático-popular de Erundina tinha por objetivo governar a favor dos “mais necessitados” e, na medida que as soluções materiais venham vinculadas a mobilização e a participação direta, promover uma nova cultura política entre a população paulistana, baseada numa cidadania ativa¹⁸⁶.

Pelo perfil da plataforma petista, governar com a participação popular e promover uma inversão de prioridades, a população paulista dava sinais claros de que desejava mudanças na política vigente. Em cima disso, a ocupação dos cargos do governo na gestão de Erundina

Luíza Erundina: a experiência do MOVA-SP (1989-1992), São Paulo, PUC-SP, 1995 (Dissertação de Mestrado).

¹⁸⁴ A concepção de que os movimentos sociais seriam representantes de uma nova concepção de cidadania calcada nas premissas de um socialismo democrático está sintetizada, em seu texto mais representativo, na obra DAGNINO, Evelina; *Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania*, in: DAGNINO, E. (org.); *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*, São Paulo: Brasiliense, 1994.

¹⁸⁵ Para uma análise da estratégia democrático-popular do governo petista ver SADER, Emir; *Governar para todos: uma avaliação da gestão Luíza Erundina*, Editora Página Aberta Ltda; São Paulo, 1992.

¹⁸⁶ GADOTTI, M. e JACOBI, P.; *Participação e descentralização: a experiência educacional do município de São Paulo na gestão Luíza Erundina*, in: Anuário de Educação/94, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

mobilizou reconhecidas lideranças e intelectuais do PT¹⁸⁷. Para assumir a Secretaria Municipal de Educação (SME) – a secretaria cujo orçamento implicava em 25% da receita do município e empregava quase um terço do total dos funcionários municipais – Paulo Freire era o símbolo da mudança educativa que o PT propunha para a população de São Paulo. Importante personagens do período anterior a 64, sua obra foi reconhecida nacional e internacionalmente, e sua proposta pedagógica, conhecida como o “método Paulo Freire”, havia influenciado fortemente a atuação dos movimentos sociais no Brasil.

Ao assumir a SME, a situação educacional da cidade herdada da administração Jânio Quadros (1986-1988) era a seguinte: o município possuía 703 escolas, muitas delas em condições precárias, uma educação de pouca qualidade, servindo a 720.000 alunos distribuídos entre ensino infantil (4-6 anos) e ensino fundamental (7-14 anos). Havia também uma enorme demanda reprimida por alfabetização e educação básica de jovens e adultos, dentre os 11,38 milhões de habitantes, o analfabetismo absoluto atingia cerca de 1 milhão de pessoas com 15 anos ou mais na região Metropolitana da Grande São Paulo e outros 2,5 milhões de jovens e adultos que possuíam menos de quatro anos de estudo¹⁸⁸.

Orientado por uma proposta de governo democrático popular frente a esta situação, quatro prioridades marcaram a gestão de Freire em São Paulo: 1) ampliar o acesso e a permanência dos setores populares – virtuais únicos usuários da educação pública; 2) democratizar o poder pedagógico e educativo para que todos – alunos, funcionários, professores, técnicos, pais de família – se vinculassem num planejamento autogestionado, aceitando as tensões e contradições sempre presentes em todo esforço participativo, porém buscando uma substantividade democrática; 3) incrementar a qualidade da educação, mediante a construção de um currículo interdisciplinar e a formação permanente do pessoal docente; 4) finalmente, a quarta grande prioridade da gestão foi contribuir para eliminar o analfabetismo de jovens e adultos em São Paulo¹⁸⁹.

Havia um interesse especial, por parte de diversos intelectuais e de diferentes países onde a obra de Paulo Freire foi reconhecida, sobre qual seria a resposta de Freire no campo da

¹⁸⁷ Para citar alguns nos cargos mais relevantes: Paul Singer foi secretário do planejamento, Marilena Chaui foi secretária de cultura, Paulo Freire foi secretário da educação, entre outros.

¹⁸⁸ SME; *Projeto inicial do MOVA-SP – Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos do Município de São Paulo*, São Paulo, 1989.

¹⁸⁹ Sobre as prioridades da SME e o trabalho de Paulo Freire na gestão de Luiza Erundina, ver o livro que recolhe entrevistas do secretário no período: FREIRE, Paulo; *A educação na cidade*, prefácio de Moacir Gadotti e Carlos Alberto Torres, 4ª ed., São Paulo: Cortez, 2000.

alfabetização de adultos diante do novo contexto histórico. O analfabetismo era um problema que atingia principalmente as camadas mais miseráveis da população e constituía-se nitidamente num obstáculo para o exercício da cidadania. Cabe destacar, entretanto, que uma das conquistas dos movimentos de educação popular na elaboração da nova constituição (1988) foi ter conseguido que o Estado assumisse a responsabilidade pela erradicação do analfabetismo, reconhecendo, ainda, que o direito a educação básica só poderia ser garantido através da cooperação entre Estado e sociedade civil.

Portanto, diante da possibilidade de poder trabalhar e construir com o Estado um novo projeto pedagógico, com verdadeiras rupturas políticas, representantes dos movimentos populares que já trabalhavam com alfabetização de adultos passaram a procurar a Prefeitura para ver que tipo de apoio eles poderiam ter para ampliar os seus trabalhos. Naquele contexto de final dos anos 80, os movimentos populares que se dedicavam a alfabetização de adultos na cidade de São Paulo viviam sérias dificuldades para o prosseguimento do seu trabalho, dado o agravamento da crise econômica do país e o cancelamento de diversos projetos que se desenvolviam com recursos da Fundação Educar (organismo federal ligado ao Ministério da Educação e da Cultura). A nova administração municipal entendendo a importância dos movimentos organizados de alfabetização na luta por uma escolarização básica, viu também a possibilidade de implementar seu programa democrático-popular de governo numa aliança entre Prefeitura e movimentos populares para combate ao analfabetismo. Assim, quando diversos movimentos de educação popular, oriundos principalmente da zona leste a cidade, vieram até a prefeitura, foi instruído para que eles se organizassem num ator coletivo e autônomo dos movimentos populares.

“Atendidos a princípio individualmente, foi sugerido que se organizassem num Fórum, que passou a ser, a partir de abril/89, o interlocutor dos movimentos junto à Secretaria e a discutir e elaborar, juntamente com assessore técnicos da SME, o projeto do MOVA-SP”¹⁹⁰.

Seminários e reuniões foram acontecendo entre educadores da secretaria, entidades envolvidas no trabalho de educação de adultos e os movimentos populares, construindo-se

¹⁹⁰ SME; *MOVA-SP: processo de construção do projeto*, 1989.

assim, coletivamente, o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos da Cidade de São Paulo. Primeiramente, ambos os lados tiveram que construir estruturas próprias de organização interna, a SME constituiu uma equipe diretamente subordinada ao gabinete do secretário e coordenada por Pedro Pontual (reconhecido militante dos movimentos populares da zona leste de São Paulo); as entidades, por sua vez, que já desenvolviam iniciativas isoladas, tiveram que construir uma estrutura organizativa onde pudessem unificar suas experiências e interesses, o Fórum dos Movimentos Populares de Alfabetização da Cidade de São Paulo (Fórum Municipal). O Fórum do MOVA, uma terceira instância, era a jurisdição máxima da estrutura deliberativa do programa, o espaço de debate entre o SME e o Fórum dos movimentos populares. Representava a concretização da proposta democrático-popular do governo Erundina de implementar políticas públicas baseadas numa parceria entre prefeitura e sociedade civil. O Fórum MOVA era o conselho popular da alfabetização de adultos¹⁹¹.

Após a formação das estruturas organizativas teve início a fase de elaboração do projeto MOVA-SP. O projeto residia em criar um movimento de educação popular, que ultrapassasse o sentido das campanhas contra o analfabetismo promovidas pelo Estado, tornando-se um movimento organizado e autônomo da sociedade civil capaz de sobreviver às mudanças do poder institucional e continuar lutando pela educação básica. O MOVA não era concebido, portanto, apenas como um programa educacional de combate ao analfabetismo, mas como um movimento de eminente caráter político, na medida que concomitantemente e através da alfabetização procurava desenvolver um processo de “conscientização”¹⁹² dos envolvidos que incorresse num incremento da luta popular.

“OBJETIVOS GERAIS DO PROJETO:

1. Desenvolver um processo de alfabetização que possibilite aos educandos uma leitura crítica da realidade.
2. Através do Movimento de Alfabetização contribuir para o desenvolvimento da consciência política dos educandos e educadores envolvidos.

¹⁹¹ GADOTTI, Moacir (org.); *Programa MOVA-SP: proposta, princípios políticos e procedimentos metodológicos*, São Paulo, Instituto Paulo Freire (IPF), 2000, Série “Cadernos do EJA”, nº 7.

¹⁹² O conceito de conscientização corrente nos movimentos sociais tem nas concepções de educação popular desenvolvidas por Paulo Freire seu maior referencial. Em essência, a conscientização é um processo pedagógico fundado na premissa de que o homem deve assumir a sua condição de sujeito da história. A obra seminal de Paulo Freire sobre sua filosofia da educação é o livro *Pedagogia do oprimido*.

3. Reforçar o incentivo à participação popular e a luta pelos direitos sociais do cidadão, ressaltando o direito básico à educação pública e popular.
4. Reforçar e ampliar o trabalho dos grupos populares que já trabalham com alfabetização de adultos na periferia da cidade¹⁹³

A educação popular implica não só a formação consciente do cidadão – sua função conscientizadora – mas também o fortalecimento das organizações populares sobre o Estado – sua função organizadora. Transparece nos objetivos do MOVA o caráter democrático-popular do governo petista, uma vez que o programa busca incorporar através de mecanismos de participação direta os anseios da população por educação básica, ao mesmo tempo que, procura incitar por meio da mesma participação a organização da sociedade civil. Moacir Gaddoti, chefe de gabinete do secretário Paulo Freire, sintetiza a estratégia da participação popular como um processo educativo, pois desenvolve e fortalece a consciência cidadã da população para que assuma efetivamente o seu papel de sujeito da transformação da cidade¹⁹⁴.

“A concepção de parceria que orientou o programa MOVA-SP tem características completamente distintas do discurso neoliberal. Nele, o que se enfatiza é a importância desta prática como forma de diminuir a intervenção do Estado e transferir responsabilidades para a sociedade na solução dos problemas provocados com o processo de exclusão social. A proposta de parceria, desenvolvida no contexto de um governo democrático e popular, busca, sem recusar o papel e a presença indispensável do Estado, construir uma ação compartilhada com atores da sociedade civil na tentativa de soluções conjuntas”¹⁹⁵.

A definição de responsabilidades, atribuída às partes mediante os termos do convênio a ser realizado entre prefeitura e movimentos de educação popular estabelecidos no projeto MOVA-SP, buscou valorizar as experiências e a organização dos diversos movimentos¹⁹⁶. As

¹⁹³ SME; *Projeto inicial do MOVA-SP – Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos do Município de São Paulo*, São Paulo, 1989.

¹⁹⁴ GADOTTI, Moacir; *Estado e educação popular: bases para uma educação pública e popular*, in: GADOTTI, M. e TORRES, Carlos A.; *Estado e educação popular na América Latina*, (Série “Educação Internacional do IPF”), Campinas-SP: Papirus, 1992, p.69.

¹⁹⁵ PONTUAL, Pedro de Carvalho; *Desafios pedagógicos na construção de uma relação de parceria entre movimentos populares e o Governo Municipal da Cidade de São Paulo na gestão de Luíza Erundina: a experiência do MOVA-SP (1989-1992)*. São Paulo, PUC-SP, 1995 (Dissertação de Mestrado), p.227.

¹⁹⁶ Sobre os termos do convênio ver: FEITOSA, Sonia Couto Souza; *Método Paulo Freire: Princípios e práticas de uma concepção popular de educação*, São Paulo, FE-USP, 1999(Dissertação de Mestrado).; PONTUAL, Pedro de Carvalho; *Desafios pedagógicos na construção de uma relação de parceria entre movimentos populares e o Governo Municipal da Cidade de São Paulo na gestão de Luíza Erundina: a experiência do*

entidades, que não poderiam ter fins lucrativos, se comprometiam a garantir o local das aulas, selecionar e contratar material humano (monitores e supervisores) e manter em funcionamento as classes. E a SME se propôs a garantir o apoio financeiro e material aos grupos populares, a criar novos núcleos de alfabetização nas áreas onde os movimentos populares ainda não assumiam essa tarefa e assegurar a formação permanente dos educadores através de encontros sistematizados entre educadores e assessores pedagógicos da secretaria.

Os educadores (monitores), eram selecionados pelas entidades sobretudo por seu compromisso político com a tarefa do projeto e sua disposição para a capacitação coletiva; para cada 10 salas de aulas implantadas, determinava-se 1 pessoa responsável pela tarefa de supervisão e acompanhamento sistemático junto a cada monitor em sua sala, nas reuniões pedagógicas semanais e nas reuniões de supervisão na SME, e 1 pessoa responsável pela administração das salas. Normalmente, o supervisor e o responsável administrativo indicados possuíam algum tempo de experiência na prática pedagógica e destacavam-se pelo seu potencial de contribuição aos próprios movimentos e entidades. Pelos termos estabelecidos para a relação de parceria entre Prefeitura e movimentos populares nota-se que são elaborados para entregar as mãos das organizações da sociedade civil razoável grau de protagonismo na realização de políticas públicas.

Houve neste primeiro momento do relacionamento entre Prefeitura e movimentos uma intensa cobrança dos movimentos junto à SME no sentido da agilização na liberação dos recursos, de um maior apoio dos NAEs (Núcleos de Ação Educativa) – antigas Delegacias de Ensino – especialmente na liberação de salas de escolas para a utilização pelos núcleos do MOVA e de explicações para as mudanças ocorridas na coordenação e equipe técnica do projeto (no final de 1989 Pedro Pontual deixa a coordenação geral do MOVA-SP para assumir o cargo Moacir Gadotti, anteriormente chefe de gabinete do secretário). Do lado da secretaria, o primeiro ano da administração de Luiza Erundina foi marcado pela restrição orçamentária, a prefeitura ainda estava cumprindo contratos orçamentários da gestão anterior, além de já ter destinado o orçamento restante à rede municipal, apresentando respostas imediatas à situação calamitosa em que se encontravam as escolas municipais. Assim, a posição da SME durante o período foi de induzir o fortalecimento do Fórum dos Movimentos e da construção do projeto

MOVA-SP (1989-1992), São Paulo, PUC-SP, 1995 (Dissertação de Mestrado.); GADOTTI, Moacir(org.); *Programa MOVA-SP: proposta, princípios políticos e procedimentos metodológicos*. São Paulo, IPF, 2000. Série “Cadernos de EJA”, nº 7.

MOVA-SP para só em seguida buscar recursos financeiros emergenciais e fazer a previsão orçamentária necessária ao projeto para os próximos anos¹⁹⁷.

Ao final de 1989, passada a etapa de preparação e articulação com os movimentos populares, estava tudo pronto para se iniciar a implementação do projeto no ano seguinte. No entanto, deve ficar claro neste breve estudo sobre as origens do MOVA-SP, que na leitura dos documentos sobre o histórico do Programa três fatores são apontados como responsáveis pelo surgimento do projeto na administração da Prefeita Luiza Erundina: a) as expectativas nacionais e internacionais geradas com a indicação de Paulo Freire como Secretário Municipal de Educação sobre qual diretriz seria adotada em relação a alfabetização de jovens e adultos na cidade de São Paulo; b) outro fator que exerceu influência foi a decretação do Ano Internacional da Alfabetização, feita pela UNESCO, celebrado em 1990; c) um terceiro fator para a criação do projeto MOVA-SP foi o de que já existiam na cidade, movimentos populares organizados que já vinham desenvolvendo trabalhos de alfabetização de jovens e adultos e que tomaram a iniciativa de procurar a secretaria para a construção de um projeto de parceria na área da alfabetização de jovens e adultos¹⁹⁸.

O MOVA teve seu lançamento público em ato celebrado na Câmara Municipal de São Paulo em 29 de outubro de 1989 e teve sua existência oficializada através do decreto no. 28302 de 21 de novembro de 1989, enviado pela Prefeita para publicação no Diário Oficial do Município. Mas a implementação do projeto só se iniciou em janeiro de 1990 com a parceria estabelecida junto a 14 entidades que já desenvolviam trabalhos na área da alfabetização.

Desde o início da preparação do programa, tinha-se o intuito de que o MOVA estivesse presente em todo o município, não se restringindo a um bairro ou a algumas entidades. A intenção era de que o MOVA tivesse uma grande interferência na realidade paulista, tornando-se um grande referencial para parcerias entre prefeitura e sociedade civil, por isso, a meta para 1990 era de que se formassem, apenas como uma arrancada inicial, 2.000 núcleos que

¹⁹⁷ O acúmulo de discussão e de definições conseguido na discussão entre a SME e as entidades populares durante o ano de 1989 está sintetizado em dois documentos básicos. O primeiro deles é o caderno no. 1 do MOVA (1989) onde se apresenta o projeto, suas características, objetivos, critérios de participação e forma de ingresso. O segundo documento deste período, datado de 12/10/1989, expressa o acúmulo de discussão dos movimentos populares sobre como deveria ser sua participação na construção da parceria com a SME. Sobre os documentos ver PONTUAL, Pedro de Carvalho; *Desafios pedagógicos na construção de uma relação de parceria entre movimentos populares e o Governo Municipal da Cidade de São Paulo na gestão de Luíza Erundina: a experiência do MOVA-SP (1989-1992)*, op. cit.

¹⁹⁸ GADOTTI, Moacir(org.); *Programa MOVA-SP: proposta, princípios políticos e procedimentos metodológicos*. São Paulo, IPF, 2000. Série “Cadernos de EJA”, nº 7.

atenderiam a 60.000 jovens e adultos¹⁹⁹. Para viabilizar esse plano, além dos movimentos que espontaneamente procuraram a prefeitura e começaram a participar do Fórum, a partir de fevereiro de 1.990, a SME começou a manter uma série de contatos com outros movimentos organizados, na área popular e sindical e também com grupos universitários, buscando a efetivação de novas parcerias e a abertura de novos núcleos.

O plano de implementação dos núcleos consta no documento da SME, *processo de construção do projeto*:

“De 20.01.90 a 02.02.1990 está tendo lugar o I Curso de Capacitação, para 300 monitores e 30 supervisores.

Esses primeiros 300 núcleos (14 entidades conveniadas) iniciarão suas atividades em fevereiro de 1990.

Depois, a cada 2 meses terá lugar um novo curso inicial, com o subsequente início de novas turmas.

Assim, em março está prevista a capacitação de mais 400 monitores e 40 supervisores, iniciando-se em abril mais 400 núcleos de alfabetização; em maio, mais 500 monitores e 50 supervisores, que iniciarão em Junho outras 500 turmas, em julho 600 monitores e 60 supervisores, começando em agosto 600 núcleo. E, finalmente, em setembro, 200 monitores e 20 supervisores passarão pelo curso inicial, estando em outubro implementados os 2.000 núcleos previstos para 1990²⁰⁰.

Para melhor realizar a implementação do projeto, o Fórum Municipal optou, logo no começo de janeiro, por uma descentralização em Fóruns Regionais distribuídos pelas grandes regiões paulistanas. Tal iniciativa teve como objetivo dar a fase de implementação do programa MOVA-SP as características e identidades regionais dos movimentos e da realidade local, assim supondo-se também uma melhor adequação da prática pedagógica à identidade sócio-cultural de cada região. A descentralização em Fóruns Regionais integrou-se à estrutura organizacional existente, não alterando as características do Fórum Municipal de reuniões periódicas, com cada entidades sendo representada por dois de seus integrantes com direito a voz e voto. Além do que os Fóruns Regionais reproduziam parte de sua dinâmica e apresentavam certo nível de autonomia. As discussões sobre as questões mais particulares de cada região e a amplitude do Fórum Municipal dificultavam a agilização das decisões de

¹⁹⁹ A partir de uma estimativa do Movimento de Educação da Zona Leste de que seriam necessários 600 núcleos para aquela região, calculando 30 pessoas por sala, a SME projetou a necessidade de criação de 2.000 núcleos para dar apenas uma arrancada inicial à nível da cidade. Ver SME; *Projeto inicial do MOVA-SP – Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos do Município de São Paulo*, São Paulo, 1989.

²⁰⁰ SME; *MOVA-SP: processo de construção do projeto*, 1989.

ordem mais abrangente. Agora, aos Fóruns Regionais, sub-divididos em 6: Região Centro, Região Oeste, Região Leste I, Região Leste II, Região Norte, Região Sudeste e Região Sul, cabia o encaminhamento de questões como a organização e o planejamento da ação educativa local, bem como a seleção e integração das entidades da região em particular.

Feitas estas alterações para a fase de implementação, o MOVA começa então com 150 núcleos de alfabetização numa parceria com 14 entidades e tem-se início também os cursos de formação dos monitores e supervisores selecionados pelas entidades. Percebeu-se logo de início a dificuldade que seria para cumprir os números previstos no projeto. Números elevados porque havia uma certa disputa entre as regiões tanto no tocante à avaliação do seu acúmulo de experiência como da sua capacidade numérica de abrir núcleos, assim sendo, havia uma disputa no sentido de qual das regiões deveria ter prioridade no projeto²⁰¹.

Terminada a fase de implementação do projeto de alfabetização, em outubro de 1990, confirmando a tendência de um número menor de núcleos implementados por motivos expostos acima, o MOVA contava com 626 núcleos numa parceria junto a 62 entidades que atendiam aproximadamente 12.000 jovens e adultos.

Total de entidades conveniadas ao MOVA-SP	
Entidades	62
Classes	626
Supervisores	79
Monitores em classe	624
Monitores e supervisores capacitados	2.001
Alfabetizandos	12.185

Fonte: SME; *Construindo a Educação Pública Popular*

Mesmo não atingindo a meta prevista, o caráter participativo que a SME atribuiu a política de alfabetização de jovens e adultos obteve êxito no que se referia ao fortalecimento da sociedade civil. Ao congregar 62 entidades, antes fragmentadas, o programa MOVA promoveu, sem dúvida, um avanço qualitativo na organização popular. Apesar dos desafios na construção de uma nova relação entre Estado e sociedade civil, o desenvolvimento do projeto MOVA-SP será marcado por uma crescente reivindicação dos movimentos sociais no sentido de assumirem a administração do programa. Se o MOVA ainda não havia assumido uma amplitude relevante frente ao problema do analfabetismo em São Paulo, o mesmo não podia ser dito de seus objetivos imediatamente políticos de incentivar as organizações populares.

²⁰¹ Esta disputa por recursos ocorreu de modo mais acentuado entre as regiões Leste e Sul, as mais organizadas e atuantes da cidade.

Durante esta etapa de implementação, houve por parte dos movimentos, na relação com a SME, uma contínua cobrança de mais apoio das NAES (antigas Delegacias de Ensino) para a obtenção de recursos didáticos e especialmente na liberação de salas de escolas para a utilização dos movimentos. Pela concepção participativa do programa e pelo contexto do Ano Internacional da Alfabetização, outra discussão que teve destaque no Fórum-MOVA durante o período foi a realização do congresso dos alfabetizandos da cidade (realização onde os movimentos tiveram forte protagonismo) – o ano de 1990 foi proclamado pela ONU como o *Ano Internacional da Alfabetização*, e propunha que a alfabetização fosse “prioridade absoluta na educação”, devendo os povos até o ano 2000 erradicarem o analfabetismo.

O “I Congresso dos Alfabetizandos da Cidade de São Paulo”, realizado em 16 de dezembro de 1990, reuniu cerca de 5.000 jovens e adultos das classes do MOVA e do EDA²⁰²; além de participarem também educadores e educadoras do Brasil e de outros países da América Latina²⁰³. Esse evento procurou privilegiar a manifestação dos educandos que, em vários momentos, fizeram uso da palavra discutindo os problemas em torno da alfabetização de adultos, ao final do congresso, foi apreciado um texto-base, elaborado previamente a partir de pesquisa e debates com os educandos, no qual continha as expectativas e interesses dos alfabetizandos da cidade de São Paulo. Foi um dos mais significativos eventos que marcaram, no Brasil, as manifestações pelo Ano Internacional da Alfabetização e demonstrou capacidade de organização e mobilização das entidades e movimentos.

Por parte do Fórum Municipal, a preocupação era no sentido de fortalecer os interesses dos movimentos dentro da parceria e com isso conseguirem intervir de fato na política da Secretaria. Foi com este objetivo que os movimento organizaram o “Primeiro Encontro dos Movimentos Populares de Alfabetização da cidade de São Paulo”. O Encontro foi realizado na

²⁰² O EDA (Educação de Adultos) é um programa da Prefeitura Municipal de estudo supletivo do 1º. grau, com 3 horas diárias de aula, ministradas no período noturno, visando ao atendimento de uma clientela de jovens e adultos excluídos do processo de educação regular. Sobre o EDA ver: FEITOSA, Sonia Couto Souza; *Método Paulo Freire: Princípios e práticas de uma concepção popular de educação*, São Paulo, FE-USP, 1999.(Dissertação de Mestrado).

²⁰³ “Entre os momentos importantes que marcaram o MOVA-SP, três se destacam: o I Congresso de Alfabetizandos, a implantação do Ensino Fundamental I e, finalmente, a mudança da administração municipal.” GADOTTI, Moacir(org.); *Programa MOVA-SP: proposta, princípios políticos e procedimentos metodológicos*. São Paulo, IPF, 2000. Série “Cadernos de EJA”, nº 7, p.41.

quadra do Sindicato dos Bancários de São Paulo no dia 17 de março de 1.991. No documento que sintetiza as conclusões do evento em torno das quais se unificaram os movimentos sociais, reivindica-se a implementação de um curso de pós-alfabetização e outro profissionalizante, bem como a emissão de certificados para os participantes do MOVA.

A discussão sobre a pós-alfabetização era a principal das reivindicações, já vinha do ano passado a pressão dos movimentos e ainda constava no projeto inicial do MOVA-SP, mas a questão foi sendo protelada e nesse espaço de tempo vários pontos de tensão foram gerados na relação de parceria entre SME e movimentos. Entretanto, a pressão exercida através do encontro assegurou a formação de uma comissão constituída por membros representantes dos dois lados da parceria para que, respeitando os princípios definidos pelos termos do convênio, elaborasse um projeto que possibilitasse a continuidade do processo educativo.

Este fato teve um importante significado político, pois inverteu uma lógica que se manifestava desde o início do programa: as propostas eram elaboradas pela SME e os movimentos, por limitações em sua organização, se restringiam a fazer pequenas alterações superficiais nos projetos. Os depoimentos colhidos por Pedro Pontual indicam que a implementação da pós-alfabetização e de certificados para os educandos representa o momento em que o Fórum dos movimentos conseguiu expressar uma agenda própria a ser discutida com a Secretaria²⁰⁴. Fato importante frente aos objetivos do programa, atesta que a abertura de canais de participação promovida pelo programa MOVA-SP favoreceu a hegemonia dos movimentos sociais. Na maioria das vezes que conseguiram se articular, imprimiram suas propostas e demandas ao Estado.

Apesar do ano de 1991 ter sido marcado pela discussão em torno do projeto da pós-alfabetização e pelas conseqüentes reformulações no processo de formação pedagógica que esta nova fase exigia, mesmo não sendo mais a prioridade, o MOVA conseguiu ainda ampliar o número de entidades conveniadas e de núcleos de alfabetização durante aquele ano.

Crescimento do MOVA entre 1990 e 1991 (Entidades e Núcleos) ²⁰⁵		
outubro 1.990	62 entidades	626 núcleos
outubro 1.991	71 entidades	837 núcleos

²⁰⁴ PONTUAL, Pedro de Carvalho; *Desafios pedagógicos na construção de uma relação de parceria entre movimentos populares e o Governo Municipal da Cidade de São Paulo na gestão de Luíza Erundina: a experiência do MOVA-SP (1989-1992)*, op. cit. p. 125.

²⁰⁵ PONTUAL, Pedro de Carvalho; op. cit

Acatando as reivindicações do Fórum Municipal, o planejamento para o ano de 1.992 ficou marcado pela implementação da pós-alfabetização e por um processo que Pedro Pontual chamou de “institucionalização” do MOVA-SP. Esta institucionalização significou o esforço de integrar mais o MOVA as instâncias regionais da SME, que eram os NAEs (Núcleos de Ação Educativa), ao programa EDA (Educação de Jovens e Adultos), para assim, dota-lo de melhor estrutura material e humana. Estas iniciativas podem ser interpretadas, tomando por base a perspectiva do governo democrático-popular de Erundina, como uma tentativa de aprofundar a interferência dos movimentos populares na administração do Estado.

O *Ensino Fundamental I*, como foi nomeado o projeto de pós-alfabetização do programa MOVA-SP, foi reivindicado pelos movimentos populares e pelos próprios educandos a partir da necessidade de dar continuidade à escolarização daqueles cidadãos. O Ensino Fundamental I correspondia, portanto, a uma política educacional destinada a jovens e adultos, nos moldes do MOVA, mas que compreendia as primeiras 4 séries do 1º. Grau num mesmo curso. Ao final deste processo, com sua produção escolar submetida a processo avaliativo, os educandos receberiam um certificado oficialmente emitido pela própria SME que lhes garantiria a continuidade de sua formação.

A implementação do Ensino fundamental I, no âmbito do MOVA-SP, coincidiu com a extensão da Interdisciplinariedade desenvolvida pela SME a toda a rede oficial de ensino do município de São Paulo. Para esta nova etapa do programa MOVA-Ensino Fundamental I, foram necessárias remodelações em vários pontos do mesmo, entre os principais esta o item formação dos educadores. Por isso, nos primeiros meses de 1992 foram realizados vários cursos para os monitores e supervisores, sendo a meta de ampliar em mais 332 o número de núcleos de Alfabetização de Adultos, atendendo a mais 9.000 pessoas²⁰⁶.

De acordo com dados da Secretaria de junho de 92, o crescimento do MOVA foi o seguinte:

Crescimento do MOVA-SP de junho de 90 a junho de 92 (Alunos)	
junho/90	9.061 alunos
junho/91	11.770 alunos
junho/92	18.766 alunos

²⁰⁶ SME, *Construindo a Educação Pública e Popular*, op. cit.

No que se refere aos números por regiões, em junho de 92 eles eram os seguintes:

Região Norte	1.838 alunos	96 núcleos
Região Sudeste	907 alunos	86 núcleos
Região Centro-Oeste	1.750 alunos	47 núcleos
Região Sul	6.240 alunos	95 núcleos
Região Leste I	1.756 alunos	268 núcleos
Região Leste II	6.275 alunos	304 núcleos

Para a construção destes dados e uma conseqüente avaliação da trajetória do programa, foi criado o Núcleo de Pesquisa e Documentação do MOVA-SP, coordenado por José Ângelo de Gomes Ferreira, que teve como sua grande feito a elaboração do relatório de pesquisa “Avaliação do MOVA-SP”²⁰⁷. O relatório de avaliação foi publicado em dezembro de 1.992 contendo uma descrição estatística sobre o perfil do programa MOVA. Sobre os alfabetizandos, em junho 92 eles totalizavam quase 19.000 alunos matriculados nos 896 núcleos em efetivo funcionamento. Em sua maioria eram mulheres (60,70%), situavam-se numa faixa etária que ia dos 14 a 55 anos (94,6%), eram de origem predominantemente nordestina (57,49%) e sua maioria tinha rendimentos até 5 salários mínimos (89,5%). Do ponto de vista da sua situação de trabalho, os alfabetizandos do MOVA dividiam-se em 30% como empregados registrados em carteira, 17% empregados não registrados, 15,6% desempregados e 26,8% dedicados ao trabalho doméstico. Além do que, 86,05% dos educandos declararam não participar do movimento ou entidade contra 12,02% que afirmaram ter participação.

Com relação ao perfil dos educadores do MOVA (monitores e supervisores) observa-se que eram predominantemente mulheres, concentravam-se na faixa etária de 20 a 40 anos de idade e em sua maioria já residiam no bairro há mais de 5 anos. Em sua maioria tanto monitores (53,9%) como supervisores (60,9%) tinham outras ocupações, sendo que o exercício do magistério era a ocupação de 25,6% dos monitores e 35,8% dos supervisores. Referente a escolarização, no caso dos monitores 42,4% têm 2º. grau completo ou passagem pelo curso do magistério e para os monitores 40,6% têm passagem pelo curso superior (somando incompletos e completos). Quanto à experiência anterior, 60% dos monitores não haviam exercido a função anteriormente contra 65,4% dos supervisores que já tinham experiência como monitor ou professor. Vale ainda destacar que com relação a participação

²⁰⁷ Para relatório de “Avaliação do MOVA-SP” ver PONTUAL, Pedro C.; op.cit.

dos educadores em atividades dos movimentos populares, pôde-se observar que entre os monitores haviam 52,4% que declararam ter alguma participação, contudo predomina entre estes um ingresso recente de até 5 anos naquelas atividades. Já entre os supervisores, 79,7% tinham participação nas atividades dos movimentos e com predominância daqueles que já têm mais de 5 anos de militância.

No relatório de avaliação constava também uma pesquisa com os alfabetizados sobre a continuidade do projeto MOVA-SP, pode-se observar que a maioria absoluta dos usuários (95,53%) era favorável a que o MOVA tivesse continuidade. A questão tinha em vista o fato que o governo petista estava no fim, e a alternância da administração municipal traria como sucessor de Erundina, o candidato eleito pelo PDS, Paulo Salim Maluf.

“O PT pensa que é progressista. Ele, na verdade, assume o papel de esquerda; por que você, dialeticamente, não pode assumir o papel de direita? Se eles pretendem ser de esquerda, por que nós não podemos ser, de verdade, de direita?”²⁰⁸

Como primeira iniciativa o novo governo municipal recusou-se a ampliar qualquer convênio já existente e comunicou que não renovaria qualquer convênio ao final do prazo estabelecido, os “valores deles são diferentes dos nossos”, justifica o novo secretário de educação Sólton Borges do Reis. Este procedimento adotado pela gestão de Maluf encontrou a resistência do Fórum Municipal para encerrar a parceria, que procurou negociar propostas de continuidade do programa de educação de adultos sem, no entanto, ser atendido. Diante da dificuldade de qualquer negociação que assegurasse a continuidade do projeto, as entidades conveniadas com o apoio de diversos movimentos populares, sindicais e entidades da sociedade civil convocaram um “Ato em Defesa do MOVA” que se realizou em 13 de abril de 1.993 em frente a SME com a participação de cerca de 2.000 pessoas. Frente a manifestação em pró da continuidade do MOVA, o governo municipal resolveu distribuir à imprensa um dossiê de acusações ao programa em que as principais acusações feitas foram: o caráter político partidário do projeto, que teria beneficiado somente entidades ligadas ao PT; o caráter

²⁰⁸ Delfim Netto, Folha de São Paulo, 22/11/92, in: PIERUCCI, Antônio Flávio e LIMA, Marcelo Coutinho de; *São Paulo 92, a vitória da direita*, in: Revista Novos Estudos, nº 35, março/1993, p. 95-99. Delfim Netto integrava o governo de Paulo Maluf em São Paulo (1993-1996).

ideológico dos conteúdos trabalhados; e o desvio de recursos públicos por parte de diversas entidades sem o devido controle e fiscalização da Secretaria²⁰⁹.

Tentado, sem sucesso, durante todo o ano de 1993, negociar e pressionar com o governo municipal a continuidade do programa, as organizações que faziam parte do MOVA-SP resolveram criar uma entidade jurídica, sem fins lucrativos, que reunisse todos os movimentos integrantes do Fórum Municipal, a nova organização foi denominada Instituto de Alfabetização, Cultura e Educação Popular (IACEP). Esta entidade tinha por objetivo buscar novas parcerias que assegurassem a continuidade do trabalho que vinha sendo desenvolvido, anteriormente, com base no programa MOVA. Na realização de novas parcerias, a principal delas foi com o Movimento de Educação de Base (MEB), organismo ligado a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que tendo obtido verbas do Orçamento Federal através do MEC, passou a apoiar em regime de parceria projetos de entidades e movimentos populares em todo Brasil. Cabe assinalar que o montante de recursos disponível era inferior ao padrão dos convênios estabelecidos anteriormente com o governo municipal e que houve constantes atrasos no envio de verbas devido ao demorado processo para a liberação e envio dos recursos.

O IACEP realizou seu I Congresso nos dias 22, 23 e 24 de abril de 1994. De acordo com a tese apresentada pela coordenação ao congresso sobre seus objetivos, aos quatro objetivos que nortearam o Programa MOVA-SP somaram-se mais três: 5) desenvolver projetos na área educacional e cultural, objetivando o intercâmbio de nossa concepção e prática pedagógica; 6) desenvolver projetos de auto-sustentação, buscando a autonomia financeira, e 7) cooperar com outras entidades na organização local, regional, municipal, estadual e nacional dos Movimentos de Alfabetização e dos Movimentos Populares²¹⁰. Apesar de todas as dificuldades advindas da escassez de recursos e das disputas internas que se acirraram na conjuntura de crise, pode-se concluir que a criação do IACEP simboliza o êxito maior do programa MOVA-SP, sobretudo pela capacidade que teve de organizar e mobilizar as entidades e movimentos de alfabetização da cidade, levando-os a constituírem-se num

²⁰⁹ Segundo o artigo do vereador Devanir Ribeiro (PT) publicado no jornal Diário Popular de 30/12/94, o PROALFA (Programa Municipal de Alfabetização de Jovens e Adultos), sucessor do MOVA-SP, funcionou com apenas 7 classes durante o ano de 1994 e previa a criação de apenas mais 8 classes em 1995.

²¹⁰ PONTUAL, Pedro de Carvalho; *Desafios pedagógicos na construção de uma relação de parceria entre movimentos populares e o Governo Municipal da Cidade de São Paulo na gestão de Luiza Erundina: a experiência do MOVA-SP (1989-1992)*, op. cit. p.108.

movimento organizado e unificado da sociedade civil tal como se propunha o governo democrático-popular de Luiza Erundina.

No que se refere a capacidade que o programa MOVA teve de incorporar as demandas sociais – inversão de prioridades – os resultados são mais tímidos. Embora o combate ao problema do analfabetismo fosse uma questão substancialmente de interesse das camadas populares, o contraste entre a abrangência do programa (20.000 alfabetizados) frente a extensão do problema (1 milhão de analfabetos) denuncia as limitações do MOVA. Além da sempre referida falta de recursos, a justificativa para tais limitações, proposta na avaliação realizada pela SME, foi que as políticas públicas baseadas na participação popular se chocaram com o baixo nível de mobilização e conscientização dos movimentos sociais, tendo por consequência seu impacto restringido. Porém, mais significativo para a SME foi que a parceria entre prefeitura e movimentos populares dotou o programa MOVA de uma tal capilaridade que possibilitou o atendimento das regiões mais pauperizadas da cidade onde nem mesmo a Rede Pública de Ensino conseguia abranger²¹¹.

Ainda que o programa não tenha conseguido atingir suas metas frente ao problema do analfabetismo, num sentido especificamente político, o MOVA obteve êxito naquilo que se propôs: conseguiu concretizar a proposta democrático-popular do governo Erundina de incentivar a organização da sociedade através de políticas públicas fundadas numa parceria entre Estado e sociedade civil. O fato do IACEP ter conseguido manter a articulação dos movimentos e entidades que participaram do programa MOVA-SP representou um novo patamar de atuação para os movimentos de educação popular da cidade de São Paulo. Primeiramente, tais movimentos e entidades caracterizavam-se por uma situação de fragmentação e dispersão, após a implementação do MOVA passaram a se articular através do Fórum dos Movimentos Populares durante 1989-1992 e teve na posterior organização em IACEP a consagração das prática participativas como forma de organização da sociedade. A criação do IACEP, em 1994, como uma organização autônoma da sociedade civil que sobreviveu a alternância do poder administrativo municipal atesta que o objetivo de se desenvolver um programa de alfabetização de adultos que se constituísse num movimento de luta pela educação básica foi atingido. Não só o IACEP é a prova disso, como toda a pesquisa a cerca da trajetória do programa MOVA-SP confirma que a história da parceria pode ser

²¹¹ PONTUAL, Pedro de Carvalho, op.cit.

interpretada como um processo político-pedagógico através do qual progressivamente os movimentos vão aumentando sua organização e, conseqüentemente, a influência nas decisões da SME. Cumpriu-se o ideal de colocar o “Estado nas mãos da sociedade”²¹².

Apesar de verificado um avanço na organização e fortalecimento de um poder popular, a avaliação da gestão Luiza Erundina pelos membros do governo conclui que, contrariando as expectativas, a experiência dos conselhos, mesmo conseguindo mobilizar a população, não havia caminhado na direção do socialismo democrático. A crença de que a manifestação dos interesses sociais através da democracia direta levaria ao socialismo democrático se demonstrou infundada. A estratégia da participação popular como “via de transição ao socialismo” fornecida pelo ideário da esquerda petista, quando posta em prática, não se demonstrou socialista, visto que, limitou-se a discutir interesses particulares, sem que para estes se apresenta-se uma proposta de transformação global da sociedade.

Na melhor pesquisa sobre a experiência do MOVA-SP, Pedro Pontual afirma que os movimentos sociais quando foram chamados a participar, geralmente apresentavam um comportamento corporativo-reivindicativo, que freqüentemente se traduzia em práticas típicas de uma cultura política autoritária. A participação popular, apenas, não leva ao socialismo democrático, postula Pontual, há uma problema de cultura política neste meio que exige uma “pedagogia da participação popular”.

“A observação de diversas práticas participativas e a sistematização de diversos relatos de experiências em vários eventos e seminários sobre Participação Popular possibilitou-me uma visão cada vez mais consolidada sobre a necessidade da mediação explícita da ação educativa para possibilitar uma nova qualidade política na intervenção dos diversos atores (com ênfase nos movimentos populares) nos espaços públicos criados através de parceria como foi o caso do MOVA, dos mutirões de habitação popular, das creches comunitárias etc).”²¹³

A conclusão da necessidade de uma pedagogia voltada para a emancipação humana entre os canais de participação popular atesta, por conseqüência, a ausência destas premissas entre os movimentos sociais e também entre o governo. A avaliação de Emir Sader sobre os

²¹² GADOTTI, Moacir; *Estado e educação popular: bases para uma educação pública e popular*, in: GADOTTI, M. e TORRES, Carlos A.; *Estado e educação popular na América Latina*, (Série “Educação Internacional do IPF”), Campinas-SP: Papirus, 1992.

²¹³ PONTUAL, Pedro C.; op.cit. p.43

conselhos populares na gestão de Luiza Erundina corrobora a interpretação de Pedro Pontual: os movimentos sociais mostraram-se caudatário de prolongada prática reivindicativa de oposição, com traços corporativos, e as lideranças dos movimentos, por outro lado, traziam da sua experiência anterior de relação com o poder público uma visão do estado como inimigo da classe, anti-popular e anti-democrático²¹⁴. Isso fez com que os movimentos assumissem uma postura reivindicativa e um tom duro nas negociações com a SME, provocando uma postura reativa por parte dos membros da secretaria que se sentiam ameaçados e chegavam a criticar o fato de que os movimentos esqueciam-se da aliança de objetivos e os tratavam como inimigos²¹⁵.

A administração de Erundina abriu canais para a participação popular nas estruturas do Estado, colocou em discussão temas como orçamento municipal, educação, saúde, transporte, cultura, mas o significado e a qualidade desta representação dos conselhos não corresponderam ao projetado pela plataforma petista. A verdade é que o caminho da participação popular como estratégia para se construir o socialismo democrático não se verificou. As práticas participativas representadas aqui pelo programa MOVA-SP (1989-1992), caracterizou-se essencialmente como um espaço de exaltação ainda maior de uma política de resultados, contribuindo, em última instância, para uma maior representatividade das demandas sociais no interior das instituições políticas.

Esse tipo de argumento não convence todos os petistas, e alguns continuam acusando a prefeitura por não dar atenção suficiente à criação de novas formas de participação²¹⁶. Exemplo é que o projeto MOVA-SP tornou-se um referencial de política educacional dentro do maior partido de esquerda do país, o PT, e entre os diversos movimentos de educação popular no Brasil, renomado pelo êxito em estimular a organização da sociedade civil através da abertura de canais de participação e co-execução de políticas públicas, com o que acreditam chegar ao socialismo democrático.

Se a proposta institucional da Articulação como “via de transição” se demonstrava cada vez mais distante do socialismo, a experiência da administração Luiza Erundina atesta que a política participativa propalada pela ala esquerda do partido também não tem um viés socialista.

²¹⁴ SADER, Emir; *Governar para todos: uma avaliação da gestão Luiza Erundina*, op. cit.

²¹⁵ PONTUAL, Pedro C.; op.cit.

²¹⁶ KECK, Margareth; *A lógica da diferença*, op.cit.

CONCLUSÃO

A cultura política petista

A interpretação elaborada pelo Partido dos Trabalhadores sobre si mesmo, argumentos com os quais o partido veio a se consolidar no cenário político do país, caracteriza-o como certa “novidade” em relação a tradição partidária brasileira. Segundo o entendimento do partido, a força manifestada pelo PT não provem da continuidade ou da coroação de um longo processo de acúmulo de forças por parte da esquerda brasileira, mas, pelo contrário, o PT proclamava-se uma novidade na história político-partidária do país porque – como expresso no Manifesto de lançamento – é um “partido que nasce da vontade de independência política dos trabalhadores”. Sob o fundamento da autonomia erigiu-se toda a elaboração política do partido, veiculada através dos documentos, dos órgãos de comunicação e discursos do partido, como sendo o PT, a primeira agremiação política brasileira que, surgida sob forte impulso de lideranças oriundas do movimento operário, se apresentou como representante dos interesses dos trabalhadores na vida institucional do país, o que poderia ser atribuído a uma atuação político-filosófica orientada pelos ideais de um anunciado socialismo democrático.

O socialismo democrático foi a ideologia de esquerda que ascendeu no cenário político internacional com a crise do “socialismo real”, visto que, afirmava ser a alternativa entre a passividade da via eleitoral sustentada pela social-democracia e a violência desencadeada pela revolução. Como variante em relação as doutrinas socialistas já conhecidas apresentava uma concepção radical de democracia, que caminharia no sentido de uma sociedade organizada e autogovernada como “via de transição para o socialismo”. Desta modo, seria revolucionário na concepção de militância do socialismo democrático, ideologia que de acordo com os documentos do partido configuraria a cultura política petista, não mais aquele que se apresentasse como a vanguarda do movimento operário, dirigente político ou formador da consciência de classe tal qual na tradição comunista, e sim a política que procurasse criar mecanismos de entregar a classe trabalhadora a direção da sociedade.

“O PT luta para que todo o poder econômico e político venha a ser exercido diretamente pelos trabalhadores. Única maneira de pôr fim à exploração e à opressão.”²¹⁷

Por ocasião de surgir da luta contra o autoritarismo e pela autonomia dos trabalhadores, disseminou-se na cultura política petista, durante o período de fundação do partido, a concepção da democracia direta como sendo a única ideologia ou política capaz de promover a emancipação do ser humano. A democracia direta, ao ver do PT, deveria ocorrer nas relações internas do partido, com assembleias, encontros e congressos, e como método de governo, por meio de conselhos populares organizados nas fábricas, nos bairros e no campo, neste aspecto, a política petista proposta pelo PT a classe trabalhadora avança para além de uma simples participação no interior do partido em direção a idéia de governar e administrar as instituições. Em ambos contextos, a democracia direta tem o intuito de proporcionar aos representados influenciarem na tomada das decisões. A participação popular seria, portanto, a chave da política econômica petista de construção do socialismo democrático, já que ao submeter as decisões econômicas aos mecanismos de participação direta da população, estar-se-ia realizando o projeto de dar orientação social ao mercado²¹⁸.

A aguerrida militância petista incorporou, desta forma, uma nova concepção de “fazer política” no conjunto de valores político-culturais da nação. A idéia da democracia direta marcou a atuação petista durante a década de 80 através das diversas experiências de participação popular: nas suas relações intra-partidárias com temas como a democracia interna, as tendências, as prévias e a abertura para as bases do partido; nas administrações municipais, os programas de “governar através do conselhos”, “governo democrático-popular”, “orçamento participativo” simbolizaram a gestão petista das prefeituras de Diadema (1982), Fortaleza (1985), São Paulo, Porto Alegre (1988); a atuação do PT na constituinte também apresentou uma estratégia de participação popular na aprovação de emendas; como

²¹⁷ O trecho é retirado do panfleto Declaração Política, de 1979, que faz parte do conjunto de documentos destinados a organizar a fundação do Partido dos Trabalhadores. In: *Resoluções de Encontros e Congressos, Partido dos Trabalhadores*, Organização: Diretório Nacional do PT / Secretaria Nacional de Formação Política e Fundação Perseu Abramo / Projeto Memória. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

²¹⁸ Ainda que existam diferenças entre as tendências internas do PT em seus posicionamentos a respeito da democracia direta, a interpretação do socialismo democrático postula que todas as correntes, de uma forma ou de outra, argumentam sua legitimidade a partir de alguma prática participativa. SINGER, André; *O PT*, São Paulo: Publifolha, 2001.

em seu compromisso com a organização dos movimentos sociais, sendo exemplo a criação da CUT e do MST.

Este apelo as formas de democracia direta presente na cultura política petista é apresentado pela interpretação oficial do partido como a mais fiel manifestação do socialismo democrático. Além de presente nos documentos, veiculada pelos órgãos de comunicação e discursos do partido, um segmento consagrado da literatura política também subscreve o termo socialismo democrático como palavra-chave de um critério de interpretação para o Partido dos Trabalhadores²¹⁹. A ênfase da cultura política petista na participação popular é referida, quando articulada dentro de uma concepção político-filosófica do partido, como sendo a tradução por excelência, em termos de estratégia, da doutrina do socialismo democrático; a típica forma de interação entre Estado e sociedade que levaria a construção do verdadeiro socialismo, distinto tanto do socialismo real quanto da social-democracia.

A concepção a cerca da qual se desenvolve a linha de raciocínio de toda esta interpretação do socialismo democrático como princípio da atuação petista baseia-se, sobretudo, na leitura que ela realiza da estratégia de poder que o partido mantém com os movimentos sociais. O PT foi um partido que caracterizou-se pela sua ligação com o movimento sindical e popular, repetidas resoluções de encontros do partido afirmam que a plataforma petista estava associada as lutas dos movimentos sociais surgidos na década de 1970, todavia, a proposta petista não era apenas de representar os movimentos sociais, incluía também um compromisso de construir uma estratégia de poder que fortalecesse os movimentos sociais, logo, a proposta de participação popular da política petista consistia em abrir canais de representação nos quais os movimentos sociais hegemonizariam a interação entre Estado e sociedade. Portanto, as interpretações que identificam o socialismo democrático no PT manifestam, de alguma forma, a crença de que os movimentos sociais poderia se constituir num agente socialista de transformação da sociedade. Tal leitura tem por base a crença de que as organizações populares, além de veicularem reivindicações sociais, tinham um caráter participativo que não se limitava a manifestação de interesses particulares, deviam, por isso, serem estimuladas a se constituírem num poder popular

²¹⁹ Para uma leitura que associa movimentos sociais e socialismo democrático ver DAGNINO, Evelina; *Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania*, in: DAGNINO, E. (org.); *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*, São Paulo: Brasiliense, 1994. Para uma leitura que associa Partido dos Trabalhadores e socialismo democrático ver GADOTTI, Moacir e PEREIRA, Otaviano; *Pra que PT: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores*, São Paulo: Cortez, 1989.

capaz de conduzir a sociedade a uma forma de interação com o Estado da qual decorreria o socialismo democrático. Assim, a cultura política petista seria marcada pelos valores da democracia direta como forma de promover o socialismo democrático.

No entanto, estas interpretações, na maioria das vezes baseadas nas análises dos documentos e discursos do partido, não percebem o terreno movediço em que o PT se encontrava, a crítica ao “socialismo burocrático” e a negação da experiência pecebista marcavam fortemente a cultura política das lideranças petistas, enquanto, por outro lado, o uso do conceito ambíguo de “socialismo democrático” também referendava a crise do marxismo como um sistema de orientação para o movimento operário: o Partido dos Trabalhadores é, em certa medida, fruto e expressão da crise da esquerda que já se manifestava naquele contexto tanto nacional quanto internacional de fins dos anos 70. O fato de o PT ser fruto das transformações ocorridas a partir da conjuntura de luta contra a ditadura no Brasil coincidia com o movimento de defesa das liberdades civis nos países socialistas do Leste Europeu, enquanto, a aspiração por independência política dos trabalhadores verificada na cultura política petista desaguava numa intransigente crítica a política de alianças do PCB.

Esta negação, como argumenta Francisco de Oliveira, não caracterizava apenas a cultura política das lideranças petistas, mas advinha também das bases do partido, sobretudo, porque essa nova classe operária, gestada pelo processo de modernização estimulado pelos militares, não tem nenhuma cultura política socialista ou comunista²²⁰. Estes operários pertenciam, em boa parte, a uma geração que não havia tido contato com as mobilizações anteriores a ditadura, o crescimento econômico promovido pelo regime militar quadruplicou o tamanho da classe operária no Brasil, e tal expansão se deu, em geral, pela contratação de jovens cujas famílias tinham vindo do campo²²¹.

Além desta renovação da classe operária brasileira, o fracionamento do PCB após o golpe militar e a opção das dissidências pela luta armada deslocaram o foco da atuação política das organizações revolucionárias para os membros da classe média, o que enfraqueceu a ligação dos comunistas com o movimento operário. Havia formado-se, assim, nos poderosos sindicatos oficiais, uma nova geração de lideranças que não tinha vínculos com a tradição de

²²⁰ OLIVEIRA, Francisco de; *Qual é a do PT?*, in: SADER, Emir (org.); *E agora, PT? Caráter e identidade*, Brasiliense, São Paulo, 1986.

²²¹ “Cerca de 70% dos trabalhadores de São Bernardo na época tinham menos de 35 anos de idade. Eram pessoas que, praticamente, não viveram o movimento sindical antes de 1964.” SINGER, André; *O PT*, São Paulo: Publifolha, 2001, p.15.

luta anterior ao golpe e nem com os partidos a ela associados, como o PCB, o PTB e o PSB. A repressão promovida pelo regime militar cortou todas as ligações entre sindicatos e partidos, até mesmo os não operários, de onde surgiu uma cultura política de que ao operário não interessa política, ao operário interessa salário. Os chamados “movimentos sociais”, criados e/ou protegidos pela Igreja Católica, são, quase que por definição, produto da falta de identidade política da classe operária, estes setores também carecem, a seu modo, de uma cultura política socialista, a qual se traduz de certo modo na ojeriza à política, no basismo.

A partir de uma análise de cultura política compreende-se, portanto, a dificuldade do PT em definir-se como socialista ou além de um posicionamento com formulações inconsistentes à esquerda dos demais partidos brasileiros. O PT surgiu sem uma ideologia precisa, com argumentos como que o socialismo petista não se confundia nem com o socialismo real nem com a social-democracia ou que o socialismo petista não se baseava em modelos pré-estabelecidos mas seria construído pelas massas, o que oportunamente aparentava uma saudável crítica a experiência do socialismo real, escondia, na verdade, uma indefinição quanto ao caráter e a identidade do partido. O PT, durante os anos 80, não conseguiu ir além de um vago enunciado em que diz que o socialismo petista será definido pelas massas, o que é aparentemente um silogismo, pois se as massas do PT carecem de uma cultura política socialista, fica pouco claro que proposta poderia emergir.

O referido texto do petista Francisco de Oliveira é particularmente interessante e polêmico no que diz respeito justamente a desconstrução do socialismo petista, atentando para a cultura política dos segmentos sociais e organizações da sociedade civil que compuseram na formação inicial do PT, o autor explicita como que o socialismo nunca foi a pedra angular da cultura política petista²²². A conclusão que se chega a partir desta pesquisa é que, na realidade, o amálgama que forjava estes diferentes segmentos da sociedade civil era a decisão de formar um novo partido próprio da classe trabalhadora, baseado no princípio da autonomia frente ao Estado e às classes políticas tradicionais: para alguns segmentos do novo partido, isso significava um meio de proteger os trabalhadores da manipulação das classes dominantes, para outros, representava a formação de uma consciência de classe. Mais do que qualquer ideologia como socialismo ou até mesmo democracia, o que estava presente na formação do PT e dava a

²²² OLIVEIRA, Francisco de , *Qual é a do PT?*, in: SADER, Emir (org.); *E agora , PT? Caráter e identidade*, Brasiliense, São Paulo, 1986.

unidade do partido junto aos variados segmentos da sociedade que o compunham era a luta por uma intervenção maior das instituições políticas do país em favor das demandas sociais.

A princípio, como menciona André Singer, a proposta do PT era sua própria existência, tamanha a força entre a sociedade civil da idéia de que somente uma organização autônoma dos trabalhadores poderia promover um encontro entre os interesses sociais e as instituições políticas²²³. As práticas participativas, portanto, de onde conclui-se o socialismo democrático petista, são mais uma questão de estratégia do que de doutrina, de forma que, a cultura política petista caracteriza-se nesta interpretação por uma primazia dos interesses sobre as ideologias.

Um dos principais intelectuais que tem insistido na relevância de uma cultura política dos interesses para a compreensão do Brasil contemporâneo é Luiz Werneck Vianna. O Partido dos Trabalhadores, segundo Vianna, é resultado do encontro de dois movimentos surgiram independentes entre si, um proveniente do campo das idéias e outro dos movimentos sociais, contudo, gerados sob uma mesma circunstância histórica²²⁴. O novo sindicalismo, nascido de uma indústria privada multinacional, descontínuo, portanto, do ponto de vista de sua extração social e política, em relação ao sindicalismo anterior, cuja melhor representação se fazia nas empresas estatais, surge em oposição à história de alianças operárias e a noção, até então prevalecente, de que as razões da política deveriam estar presentes na manifestação do seu interesse. O fundamental da crítica das novas lideranças ao sindicalismo anterior ao golpe, e em consequência a atuação do PCB, é que “fazia-se muita politicalha em vez de defender realmente a categoria”²²⁵. Havia um descompasso entre as reivindicações de natureza política e as demandas econômicas do movimento operário.

No campo das interpretações, a inflexão no pensamento político incidiu na percepção do Estado brasileiro, que, tido como estratégico a modernização do país, passou a ser vistos como obstáculo ao livre desenvolvimento da sociedade, e, muito especialmente, como lugar institucional da reprodução dos padrões hierárquicos e socialmente desiguais predominantes na história do país²²⁶. Democratizar o Brasil sob esta nova linha de pensamento implicaria,

²²³ SINGER, André; *O PT*, São Paulo: Publifolha, 2001.

²²⁴ VIANNA, L. W; *A esquerda e os quinze anos da transição*, op. cit. Para uma análise inspirada na reflexão de Luiz Werneck Vianna sobre o pensamento político brasileiro contemporâneo ver LAUERTA, Milton; *Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil*.

²²⁵ Trecho retirado do livro *LULA: Entrevistas e discursos*, São Paulo, ABCD, 1980. MATTOS, Marcelo Badaró; *Sobre novos e velhos sindicalismos no Brasil: discutindo dicotomias*, in: HISTÓRIA, São Paulo, 17/18, 1998/1999, p. 318.

²²⁶ VIANNA, L. W; *A esquerda e os quinze anos da transição*, op. cit.

então, um movimento de ruptura com o nacional-desenvolvimentismo, liberando os interesses e as agências especializadas na sua representação – sindicatos e partidos – de suas articulações com o Estado, considerado maior responsável pela situação de heteronomia das classes sociais.

Esta ênfase na autonomia ou independência como fundamento da política petista manifestava uma concepção de que as razões da política (populismos) não deveriam se sobrepor aos interesses dos trabalhadores. Esta perspectiva de enaltecimento dos interesses pode ser observada na cultura política petista como a necessidade das instituições e organizações edificarem-se sob uma fidelidade aos interesses representados, entendendo que somente tal aproximação promoveria a liberdade e justiça social. Da configuração classe-identidade-interesse se chegaria à mobilização contra a exploração capitalista, a autonomia da classe operária dependeria, assim, da construção de uma identidade a partir de seus interesses, por fora de alianças com classes ou frações de classes dominantes e com seu Estado. Para o PT, portanto, o acesso do operariado a esfera pública deveria suceder a uma vigorosa acumulação de forças, sendo decorrente de um ato de conquista e não de alianças pluriclassistas, um movimento de baixo para cima, nascido do terreno livre da sociedade civil²²⁷.

Uma cultura política fundada sobre o prisma dos interesses fez do PT importante agente mobilizador das massas durante a transição política, contribuindo, assim, para a construção de um regime democrático em que se estabelecesse um pacto fundado numa relação mais equilibrada entre Estado e sociedade civil, dentro do qual o PT representa a integração das camadas populares organizadas no novo regime político.

O trabalho de Rachel Meneguello sobre a formação do PT (1979-1982) constitui-se em referência importante para o estudo do PT. Apesar de a meio caminho para uma interpretação do PT calcada nos interesses, nele uma afirmação em especial tem importante contribuição para esta interpretação: o diagnóstico de que a proposta política do PT assenta-se sobre os princípios da participação direta. O mais interessante é como Meneguello explica o significado desta participação na cultura política petista, os conflitos e desigualdades sociais são percebidos e pensados como produto da política elitista e autoritária, sob esta ótica, a solução dos problemas políticos, econômicos e sociais do país é concebida como atrelada a uma maior

²²⁷ VIANNA, L. W; *A esquerda e os quinze anos da transição*, op. cit.

aproximação dos interesses sociais das instituições. Rachel Meneguello classifica, portanto, a proposta petista de representação dos interesses como fundada em uma idéia singular de “maximização da participação dos indivíduos”. A maximização da participação política das bases petistas, viabilizada por um programa voltado para o maior envolvimento de seus filiados no processo decisória, seria dada pela “fidelidade na representação de seus interesses”, esta ênfase da proposta petista na representação dos interesses da classe trabalhadora caracterizaria inicialmente o partido²²⁸.

Apesar de Rachel Meneguello caracterizar o PT como um partido de forte cunho ideológico e por isso entende ser muito adequado o modelo de análise dos partidos políticos proposta por Maurice Duverger – o modelo analítico do partido de massas de Duverger aponta para um tipo ideal de organização que está erigido sobre forte juízo de valor, qual seja, o de que os partidos modernos correspondem ao modelo europeu, deixando como categoria residual, os partidos de tipo americano, que corresponderia aos partidos mais calcados nos interesses – a autora faz importante referência a uma cultura política dos interesses na atuação petista, entretanto, ela se equivoca ao afirmar a primazia do ideológico num partido que fez da prática a teoria. O interessante na análise de Meneguello, portanto, não é a autora identificar a democracia direta como uma referência para a atuação política do partido, mas é ela explicar as práticas participativas não como sendo um princípio ético do socialismo democrático mas através de uma menção a dimensão dos interesses na cultura política petista. Este é um aspecto da cultura política petista que durante a trajetória do partido foi cada vez mais revelando sua influência na política petista tanto no âmbito externo como interno, tornando-se fundamental para a compreensão do partido.

A análise de Novaes sobre a organização partidária petista também contrasta com a definição da democracia direta como resultante do socialismo democrático. A adesão do PT a práticas participativas, que o autor denomina de “basismo” – uma variante da prática política em que está presente o zelo pela participação nas decisões do maior número possível de quantos componham o universo dos representados – , não residiu na circunstância de elas terem sido uma característica desta ou daquela força política, a democracia direta foi um modo de operar posto pela e para a interação de um leque de forças políticas que vinham de atividades muito diferentes, mas que acreditavam comungar os mesmos conceitos. Como a

²²⁸ MENEGUELLO, Rachel; *PT: a formação de um partido, 1979-1982*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989 p.109.

maioria dos militantes petistas já participavam anteriormente de uma forma de ação coletiva, isto exigiu do novo partido uma dinâmica aberta para as bases (basismo), única maneira de contornar as dificuldades que essa pluralidade de interesses e representações cruzadas criavam para a consolidação de um projeto comum²²⁹.

De um lado, o basismo aparece como recurso para definir os padrões de relação interna do partido, mas acabou forjando a identidade do novo partido pela negação que estas práticas participativas atribuíam a ordem institucional tradicional, permitindo ao PT diferenciar-se dos outros partidos. Essa maneira de encarar a política conferia continuidade aparente à mencionada aversão que as forças que deram origem ao PT devotavam à chamada política partidária institucional. O caráter aparente da continuidade com as atitudes e práticas anteriores à criação do novo partido encobria a relevância de uma profunda mudança, a decisão de participar aceitando as “regras do jogo”²³⁰. A devoção as práticas participativas não resistiu a lógica da conquista do governo, e perdeu, gradativamente, espaço para a luta institucional.

Como destaca as abordagens racionalistas, sob uma cultura política dos interesses importam mais as circunstâncias do que uma rigidez ética. Destacar, portanto, a primazia dos interesses na cultura política petista significa também valorizar as estratégias e comportamentos impostos pela conquista do poder empreendidas pelas lideranças do partido mais do que as ideologias imputadas ao PT, seja democracia, socialismo, participacionismo, reformismo, classismo. Muitas análises frisaram demasiadamente a “novidade petista” e não perceberam que a trajetória do PT é marcada também pela busca de votos, a chegada ao poder e uma política de massas – aquilo que a linguagem dos politólogos denomina como “mercado político”. Com a participação também do PT, a sociedade civil deixou de se identificar com os movimentos sociais para ser o domínio dos interesses privados estritos ao mundo do mercado.

Florestan Fernandes também se atenta, a seu modo, para a questão de uma cultura política dos interesses no PT, denunciando o conceito de “socialismo democrático”, “o que se auto-proclama como socialismo, na Europa, reduz-se a uma social-democracia pequeno-burguesa deturpada, que entrega a cabeça aos capitalistas e o coração aos assalariados”. Onde foram bem sucedidos, os social-democratas institucionalizaram um compromisso

²²⁹ NOVAES, Carlos Alberto Marques; *PT: dilemas da burocratização*, Novos Estudos CEBRAP, n° 35, março 1993, p.217-237.

²³⁰ NOVAES, Carlos Alberto Marques; *PT: dilemas da burocratização*, op, cit.

relativamente sólido entre organizações de operários e capitalistas, em troca da cooperação com os capitalistas na elevação da produtividade, os social-democratas apostam na distribuição dos ganhos – de tal modo que se os lucros não forem suficientes, as taxas de salário e o nível de emprego acaba por declinar²³¹.

Esta pesquisa não se constituiu, portanto, em ponto conclusivo para o assunto mas em premissa para uma linha de interpretação ainda pouco desenvolvida: a caracterização do Partido dos Trabalhadores como um partido centrado numa cultura política dos interesses. O tema do PT sempre foi a conquista do poder. A crítica é contundente: o PT nunca teve claro um projeto para a mudança do Brasil e muito menos um programa fundado num socialismo democrático, a proposta petista era conquistar o poder, seja através de mecanismos de participação direta ou de uma política de massas. Talvez a partir desta nova perspectiva possamos entender a história recente do PT em consonância com seu passado, sem deslumbrar-se com novidades e mitos fundadores ou com repetidas referências a “um raio em céu azul”.

²³¹ FERNANDES, Florestan; *O PT em movimento: contribuição ao I Congresso do Partido dos Trabalhadores*, São Paulo: Editora Cortez, 1991. (Coleção polêmicas do nosso tempo; v.43).

BIBLIOGRAFIA

- ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (org.); *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*, Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.
- AZEVEDO, Clóvis Bueno; *A estrela partida ao meio: ambigüidades do pensamento petista*, São Paulo: Entrelinhas, 1995.
- BERSTEIN, Serge; *A cultura política*, in: RIOUX, J.P. e SIRINELLI, J.F. (dir.); *Para uma história cultural*, Editorial Estampa, 1998.
- BOBBIO, Norberto; *O conceito de sociedade civil*, trad. Carlos Nelson Coutinho, Rio de Janeiro : Graal, 1982.
- BOBBIO, N. [et al.]; *O Marxismo e o Estado*, trad. L. Boccardo e R. Levie, Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- BORGES, Vavy Pacheco; *História e Política: laços permanentes*, in: Revista Brasileira de História, São Paulo, v.12, nº 23/24, set.91/ago.92, pp.7-18.
- BOTELLA, Joan; *Em torno al concepto de cultura política: dificultades y recursos*, in: CASTILLO, P. e CRESPO, I. (org.); *Cultura Política – enfoques teóricos y analisis empiricos*, Valencia: Tirant lo Blanch, 1997.
- BRANDÃO, Marco Antonio; *O socialismo democrático do Partido dos Trabalhadores; a história de uma utopia (1979-1994)*, Anablume; Fapesp, São Paulo, 2003.
- BURKE, Peter; *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia*, trad. Nilo Odalia, São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- CAMARGO, Ruth Aurora da Silveira; *A Alfabetização de Jovens e Adultos no Município de São Paulo na gestão da prefeita Luíza Erundina de Sousa (1989-1992)*, Dissertação de Mestrado, PUC-SP,1996.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo; *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*, Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARNOY, Martin; *Estado e teoria política*, trad. Instituto de Letras da PUC-Campinas, 2ª. ed., Campinas, SP: Papyrus, 1988.
- CARVALHO, Maria Alice Rezende; *Cultura política, capital social e a questão do déficit democrático no Brasil*, in: VIANNA, Luiz Werneck (org.); *A democracia e os três poderes no Brasil*, Editora UFMG, Belo Horizonte, 2002.
- CEBRAP; *São Paulo, 1975: crescimento e pobreza*, Edições Loyola, 1981.
- CHAUÍ, Marilena; *Cultura política e política cultural*, Revista Estudos Avançados 9 (23), 1995, p.71-84.
- CHAUVEAU, A., TÉTART, P.; *Questões para a história do presente*, trad. Ilka Stern Cohen, Bauru, SP: EDUSC, 1999.
- COUTINHO, Carlos Nelson; *Marxismo e Política – A dualidade de poderes e outros ensaios*, Cortez, Rio de Janeiro, 1994.
- COUTINHO, Carlos Nelson e NOGUEIRA, Marco Aurélio (org.); *Gramsci e a América Latina*, Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988.
- CORRÊA, Carlos Humberto P.; *História oral: teoria e técnica*, Florianópolis, UFSC, 1978.
- DAGNINO, E. (org.); *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*, São Paulo: Brasiliense, 1994.
- DAGNINO, Evelina (org.); *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*, São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- FEITOSA, Sonia Couto Souza; *Método Paulo Freire: Princípios e práticas de uma concepção popular de educação*, São Paulo, FE-USP, 1999.(Dissertação de Mestrado).

FERNANDES, Florestan; *O PT em movimento: contribuição ao I Congresso do Partido dos Trabalhadores*, São Paulo: Editora Cortez, 1991. (Coleção polêmicas do nosso tempo; v.43).

FERREIRA, Jorge (org.); *O populismo e sua história: debate e crítica*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADA, Janaína (coord.); *Usos e Abusos da História Oral*, RJ:FGV, 1996.

FREIRE, Paulo; *A Educação na Cidade*, Cortez, São Paulo, 1991.

FREIRE, Paulo; *Pedagogia do Oprimido*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1970.

FURET, François; *A oficina da história*, Gradiva, 1982.

GADOTTI, Moacir; *Estado e educação popular: bases para uma educação pública e popular*, in: GADOTTI, M. e TORRES, Carlos A.; *Estado e educação popular na América Latina*, (Série “Educação Internacional do IPF”), Campinas-SP: Papirus, 1992

GADOTTI, Moacir(org.); *Programa MOVA-SP: proposta, princípios políticos e procedimentos metodológicos*. São Paulo, IPF, 2000. Série “Cadernos de EJA”, nº 7.

GADOTTI, Moacir e JACOBI, Pedro; *Participação e descentralização: a experiência educacional do município de São Paulo na gestão de Luiza Erundina*, in: *Anuário de educação/94*. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1994.

GADOTTI, Moacir; PEREIRA, Otaviano: *Pra que PT: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores*, São Paulo: Cortez, 1989.

GARCIA, Marco Aurélio (org.); *As esquerdas e a democracia*, São Paulo: Paz e Terra, 1986.

GOHN, Maria Glória; *A teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*, Edições Loyola, 1999.

GRACIANI, Maria Stela Santos; *MOVA-SP: uma experiência tentando esculpir a utopia*, *Revista Travessia*; Janeiro/Abril, 1992, p.39-42.

GRAMSCI, Antonio; *A concepção dialética da história*, trad. Carlos Nelson Coutinho, 3ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

GRAMSCI, Antonio; *Os intelectuais e a organização da cultura*, 7 ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1989.

KECK, Margaret E.; *A lógica da diferença: o PT na construção da democracia brasileira*, São Paulo : Ática, 1991.

KOWARICK, Lúcio e SINGER, André; *A experiência do Partido dos Trabalhadores na prefeitura de São Paulo*, in: *Revista Novos Estudos*, nº 35, março/1993.

LAMOUNIER, Bolívar (org.); *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. Editora Sumaré Ltda, IDESP: São Paulo, 1990.

LAMOUNIER, Bolívar; *O “Brasil autoritário” revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura*, in: STEPAN, Alfred (org.); *Democratizando o Brasil*, tradução Ana Luiza Pinheiro, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LAUERTA, Milton; *Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil*, artigo publicado no site: www.gramsci.com.

Lula sem censura. “... e aí a peãozada partiu pro pau.” Edição e apresentação Altino Dantas Júnior, 4ª ed., Editora Vozes Ltda, Petrópolis, 1982.

MATTOS, Marcelo Badaró; *Sobre novos e velhos sindicalismos no Brasil: discutindo dicotomias*, in: *HISTÓRIA*, São Paulo, 17/18, 1998/1999.

MENEGUELLO, Rachel; *PT: a formação de um partido, 1979-1982*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MOISÉS, José Álvaro; *Os brasileiros e a democracia: Bases sócio-políticas da legitimidade democrática*, Editora Ática S.A. : São Paulo, 1995.

- NOVAES; PT: *dilemas da burocratização*, Novos Estudos CEBRAP, nº 35, março 1993, p.217-237.
- PIERUCCI, Antônio Flávio e LIMA, Marcelo Coutinho de; *São Paulo 92, a vitória da direita*, in: Revista Novos Estudos, nº 35, março/1993, p. 95-99.
- PONTUAL, Pedro de Carvalho; *Desafios pedagógicos na construção de uma relação de parceria entre movimentos populares e o Governo Municipal da Cidade de São Paulo na gestão de Luíza Erundina: a experiência do MOVA-SP (1989-1992)*, São Paulo, PUC-SP, 1995 (dissertação de Mestrado).
- REIS Fº, Daniel Aarão; *Ditadura militar, esquerdas e sociedade no Brasil*, texto retirado do site: www.gramsci.com
- REIS, José Carlos; *Nouvelle histoire e tempo histórico: a contribuição de Febvre, Bloch e Braudel*, São Paulo: Editora Ática s.a., 1994.
- RÉMOND, René (org.); *Por Uma História Política*, trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.
- Resoluções de Encontros e Congressos, Partido dos Trabalhadores*, Organização: Diretoria Nacional do PT / Secretaria Nacional de Formação Política e Fundação Perseu Abramo / Projeto Memória. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.
- RODRIGUES, Iram Jácome; *Trabalhadores, sindicalismo e democracia: a trajetória da CUT*, São Paulo, 1993 (Tese de doutorado – USP).
- RODRIGUES, Marly; *A década de 80 – Brasil: quando a multidão voltou às praças*, 3ª ed., Editora Ática, São Paulo, 2001.
- ROMANO, Clayton C.; *Da abertura à transição: o PCB e a cultura política democrática da esquerda brasileira*; UNESP-Franca, 2001, (Tese de Mestrado).
- ROSANVALLON, Pierre; *Por uma História Conceitual do Político*, Revista Brasileira de História, nº 3, v.15, 1995, p.9-18.
- SADER, Eder; *Quando novos personagens entraram em cena*, Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988.
- SADER, Emir; *A transição no Brasil: da ditadura à democracia?*, São Paulo: Atual, (Série história viva), 1990.
- SADER, Emir; *Governar para Todos: uma avaliação da gestão Luiza Erundina*, Editora Página Aberta Ltda; São Paulo-SP, 1992.
- SADER, Emir (org.); *E agora , PT? Caráter e identidade*, Brasiliense, São Paulo, 1986.
- SALLUM JR, Brasílio; *Labirintos: dos generais à Nova República*, Editora Hucitec – São Paulo, 1996.
- SEGATTO, José Antônio; *Breve história do PCB*, 2ª ed., Oficina de Livros: Belo Horizonte, 1989.
- SEMERARO, Giovanni; *Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia*, Petrópolis, RJ : Vozes, 1999.
- SINGER, André; *O PT*, São Paulo: Publifolha, 2001.
- SINGER, Paul e BRANT, Vinícius C. (org.); *São Paulo: o povo em movimento*, Vozes, 1980.
- SME; *MOVA-SP: processo de construção do projeto*, 1989. SME; *MOVA-SP: processo de construção do projeto*, 1989.
- SME; *Projeto inicial do MOVA-SP – Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos do Município de São Paulo*, São Paulo, 1989.
- SOMERS, Margaret R.; “*Qué hay de político o de cultural em la cultura política y em la esfera pública? Hacia una sociologia histórica de la formación de conceptos*”, in: *Zona Abierta*, Madrid, 77/78, 1996/97, p.31-94.

SORJ, Bernardo; *A construção intelectual do Brasil contemporâneo: da resistência à ditadura ao governo FHC*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

SOUZA, Marcos Alves; *A cultura política do "batllismo" no Uruguai: 1903-1958*, São Paulo: Annablume / FAPESP, 2003.

VIANNA, L. W.; *A esquerda e os quinze anos da transição*, texto retirado do site: www.gramsci.com

VIANNA, Luiz Werneck; *A Transição: Da constituinte à sucessão presidencial*, Rio de Janeiro : Revan, 1989.

WEFFORT, Francisco C.; *O populismo na política brasileira*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

WEFFORT, Francisco C.; *Por que democracia?*. São Paulo : Companhia das Letras, 1984

WEFFORT, Francisco C.; *Qual democracia?*. São Paulo : Companhia das Letras, 1992.